



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – Crea-PR**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

**Curitiba - PR, 2017**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – Crea-PR**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016**

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016 e Portaria nº 59/2017.

### **Gestão da Qualidade**

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão

**Curitiba - PR, 2017**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	7
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE .....	9
1.1. Finalidade e competências.....	9
1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento.....	9
1.3. Organograma .....	10
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	14
2.1. Planejamento organizacional.....	14
2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	16
2.1.2. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	16
2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos .....	16
2.3. Desempenho Orçamentário .....	18
2.3.1. Execução descentralizada com transferência de recursos .....	19
2.3.2. Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos .....	19
2.3.3. Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores .....	20
2.3.4. Visão gerencial da análise das contas prestadas .....	22
2.3.5. Informações sobre a realização das receitas .....	23
2.3.6. Informações sobre a execução das despesas .....	25
2.3.7. Despesas totais por modalidade de contratação .....	28
2.4. Desempenho Operacional - apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	29
3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	31
3.1. Descrição das estruturas de governança .....	31
3.2. Informações sobre os dirigentes e colegiados .....	32
3.2.1. Diretoria .....	32
3.2.2. Plenário.....	33
3.2.3. Câmara Especializada .....	33
3.2.4. Comissões e Grupos de Trabalho.....	34
3.3. Atuação da unidade de auditoria interna .....	35
3.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	36
3.5. Gestão de risco e controles internos .....	37
3.6. Política de reembolso dos administradores e membros do colegiado .....	38
3.7. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada .....	39



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

4.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO .....	41
4.1.	Gestão de pessoas .....	41
4.1.1.	Estrutura de pessoal.....	44
4.1.2.	Demonstrativo das despesas com pessoal .....	46
4.1.3.	Gestão de riscos relacionados ao pessoal .....	47
4.1.4.	Contratação de mão de obra temporária.....	48
4.2.	Gestão da tecnologia da informação.....	49
4.2.1.	Principais sistemas de informação .....	51
5.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	53
5.1.	Canais de acesso do cidadão.....	53
5.2.	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários .....	56
5.3.	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade .....	59
5.4.	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações .....	60
6.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	62
6.1.	Desempenho financeiro do exercício .....	62
6.2.	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão dos itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	64
6.3.	Sistemática de apuração de custos.....	65
6.4.	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4320/1964 e notas explicativas .....	69
7.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	70
7.1.	Tratamento de determinações e recomendações do TCU .....	70
7.2.	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno .....	70
7.3.	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário .....	70
8.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES .....	71
8.1.	Plano Plurianual - PPA 2016/2018.....	71
8.2.	Realização da 73ª SOEA e 9º CNP .....	72
9.	ANEXOS.....	73

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Relação dos gestores das áreas estratégicas do Conselho .....	12
Tabela 2 – Visão geral dos convênios celebrados.....	20
Tabela 3 – Situação das prestações de contas de convênios .....	21
Tabela 4 – Situação da análise das contas de convênios prestadas .....	22
Tabela 5 – Perfil dos atrasos na análise de contas prestadas.....	23



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

Tabela 6 – Comportamento da receita projetada e realizada em 2016.....	23
Tabela 7 – Comparativo da receita nos últimos 3 exercícios.....	24
Tabela 8 – Comportamento da despesa estimada com a liquidada em 2016.....	25
Tabela 9 – Comparativo da despesa nos últimos 2 exercícios.....	26
Tabela 10 – Execução das despesas por grupo e elementos de despesa.....	27
Tabela 11 – Despesas por modalidade de contratação nos últimos 2 exercícios.....	29
Tabela 12 – Quantitativo de propostas recebidas dos colegiados em 2016.....	32
Tabela 13 – Composição da diretoria em 2016.....	32
Tabela 14 – Quantitativo de ilícitos administrativos apurados em 2016.....	37
Tabela 15 – Quantidade de funcionários por cargo em 2016.....	41
Tabela 16 – Quantidade de funcionários nas áreas finalísticas.....	42
Tabela 17 – Força de trabalho por nível de escolaridade.....	42
Tabela 18 – Força de trabalho por tipologia de cargos.....	44
Tabela 19 – Quantitativo de funcionários na área meio e área fim.....	45
Tabela 20 – Quantitativo de cargos em comissão e funções gratificadas.....	45
Tabela 21 – Deomonstrativo das despesas com pessoal.....	46
Tabela 22 – Comprometimento das receitas com despesa de pessoal em 2016.....	47
Tabela 23 – Contratação de mão de obra terceirizada.....	48
Tabela 24 – Tempo de tratamento de protocolos de Tele Web e Chat atendimento no Estado.....	54
Tabela 25 – Quantidade de protocolos de reclamação/sugestão.....	54
Tabela 26 – Fluxo de caixa 2016.....	62
Tabela 27 – Resultado financeiro exercício 2016.....	63
Tabela 28 – Resultado patrimonial do exercício 2016.....	63
Tabela 29 – Percentual de depreciação de bens – Anexo III – Resolução 1036/2011.....	64
Tabela 30 – Resultado da execução do PPA em 2016.....	71

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Organograma do Crea-PR.....	11
Figura 2 – Sistema de Gestão do Crea-PR.....	14
Figura 3 – Política da Qualidade do Crea-PR.....	15
Figura 4 – Mapa Estratégico 2015-2017.....	15
Figura 5 – Gráfico de farol de acompanhamento de resultados.....	17
Figura 6 – Comportamento da receita em 2016 em %.....	18
Figura 7 – Comportamento da despesa liquidada em 2016 em %.....	19



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Figura 8 – Resultado das metas do PDTI 2013-2015.....	49
Figura 9 – Imagem de ferramenta de controle de sistemas.....	50
Figura 10 – Número de denúncias registradas/atendidas em 2014 e 2015.....	55
Figura 11– Número de manifestações na Ouvidoria em 2016. ....	55
Figura 12 – Númro de manifestações por tipo de interessado. ....	56
Figura 13 – Número de manifestações por origem da manifestação. ....	56
Figura 14 – Resultado da pesquisa de satisfação 2015. ....	57
Figura 15 – Resultado da pesquisa de satisfação 2016. ....	58
Figura 16 – Resultado da pesquisa de satisfação da Ouvidoria 2015. ....	59
Figura 17 – Resultado da pesquisa de satisfação da Ouvidoria 2016. ....	59
Figura 18 – Banner SIC na Inspetoria de Curitiba. ....	60
Figura 19 – Acompanhamento gestores de pacote .....	66
Figura 20 – Acompanhamento global do gestor de pacote.....	67
Figura 21 – Acompanhamento das contas do gestor de pacote.....	67
Figura 22 – Acompanhamento dos valores mensais da conta.....	68
Figura 23 – Acompanhamento dos lançamentos da conta.....	68

### **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

Confea: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

Crea: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

UJ: unidade jurisdicionada

TCU: Tribunal de Contas da União

DN: Decisão Normativa

PQ: Política da Qualidade

GPD: Gerenciamento pelas Diretrizes

ART: Anotação de Responsabilidade Técnica

EC: Entidade de Classe

IE: Instituição de Ensino

EAD: Ensino a distância

PTG: Plano de trabalho da Gestão

PPO: Padrão de Processo Operacional

GSG: Gerenciamento do Sistema de Gestão

SRC: Satisfação e reclamação de clientes



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

## APRESENTAÇÃO

De acordo com a Instrução Normativa TCU nº 63/2010, que estabelece regras gerais para a organização e a apresentação da prestação de contas pela administração pública federal, o Relatório de Gestão é composto de documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e de gestão, organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão da unidade jurisdicionada durante o exercício financeiro.

O Relatório de Gestão do Crea-PR para o exercício de 2016 foi estruturado em oito capítulos, mais os anexos, sendo no primeiro capítulo abordada uma visão geral da unidade, suas finalidades e competências, suas normas de criação e funcionamento, histórico de criação e seu organograma, para que se tenha uma noção de como o Conselho é estruturado. No segundo capítulo é abordado o Planejamento Organizacional e resultados, citando os objetivos, as metas e os projetos definidos para o período do exercício do Relatório e a forma de monitoramento da execução e dos resultados destes itens. Ainda no segundo capítulo é abordado o Desempenho Orçamentário descrevendo e demonstrando o comportamento das receitas e despesas e as transferências de recursos realizadas. É abordado também o Desempenho Operacional onde são apresentadas informações acerca dos principais resultados dos indicadores de desempenho operacionais. Já o terceiro capítulo é destinado a abordar a estrutura de Governança adotada pelo Conselho, os papéis dos seus dirigentes e o funcionamento dos colegiados, bem como, a gestão de risco e os controles internos adotados, incluindo informações sobre a atuação da empresa de auditoria independente e a forma de apuração de ilícitos administrativos. Neste capítulo também é abordada a política de reembolso dos membros do colegiado. O quarto capítulo aborda as questões que envolvem a Gestão de Pessoas como estrutura de pessoal, despesas com pessoal, contratação de mão de obra temporária e gestão de riscos relacionados ao pessoal. Também neste capítulo é abordada a Gestão de Tecnologia da Informação incluindo os principais sistemas utilizados e informações sobre o PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação. O quinto capítulo é dedicado a informar sobre o relacionamento do Crea-PR com a sociedade, principalmente ao que diz respeito à Lei de Acesso à Informação e também às medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações, bem como a aferição do grau de satisfação dos usuários. O sexto capítulo é dedicado a descrever sobre o Desempenho Financeiro e Informações Contábeis incluindo informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão no exercício e apresentando as Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964 com suas notas explicativas. O sétimo capítulo traz as informações referentes à conformidade da gestão frente ao TCU e medidas administrativas adotadas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário. E por fim, o oitavo e último capítulo que traz informações julgadas relevantes pelo Conselho.

Neste último capítulo abordamos o PPA – Plano Plurianual, que teve seu primeiro ano de implantação em 2016. O PPA/Crea-PR 2016-2018 nasceu de um Objetivo Estratégico definido pela alta administração, qual seja, “Responsabilidade, legalidade e moralidade na aplicação dos recursos” e tem como objetivo, além de melhorar o planejamento de investimentos de médio e de longo prazos, dar ainda mais transparência às ações da gestão. Veremos, portanto, o resultado do PPA no seu primeiro ano de aplicação no Conselho.

Outro item bastante relevante abordado no capítulo oito é a realização da 73ª SOEA – Semana Oficial da Engenharia e Agronomia e 9º CNP – Congresso Nacional de Profissionais na cidade de Foz do Iguaçu, onde o Crea-PR foi o responsável pela organização e realização deste grandioso evento da engenharia brasileira no ano de 2016. Pela grandiosidade do evento toda a equipe gerencial e ainda outros funcionários ficaram diretamente envolvidos durante grande parte do ano em atividades relacionadas à SOEA, o que de certa forma trouxe um impacto nas atividades



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

de rotina do Conselho. Podemos dizer que esta dedicação à SOEA foi também a principal dificuldade enfrentada naquele exercício.

Além disso, a necessidade de adequação de algumas atividades frente a um quadro de diminuição de pessoal, em função do % de comprometimento da receita com despesas de pessoal, também representou um desafio em 2016. Considerando a necessidade de manutenção da qualidade dos seus produtos e serviços e a diretriz da alta administração de não aumento do quadro de funcionários foi necessário um reestudo da estrutura e redistribuição de atividades entre os setores para que as mesmas continuassem a ser realizadas, mesmo com o quadro de pessoal reduzido em relação aos outros exercícios. A situação da diminuição do quadro de pessoal e seus impactos estão mais bem retratados no capítulo quatro.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

## **1. VISÃO GERAL DA UNIDADE**

O objetivo deste capítulo é proporcionar uma melhor compreensão do que é a unidade, as razões de sua existência, suas principais relações com o contexto de atuação e como está estruturada. O capítulo está organizado em três subitens: “Finalidade e competências”, “Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento” e “Organograma”.

### **1.1 Finalidade e Competências**

Os Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (Crea/s) são subordinados às regulamentações do Confea – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e tem como principal finalidade a fiscalização do exercício das profissões de engenharia e agronomia, em suas regiões, e suas atribuições estão previstas em Lei Federal.

São autarquias federais, ou seja, pessoa jurídica de direito público que faz parte da Administração Pública Indireta. Tem a executoriedade e/ou titulariedade de um serviço público concedido por meio de lei. Seu patrimônio e receita são próprios, porém tutelados pelo Estado.

No cumprimento de sua finalidade, o Crea-PR atua no sentido de suprimir as atividades de pessoas físicas ou jurídicas que não tenham habilitação legal ou transcendam às suas atribuições, além da fiscalização do exercício de profissionais e empresas registrados, exercendo, assim, serviços de fiscalização em caráter privativo, por delegação da União, mediante autorização legislativa.

De acordo com seu Regimento Interno é a instância de fiscalização e aprimoramento do exercício profissional da Engenharia, da Geologia, da Geografia, da Meteorologia e áreas afins, no Estado do Paraná. Tem por finalidade principal a fiscalização, o controle, a orientação e o aprimoramento do exercício das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia, da Meteorologia, bem como outras lhe atribuídas por lei e atos legais do Confea, no território de sua jurisdição, exercendo para tanto ações que são: fiscalizadora, deliberativa, normativa, regulamentar, institucional e administrativa.

### **1.2 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento**

No começo dos anos 30, o desenvolvimento das diversas modalidades de engenharia e as mudanças nos processos de construção com os quais se implantavam as novas estruturas metálicas, o concreto armado, além de muitos outros processos, exigiam definido grau de especialização. Naquela época os profissionais formados sofriam forte concorrência de leigos e de profissionais estrangeiros formados ou não. Era preciso, portanto, disciplinar o mercado e valorizar o profissional brasileiro.

Liderados pelas principais Entidades de Classe, surgiram grandes movimentos em favor da regulamentação dessas profissões no Brasil. Em 1932, várias Entidades de Classe, junto com o Sindicato Nacional de Engenharia entregou ao Ministro do Trabalho um “anteprojeto de lei regulamentando o exercício da profissão de engenheiro, arquiteto e agrimensor”.

Coroando estes esforços, em 11 de dezembro de 1933, veio a tão esperada regulamentação, por meio do Decreto nº 23.569, considerado marco na história da regulamentação profissional e técnica no Brasil. Regulamentava o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor e dispunha sobre a fiscalização dos serviços desenvolvidos por engenheiros, arquitetos e agrimensores, determinando que esta fosse exercida pelo Confea – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura e pelos Crea/s – Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura. Juntas estas duas instituições seriam responsáveis por garantir as condições de fiscalização das profissões em todo o território nacional, constituindo o sistema Confea/Crea. Na mesma esteira de desenvolvimento da agropecuária, sustentado pelo aumento



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

populacional e aumento das áreas cultivadas, em 12 de outubro daquele mesmo ano de 1933, o Decreto nº 23.196 regulamentou a profissão do Agrônomo ou do Engenheiro Agrônomo.

Na primeira reunião plenária do Confea, em 1934, foi instituído pela Resolução nº 2 o plano de organização dos primeiros Conselhos Regionais, que dispunha sobre a composição dos mesmos. Pelo artigo 1º dessa resolução o país foi dividido em oito grandes regiões ficando a 7ª região no Paraná, com sede em Curitiba.

Em janeiro de 2012, os profissionais da Arquitetura e Urbanismo deixaram de fazer parte do Sistema Confea/Crea por força da Lei Federal nº 12378/2010 de 31/12/2010 que criou o CAU-BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal. Em função disso o Crea passou a ser denominado Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

Desde 1966 o sistema Confea/Crea é regido pela Lei nº 5.194 e representa, também, os geógrafos, geólogos, meteorologistas, tecnólogos dessas modalidades, técnicos industriais e agrícolas e suas especializações.

Além da Lei Federal nº 5.194/1966 o Crea-PR tem seu Regimento Interno, cuja última versão é datada de 13 de março de 2016, que versa sobre a organização, atribuições e finalidades do Conselho, do Plenário, das Câmaras Especializadas, dos Conselheiros, da presidência, da diretoria, das inspetorias, das comissões e gere os trabalhos dentro do Conselho.

No que se refere às normas relacionadas à administração do Crea-PR a estrutura funcional formal esteve regulada, no exercício de 2016, pela Portaria nº 42/2016 de 24/05/2016. Além disso, há o Plano de Cargos, Salários e Carreira o qual é regulado pela Portaria nº 526/2008 de 17/12/2008.

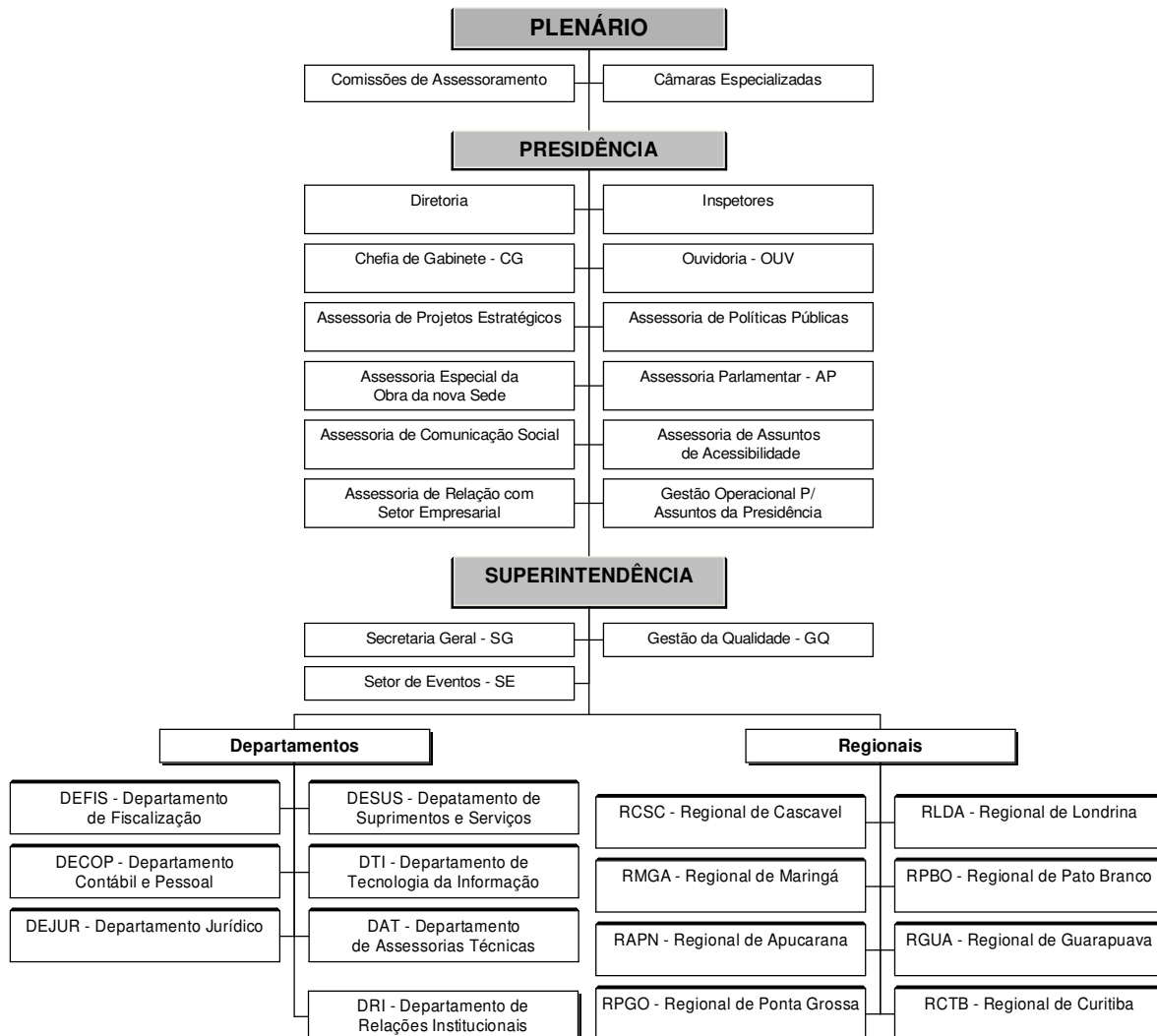
### **1.3 Organograma**

A estrutura organizacional do Crea-PR está planejada com o objetivo de agilizar ao máximo os serviços disponibilizados a profissionais e empresas em todo o Estado. Como já se mencionou, o normativo vigente em 2016 que tratava sobre tal tema é a Portaria nº 42/2016.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná**

**ORGANOGRAMA GERAL DO CREA-PR - PORTARIA Nº 42/2016 – 24/05/2016**



Fonte: Portaria 42/2016 de 24/05/2016

**Figura 1 - Organograma do Crea-PR**

A seguir elencamos as áreas identificadas no organograma que são consideradas estratégicas para o desenvolvimento das atribuições finalísticas do Conselho:

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

<b>Áreas/ Subunidades Estratégicas</b>	<b>Competências</b>	<b>Titular</b>	<b>Cargo</b>	<b>Período de atuação</b>
Presidência	Cabe a ela dirigir o Crea e cumprir e fazer cumprir as Decisões do Plenário	Joel Krüger	Presidente	01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria	Auxiliar a Presidências na sua função e decidir sobre questões administrativas	Conforme item 3.2.1	Conforme item 3.2.1	01/01/2016 a 31/12/2016
Plenário	Decidir, em grau de recurso, as questões enviadas pelas seis Câmaras Especializadas e baixar Atos Normativos para fiscalização do exercício profissional	Conforme anexo 9.3	Conselheiros	01/01/2016 a 31/12/2016
Câmaras	Julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética	Conforme anexo 9.3	Conselheiros	01/01/2016 a 31/12/2016
Superintendência	Cabe a ela planejar, organizar, dirigir, controlar e avaliar as atividades técnicas, operacionais e administrativas do Conselho. É o órgão regulador da eficiência funcional e do aperfeiçoamento estratégico dos órgãos de administração do Crea-PR	Celso Roberto Ritter	Superintendente	01/01/2016 a 31/12/2016
Departamento de fiscalização	É responsável pelo planejamento e controle da fiscalização, pela realização da fiscalização e também pelo tratamento dos processos oriundos das diversas modalidades de fiscalização.	Diogo Artur Tocacelli Colella	Gerente	01/01/2016 a 31/12/2016

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

Gestão da Qualidade	Responsável pela implantação e manutenção dos requisitos da NBR ISO 9001:2008 em todas as áreas, bem como pela padronização e controle dos procedimentos do Sistema de Gestão. Tem ainda a função de auxiliar as demais áreas na utilização das ferramentas de gestão e acompanhar sistematicamente os resultados das metas e processos e participar da formulação estratégica.	Juliane Marafon	Gestora	01/01/2016 a 31/12/2016
Departamento de Assessorias Técnicas	Responsável pela elaboração de análises técnicas, orientações e soluções em processos de fiscalização e protocolos, sendo o departamento de apoio e preparação das atividades das Câmaras Especializadas. Suas atividades estão diretamente ligadas à fiscalização.	Renato Straube Siqueira	Gerente	01/01/2016 a 31/12/2016
Regionais	São extensões espaciais da administração do Crea-PR pelo território do Estado. São responsáveis pelos serviços básicos do Conselho tais como: atendimento pessoal, recebimento e execução das solicitações protocoladas em geral e tratamento e controle de processos de fiscalização de suas áreas de abrangência. Ao todo são 8 Regionais.	1. Geraldo Canci 2. Helio Xavier da Silva Filho 3. Jeferson Antônio Ubiali 4. Vander Della Coletta Moreno 5. Edgar Matsuo Tsuzuki 6. Gilmar Pernoncini Ritter 7. Thyago Giroldo Nalim 8. Mauricio Luiz Bassani	Gerente	01/01/2016 a 31/12/2016

Fonte: Portarias de Designação

**Tabela 1: Relação dos gestores das áreas estratégicas do Conselho**



## 2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

O conteúdo deste capítulo pretende demonstrar como a unidade planeja o cumprimento da sua missão, apresenta os objetivos e indicadores de monitoramento relevantes relacionados à operação da unidade e que tem vinculação ao cumprimento dos seus objetivos, ações e metas estabelecidas no planejamento estratégico, bem como a demonstração sintética da execução do orçamento.

O conteúdo está organizado em 5 subitens: “Planejamento Organizacional”, “Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos”, “Desempenho orçamentário”, “Desempenho operacional” e “Apresentação e análise de indicadores de desempenho”.

### 2.1 Planejamento organizacional

O Sistema de Gestão do Conselho está estruturado em três níveis: estratégico, tático e operacional.



Figura 2 - Sistema de Gestão do Crea-PR

A cada três anos, ao final do exercício, nos meses de novembro e dezembro, são reunidas todas as partes interessadas e feito uma análise de cenários, ambiente interno e externo e são coletadas várias informações que servem de subsídio para a definição do Posicionamento Estratégico e dos Objetivos Estratégicos para os 3 anos subsequentes. Em 2014 este processo foi realizado para subsidiar a elaboração do Mapa Estratégico para o período de 2015-2017. No Mapa Estratégico são apresentados os Objetivos Estratégicos para cada uma das perspectivas.

As estratégias sempre estão devidamente alinhadas com a Política da Qualidade e com o Propósito da organização. Todas as estratégias derivam dos compromissos firmados na PQ, que são avaliados constantemente nas reuniões de análise crítica pela direção.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná**

**PROPÓSITO**  
Resguardar o interesse público e a ética no exercício das profissões das Engenharias, da Agronomia, das Geociências, das Tecnológicas e Técnicas, buscando sua valorização, através da excelência na regulamentação, organização e controle destas profissões.

**POLÍTICA DA QUALIDADE**  
Estamos comprometidos com:

- Os preceitos éticos no exercício das profissões;
- Os princípios do desenvolvimento sustentável:
  - O fortalecimento das Entidades de Classe;
- Os princípios de agilidade, legalidade e impessoalidade nas análises e julgamentos das instâncias executiva e deliberativa;
- A presença e a efetiva participação de profissionais no planejamento, execução e manutenção de obras e serviços;
- A busca da excelência de nossos produtos e serviços e a melhoria contínua dos processos e procedimentos;
- A cordialidade, confiabilidade e agilidade em nossos atendimentos;
- O aprimoramento de nossos colaboradores e a adoção da meritocracia na gestão do Conselho.




Figura 3 – Política da Qualidade do Crea-PR

Os Objetivos Estratégicos estabelecidos para o triênio 2015-2017, dispostos no Mapa Estratégico, são:



Figura 4 – Mapa Estratégico 2015-2017

Uma vez definido o Alinhamento Estratégico, pela alta administração, para o período de 3(três) anos, é feito anualmente o desdobramento da PQ e dos Objetivos Estratégicos em metas e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

projetos através do Gerenciamento pelas Diretrizes para o período de um ano. Após definidas, as metas e projetos são formalizados no PTG GSG 07 - Plano de Desdobramento das Metas.

### **2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício**

Para 2016 foram definidas as metas e projetos constantes do **Anexo 9.1**.

### **2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos**

Como já citado em itens anteriores o Crea foi criado pela Lei Federal nº 5.194/66 para a fiscalização do exercício das profissões de engenharia e agronomia e para tanto possui uma série de atribuições, citadas no Art. 34 da referida Lei. Além disso, tem seu propósito definido como sendo: “Resguardar o interesse público e a ética no exercício das profissões das Engenharias, da Agronomia, das Geociências, das Tecnológicas e Técnicas, buscando sua valorização, através da excelência na regulamentação, organização e controle destas profissões”.

Neste sentido, suas metas estratégicas, projetos e metas de rotina sempre são definidos observando sua missão institucional e seus compromissos firmados na Política da Qualidade. Prova disso é que tanto o Mapa Estratégico (Figura 4), como o Plano de Desdobramento das Metas (Anexo 9.1), trazem no seu corpo o propósito e os compromissos firmados pelo Crea-PR, permitindo identificar que tanto os Objetivos Estratégicos quanto as metas definidas estão alinhadas às competências institucionais.

Outro ponto importante a destacar é a busca pela melhoria contínua realizada pelo Conselho, traduzida no seu Mapa Estratégico por Objetivos que buscam a inovação e melhoria no seu processo finalístico, que é a fiscalização do exercício profissional, bem como nos seus processos da área meio, que dão suporte à fiscalização e respondem pela regulamentação, organização e controle das profissões fiscalizadas.

## **2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos**

Os planos de ação são elaborados anualmente sempre após a definição das metas e projetos para cada área e são monitorados constantemente pelos responsáveis. Os responsáveis fazem o acompanhamento das ações e alimentam o plano de ação com as informações das ações já concluídas ou que tiveram início. Caso alguma ação atrase ou seja constatada ineficaz o responsável da área abre então um relatório de 3 Gerações, adotando medidas para corrigir este problema e regularizar a situação.

Todas as metas, projetos e planos de ação são disponibilizados num software de gerenciamento dos resultados (infoCREA) que possibilita à alta administração, a qualquer tempo, conhecer os resultados individuais ou consolidados. Desta forma, existe um controle dos resultados e é possível o acompanhamento do desempenho operacional e estratégico e a tomada de decisão de forma tempestiva para minimizar os resultados não planejados.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

TODOS OS DEPTOS  
Responsável pela Área: CELSO ROBERTO RITTER  
Ano: 2016

### Versão para Impressão do Farol

GPD														
Indicador	Melhor	Meta	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
1 Elevar em, no mínimo, 15% a arrecadação da Dívida Ativa, até dez/2016	↕	15												
ROTINA														
Indicador	Melhor	Meta	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
1 Limitar em 8% o índice de insatisfação do Fale da Gente pra Gente até dez/2016	↕	8												
2 Limitar em 5% o percentual de telewebs e chat atendimentos tratados fora do prazo de 2 dias úteis, até dez/2016	↕	5%												
3 Limitar em 20 o número de não conformidades de auditoria interna em cada ciclo de 2016	↕	20												

Figura 5 – Gráfico de farol de acompanhamento de resultados

Bimestralmente são promovidas análises e o monitoramento das metas e dos indicadores de processos em cada área, com a participação do Superintendente, Gestão da Qualidade, responsáveis das áreas e demais funcionários. Nessas reuniões de análise crítica são analisadas todas as metas (estratégicas e operacionais) e apresentados e discutidos todos os planos de ação das áreas para verificar se as ações tomadas estão sendo eficazes e para assegurar que as ações estão sendo tomadas, possibilitando identificar necessidades de ajustes e revisões dos planos. As discussões e encaminhamentos são registrados em atas.

Além destas reuniões bimestrais é realizada a Reunião de Análise Crítica pela Alta Administração, no mínimo a cada seis meses, constituída pelo Presidente, Diretores, Superintendente, Representante da Direção e Gestão da Qualidade onde são analisadas as metas consolidadas que compõem os resultados estaduais. Todas as discussões e decisões ficam registradas em atas de reuniões que são registros do Sistema de Gestão.

É possível visualizar os resultados também nos gráficos de Gestão à Vista em todas as áreas do Conselho. Esta prática permite que as partes interessadas também tenham acesso aos resultados alcançados e possam evidenciar o desempenho dos processos.

A análise dos resultados e acompanhamento de metas, projetos e planos de ação é um processo formalmente instituído no Conselho através de um procedimento documentado denominado PSG ACG 01 – Análise Crítica do Sistema de Gestão.

De forma complementar a execução dos planos e seus resultados são avaliados também nas auditorias internas e externas da ISO 9001:2008. Como as auditorias são semestrais e intercaladas, as áreas são auditadas praticamente a cada 3 (três) meses. Se constatado algum desvio na execução dos planos ou nos seus resultados são registradas não conformidades, que tem seu tratamento através de ações corretivas, e a sua verificação de eficácia realizada na auditoria seguinte.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

### 2.3 Desempenho orçamentário

A proposta orçamentária de 2016 foi elaborada de acordo com as diretrizes do PPA, com o valor de R\$ 73.130.000,00. Foi aprovada na Sessão Plenária Ordinária nº 936 do Crea-PR, realizada em 06/10/2015, e aprovada pelo Confea em 23/11/2015, na Sessão Plenária Ordinária nº 1.425, através da PL-2421/2015. A elaboração da proposta seguiu os parâmetros das Resoluções do Confea n.º 1036 e n.º 1037, ambas de 2011, quanto à forma e plano de contas estabelecido ao Setor Público.

Os valores estimados para a receita decorrem do estabelecido no anexo da Decisão PL 2041/2015, que disciplina a cobrança de taxas para 2016, levando-se em conta as tendências de execução de recebimentos, além dos valores a serem obtidos pela aplicação em caderneta de poupança e receitas de capital.

A origem das receitas do Crea-PR é das contribuições de anuidades, receita tributária – ART, receitas de serviços, multas de infração, dívida ativa, transferências correntes entre outras. As receitas de capital decorrem de alienações de bens e transferências de capital de convênios (Prodesu) para aquisição de veículos e equipamentos de informática.

Em decorrência da previsão da receita foram fixados os valores das despesas para o custeio das atividades normais, incluindo a aérea administrativa e deliberativa do Conselho e investimentos necessários, voltados ao aprimoramento das ações de fiscalização e atendimento aos profissionais e empresas da Engenharia e Agronomia e atividades afins. A soma dos valores ficou igualmente fixada ao previsto da receita, ou seja, R\$ 73.130.000,00, incluindo também, recursos para a realização da 73ª SOEA e 9º CNP, ocorridos no Paraná no ano de 2016.

A execução da receita foi realizada além do esperado e estimado no orçamento, já as despesas foram realizadas abaixo do orçado e atenderam a legislação quanto à observância dos princípios constitucionais: economicidade, publicidade, transparência, legalidade, eficácia e efetividade, na contratação de bens e serviços.

Evidenciamos através dos gráficos a seguir a participação das fontes de receitas realizadas em 2016 e também a participação dos elementos das despesas:

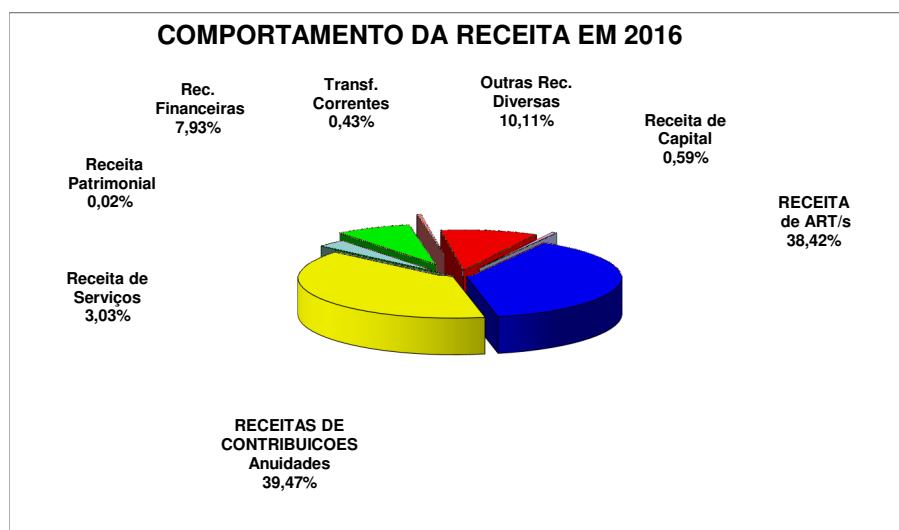


Figura 6 – Comportamento da receita em 2016 em %



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

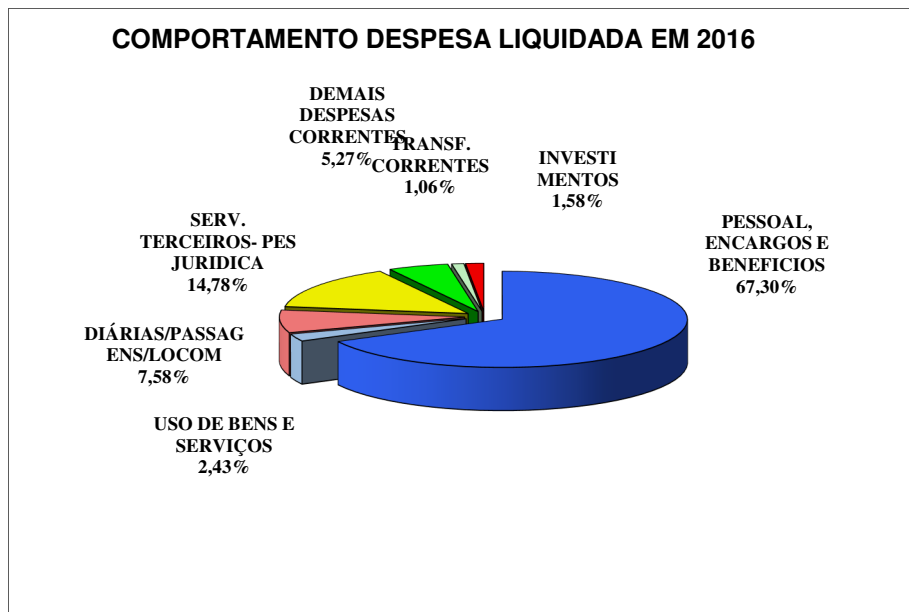


Figura 7 – Comportamento da despesa liquidada em 2016 em %

### 2.3.1 Execução descentralizada com transferência de recursos

As transferências de recursos no Crea-PR sempre foram realizadas por meio de convênios, somente para Entidades de Classe ou Instituições de Ensino regulares. A política de repasse de auxílios financeiros às Entidades de Classe e Instituições de Ensino esteve fundamentada nas Resoluções 1027/2012, 1032/2011 e 1038/2012, todas revogadas, sendo substituídas pelas Resoluções 1052/2014 e 1053/2014, que regulamentavam dois tipos de convênios, permitindo o repasse de valores até o montante de 16% do valor líquido recebido com as ART/s (Anotações de Responsabilidade Técnica) e multas.

No Crea-PR o percentual definido para os repasses no início de 2013 era de 10% passando a 12% através da Decisão Plenária n.º 082/2013 em 19/03/2013 e, alcançando o patamar de 16% pela Decisão Plenária n.º 018/2014, de 18/02/2014.

Em 29 de setembro de 2015 todos os convênios firmados através das Resoluções n.º 1.052/2014 e n.º 1.053/2014 foram suspensos por força da Resolução n.º 1.065/2015 do Confea, sendo que em 31 de dezembro de 2015 todos os convênios rescindidos unilateralmente pelo Crea-PR.

Em 02 de agosto de 2016 o Crea-PR tornou público o Edital de Chamamento Público n.º 004/2016–DRI, sob a regência das Leis n.º 13.019/2014, n.º 13.204/2015 e n.º 5.194/1966 e Resolução n.º 1.075/2016 do Confea, publicada em 14 de junho de 2016, com vistas à seleção de propostas para a execução de projetos de interesse do Sistema Confea/Crea, através de Termo de Fomento, oriundos de Entidades de Classe com registro ativo no Crea-PR, mediante as regras e condições estabelecidas em Edital. As propostas para o Edital dizem respeito a projetos para o exercício de 2017, não havendo assim repasses às Entidades de Classe no exercício de 2016.

### 2.3.2 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

Nos últimos três exercícios (2014, 2015 e 2016) foram celebrados os quantitativos de instrumentos abaixo citados, com os respectivos valores totalizadores:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS									
	Quantidade de instrumentos celebrados			Quantidade de entidades beneficiadas			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Fonte de Recursos da Resolução nº 1.032/2011 - 1.053/2014	47	47	-	47	47	-	2.339.236,00 <sup>1</sup>	2.135.426,47	-
Fonte de Recursos da Resolução nº 1.032/2011 - 1.052/2014	18	6	-	16	6	-		19.300,00	
<b>Totais</b>	<b>65</b>	<b>53</b>	<b>-</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>-</b>	<b>2.339.236,00</b>	<b>2.154.726,47</b>	<b>-</b>

<sup>1</sup> A fonte de Recursos utilizada era a Resolução 1.032/2011, a qual foi revogada pelas Resoluções 1.052/2014 e 1.053/2014 do CONFEA.

Fonte: Arquivo Departamento de Relações Institucionais

**Tabela 2: Visão geral dos convênios celebrados**

Verifica-se no quadro acima que permaneceu estável, nos exercícios de 2014 e 2015, a quantidade de instrumentos celebrados entre o Conselho, Entidades de Classe e Instituições de Ensino, baseados na Resolução nº 1.032/2011, diminuindo a quantidade total de instrumentos celebrados em 2015, principalmente aos que se referem à captação de recursos através da Resolução nº 1.052/2014. Já a quantidade de entidades e instituições beneficiadas se manteve em equilíbrio, visto que somente podem firmar o convênio àquelas que possuem registro ativo e situação regular perante o Crea-PR, ou seja, houve pouca alteração no rol de organizações habilitadas a celebrar tais instrumentos.

Tivemos, em 2014 e 2015; 50 (cinquenta) organizações beneficiadas, sendo que a quantidade de beneficiados não corresponde à somatória dos convênios firmados, considerando a possibilidade de celebração de instrumentos com objetos diferentes (mútua cooperação e auxílio financeiro), conforme previsto na extinta Resolução nº 1.032/2011 e Resoluções nº 1.052 e nº 1.053, ambas de 2014.

As contrapartidas destes convênios são os serviços de apoio à fiscalização e aperfeiçoamento técnico dos profissionais, conforme previsão da legislação aplicável.

### **2.3.3 Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores**

Desde o ano de 2012 os processos de prestação de contas, quando protocolados pelos conveniados, são encaminhados diretamente ao Departamento de Relações Institucionais que faz a anexação da mesma ao processo que contém o plano de trabalho e convênio celebrado e analisa os relatórios mensais de regularidade fiscal. Após esta etapa o processo é encaminhado ao Departamento Financeiro e Contábil para a realização da análise técnica contábil e posterior apreciação pela Comissão de Tomada de Contas, que elabora parecer final para apreciação em Plenário.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

<b>RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELO CREA-PR</b>			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado – Valores em R\$ 1,00)
			Convênios
2016 <sup>1</sup>	Contas Prestadas	Quantidade	52
		Montante Repassado	2.133.712,02
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1
		Montante Repassado	21.014,45
2015 <sup>2</sup>	Contas Prestadas	Quantidade	65
		Montante Repassado	2.339.236,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-
		Montante Repassado	-
2014 <sup>3</sup>	Contas Prestadas	Quantidade	63
		Montante Repassado	1.443.267,30
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-
		Montante Repassado	-
2013 <sup>4</sup>	Contas Prestadas	Quantidade	65
		Montante Repassado	1.007.946,10
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-
		Montante Repassado	-
Anteriores a 2013 <sup>5</sup>	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	4
		Montante Repassado	8.128,40

<sup>1</sup> O exercício da Prestação de Contas de 2016, refere-se aos convênios firmados em 2015;  
<sup>2</sup> O exercício da Prestação de Contas de 2015, refere-se aos convênios firmados em 2014;  
<sup>3</sup> O exercício da Prestação de Contas de 2014, refere-se aos convênios firmados em 2013;  
<sup>4</sup> O exercício da Prestação de Contas de 2013, refere-se aos convênios firmados em 2012;  
<sup>5</sup> O exercício da Prestação de Contas anteriores a 2013, refere-se aos convênios firmados até 2011;

Fonte: Arquivo Departamento de Relações Institucionais

**Tabela 3: Situação das prestações de contas de convênios**

Verifica-se no quadro acima a não apresentação de uma prestação de contas de convênios firmados no exercício de 2015 e quatro prestações de contas de convênios firmados em exercícios anteriores a 2013.

Os convênios que ainda não tiveram sua prestação de contas entregue ao Conselho são:

a) Convênio: 2014/6-000718-5

Conveniada: Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia do Paraná

Valor da conta não prestada: R\$ 21.014,45

No dia 13 de dezembro de 2016 a Entidade efetuou a devolução do valor reajustado de R\$ 23.829,46.

b) Convênio: 001/2011

Conveniada: Universidade Federal do Paraná

Valor da conta não prestada: R\$ 2.800,00

Processo encaminhado ao Departamento de Relações Institucionais, no Setor de Gestão Contábil de Convênios, para tentativa de contato para cobrança amigável. Sem sucesso de contato o mesmo será encaminhado ao departamento jurídico para cobrança.

c) Convênio: 006/2011

Conveniada: Universidade Estadual de Maringá

Valor da conta não prestada: R\$ 1.646,40



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Após contato do Setor de Gestão Contábil de Convênios a instituição prestou contas com divergências. A prestação foi enviada para análise da Comissão de Tomada de Contas, conforme prevê o procedimento.

d) Convênio: 010/2011

Conveniada: Universidade Estadual do Norte do Paraná – Campus Luiz Meneghel

Valor da conta não prestada: R\$ 1.806,00

Processo encaminhado ao Departamento de Relações Institucionais, no Setor de Gestão Contábil de Convênios, para tentativa de contato para cobrança amigável. Sem sucesso de contato o mesmo será encaminhado ao departamento jurídico para cobrança.

e) Convênio: 014/2011

Conveniada: Centro Universitário de Maringá

Valor da conta não prestada: R\$ 1.876,00

Processo encaminhado ao Departamento de Relações Institucionais, no Setor de Gestão Contábil de Convênios, para tentativa de contato para cobrança amigável. Sem sucesso de contato o mesmo será encaminhado ao departamento jurídico para cobrança.

#### 2.3.4 Visão gerencial da análise das contas prestadas

No próximo quadro estão estratificadas as informações sobre a análise das prestações de contas no exercício 2016.

<b>SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS</b>			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão			Instrumentos
			Convênios
2016 <sup>1</sup>	Contas analisadas	Quantidade aprovada	20
		Quantidade reprovada	1
		Quantidade de TCE instauradas	-
		Montante repassado (R\$)	891.790,71
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	31
		Montante repassado (R\$)	1.243.635,76
		Recursos Repassados (R\$)	16.241,69

<sup>1</sup> O exercício da Prestação de Contas de 2016, refere-se aos convênios firmados em 2015

Fonte: Arquivo Departamento de Relações Institucionais  
**Tabela 4: Situação da análise das contas de convênios prestadas**

Das 52 prestações de contas entregues no exercício de 2016, 21 delas já foram analisadas, sendo que uma foi reprovada devido à entrega fora do prazo. Os demais 31 processos estão ainda em análise pela Comissão de Orçamento e Tomada de Contas. Dos processos já aprovados, foi restituído ao Conselho um total de R\$ 769.377,22 (setecentos e sessenta e nove mil, trezentos e setenta e sete reais e vinte e dois centavos), também houve a devolução reajustada pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia do Paraná, no valor de R\$ 23.829,46 (vinte e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e quarenta e seis centavos), que teve a prestação reprovada devido à apresentação fora do prazo.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	31

Fonte: Arquivo Departamento de Relações Institucionais.

Tabela 5: Perfil dos atrasos na análise de contas prestadas

Todos os 31 processos já foram objeto de análise administrativa e contábil pelo DRI – Departamento de Relações Institucionais e enviados para aprovação/homologação na instância deliberativa do Conselho, no caso, junto à Comissão de Orçamento e Tomada de Contas – CTC.

A publicidade dos Convênios do Crea-PR é efetuada através do seu sitio eletrônico no endereço: <http://www.crea-pr.org.br>. As informações podem ser encontradas na aba: **Institucional > Convênios > Convênios celebrados com Entidades de Classe**, podendo ser efetuado o download da relação dos convênios por ano de referencia.

### 2.3.5 Informação sobre a realização das receitas

#### Demonstrativo da execução da receita

FONTE/RECURSOS	RECEITA PROJETADA 2016	RECEITA REALIZADA 2016	% VARIACÃO
<b>Receitas Correntes</b>	<b>68.115.000,00</b>	<b>69.855.793,00</b>	<b>2,56</b>
Receita Tributária - ARTs	26.532.384,00	26.997.167,60	1,75
Rec. Contribuições Anuidades	27.238.797,25	27.737.012,39	1,83
Receita Patrimonial	14.350,00	13.506,40	-5,88
Receitas Serviços	2.224.043,68	2.130.924,85	-4,19
Receita Financeira	5.899.790,45	5.571.767,77	-5,56
Transferências Correntes	220.000,00	304.291,06	38,31
Divida Ativa	3.597.576,00	4.094.147,91	13,80
Multas de Infração	1.291.924,00	1.355.511,90	4,92
Outras	1.096.134,62	1.651.463,12	50,66
<b>Receitas de Capital</b>	<b>615.000,00</b>	<b>413.996,40</b>	<b>-32,68</b>
Alienação de Bens e Prodesu	615.000,00	413.996,40	-32,68
73ª SOEA/CNP	4.400.000,00	4.445.439,30	1,03
<b>TOTAL ORÇAMENTARIO</b>	<b>73.130.000,00</b>	<b>74.715.228,70</b>	<b>2,17</b>

Tabela 6: Comportamento da receita projetada e realizada em 2016

As receitas correntes foram projetadas em R\$ 68.115.000,00 (sessenta e oito milhões, cento e quinze mil reais) e realizados R\$ 69.855.793,00 (sessenta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e noventa e três reais), atingido assim 102,56% da previsão. As receitas de capital ficaram abaixo do previsto em função de um convênio do Prodesu, realizado entre o Crea-PR e o Confea, para obtenção de recursos para aplicação na área de informática do Regional, cujo valor seria repassado no exercício 2016, porém, foi adiado para 2017.

O atingimento da realização da receita total, no percentual de 102,17% em relação ao projetado, demonstra a eficiência do Crea-PR, que mantém em pleno desenvolvimento e melhoria contínua as ações de cobrança de anuidades de profissionais e empresas, multas de autos de infração, registros de Anotações de Responsabilidade Técnica - ART e processos em dívida ativa.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Como destaque no exercício de 2016 registra-se que o Crea-PR foi anfitrião da 73ª SOEA – Semana Oficial da Engenharia e do 9º CNP – Congresso Nacional de Profissionais, eventos de âmbito nacional, que ocorrem anualmente em Estados diferentes, mediante processo de escolha capitaneado pelo Plenário do Confea. Os registros contábeis demonstram a entrada de recursos destacados no quadro acima (4,4 milhões), os quais tiveram origem em convênios firmados com o Confea e a Mútua, nas taxas de inscrições e em patrocínios captados para o evento.

**Comparativo da receita nos últimos 3 (três) exercícios**

<b>FONTE/RECURSOS</b>	<b>RECEITA 2014</b>	<b>%</b>	<b>RECEITA 2015</b>	<b>%</b>	<b>RECEITA 2016</b>
<b>Receitas Correntes</b>	<b>56.342.986,33</b>	<b>9,37</b>	<b>61.620.023,01</b>	<b>13,37</b>	<b>69.855.793,00</b>
Receita Tributária - ARTs	25.188.208,04	2,15	25.728.782,04	4,93	26.997.167,60
Rec. Contribuições Anuidades	23.385.202,44	5,61	24.695.970,48	12,31	27.737.012,39
Receita Patrimonial	9.598,86	117,73	20.899,68	-35,38	13.506,40
Receitas Serviços	2.070.356,44	-8,11	1.902.360,61	12,01	2.130.924,85
Receita Financeira	2.962.740,36	52,70	4.523.969,11	23,16	5.571.767,77
Transferências Correntes	59.000,00	66,95	98.500,00	208,92	304.291,06
Dívida Ativa	1.696.331,44	57,28	2.668.032,14	53,45	4.094.147,91
Multas de Infração	510.460,53	120,84	1.127.300,15	20,24	1.355.511,90
Outras	461.088,22	85,26	854.208,80	93,33	1.651.463,12
<b>Receitas de Capital</b>	<b>195.520,00</b>	<b>396,93</b>	<b>971.598,00</b>	<b>-57,39</b>	<b>413.996,40</b>
Alienação de Bens e Prodesu	195.520,00	396,93	971.598,00	-57,39	413.996,40
73ª SOEA/CNP	-	-	-	-	4.445.439,30
<b>TOTAL ORÇAMENTARIO</b>	<b>56.538.506,33</b>	<b>10,71</b>	<b>62.591.621,01</b>	<b>19,37</b>	<b>74.715.228,70</b>

Tabela 7: Comparativo da receita nos últimos 3 exercícios

Analisando o comparativo das receitas nos últimos três exercícios, observa-se a evolução balanceada das receitas correntes, que em 2016 ficou 13,37% acima do realizado em 2015.

As principais receitas que contribuíram para esse resultado foram:

- Receita de Contribuições – Anuidades: maior número de recebimento de anuidades de profissionais e empresas, fato atribuído às melhorias contínuas dos sistemas de controle de inadimplentes e facilidades implantadas para o acesso autônomo dos profissionais e empresas para a quitação dos débitos.

- Receita Financeira: em função do volume de recursos aplicados em poupança, obtendo-se maior rendimento financeiro;

- Transferências Correntes: em função dos convênios firmados em 2016 com o Confea (Prodesu), para o treinamento da Fiscalização e convênios com a Mútua, para o Congresso Estadual de Profissionais e Encontro Estadual de Entidades de Classe;

- Dívida Ativa: maior número de processos de execução fiscais ajuizados, planejamento estratégico quanto à cobrança judicial e extrajudicial da Dívida Ativa, com a realização de planos de ação e acompanhamento de resultados, adoção de novos instrumentos de cobrança dos créditos, a exemplo do protesto, e ainda, mutirões administrativos e judiciais de conciliação, acordos com outras entidades para buscas de dados e informações de devedores para atualização cadastrais, implementação de rotinas de sistemas de cobranças, com especialização do setor de Dívida Ativa.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

- Multas de Infração: melhora na eficiência da fiscalização, que com a utilização de tecnologia e reorganização de seu pessoal, com profissionais de nível superior e técnicos, ambos com formações ligadas às áreas do Crea-PR, além do apoio administrativo especializado, vem demonstrando resultados positivos nas rotinas de combate à informalidade e irregularidades em obras e serviços fiscalizados, aplicando em consequência, maior número de infrações.

- Outras: neste grupo encontram-se as rubricas de Restituições e Indenizações que são decorrentes de penalidades aplicadas em processos licitatórios, em função do não cumprimento de edital, de processos ajuizados em que o Crea-PR foi vencedor, de restituições ao Conselho de valores não utilizados pelas Entidades de Classe nos convênios de mútua cooperação de 2014 e 2015 e de receitas não identificadas. Neste último item o montante foi de R\$ 35.189,43 (trinta e cinco mil, cento e oitenta e nove reais e quarenta e três centavos), valor com pouca representatividade frente ao montante total do grupo.

As receitas de capital são originadas de alienações de bens patrimoniais ou de convênios do Prodesu para aquisições de bens, com resultados distintos em cada exercício, não servindo de base única a comparação direta entre exercícios. No exercício de 2016 os valores apresentados não foram relevantes em relação ao montante da receita total.

### 2.3.6 Informações sobre a execução das despesas

DESTINAÇÃO/DESPESA	DESPESA ESTIMADA 2016	DESPESA LIQUIDADADA 2016	% VARIÇÃO
<b>Despesas Operacional</b>	<b>62.144.070,00</b>	<b>55.599.415,59</b>	<b>-10,53</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.637.018,99	32.524.427,46	-0,34
BENEFÍCIOS E ASSIST.PESSOAL	6.579.360,00	5.909.236,09	-10,19
USO DE BENS E SERVIÇOS	1.704.398,41	1.388.240,69	-18,55
DIÁRIAS/PASSAGENS/LOCOMOÇÕES	4.525.870,00	4.328.559,66	-4,36
SERV. TERCEIROS- PES JURIDICA	10.565.767,59	8.438.442,00	-20,13
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.594.524,71	1.482.499,01	-7,03
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	3.889.030,30	897.191,34	-76,93
SERVIÇOS BANCÁRIOS	648.100,00	630.819,34	-2,67
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.134.800,00	605.839,02	-71,62
<b>SOMA DESPESAS CORRENTE S</b>	<b>64.278.870,00</b>	<b>56.205.254,61</b>	<b>-12,56</b>
OBRAS/INSTALAÇÕES/OUTRAS	1.111.650,00	255.997,86	-76,97
INVEST./EQUIPAMENTOS	1.639.480,00	644.938,57	-60,66
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS/Software	700.000,00	0,00	-100,00
<b>SOMA DE SPESAS CAPITAL</b>	<b>3.451.130,00</b>	<b>900.936,43</b>	<b>-73,89</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	
7º SOEA/CNP	4.400.000,00	4.038.058,71	-8,23
<b>TOTAL ORÇAMENTARIO</b>	<b>73.130.000,00</b>	<b>61.144.249,75</b>	<b>-16,39</b>

Nota: As despesas de restos a pagar não processados de 2016, que somaram R\$ 761.785,26, não fazem parte do quadro.

Tabela 8: Comportamento da despesa estimada com a liquidada em 2016

As despesas foram fixadas para atender as atividades operacionais de custeio dos setores administrativos e os investimentos necessários, voltados ao aprimoramento no atendimento aos profissionais e empresas da Engenharia e Agronomia e atividades afins, incluindo também,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

recursos para a realização da 73ª SOEA e 9º CNP, totalizando o montante de R\$ 73.130.000,00 (setenta e três milhões, cento e trinta mil reais), igualmente à receita prevista.

A contratação de bens e serviços se efetivou através de processos administrativos, em cumprimento à legislação e observância à Lei nº 8.666/1993, bem como aos princípios constitucionais quanto à legalidade, impessoalidade, economicidade, efetividade e publicidade. Os pagamentos ocorreram após o atestado de conformidade da área responsável na respectiva Nota Fiscal, acompanhada das certidões negativas do fornecedor, em conformidade com as normas aplicáveis.

Os investimentos usualmente são realizados após a confirmação dos valores previstos na receita e estão alinhados ao plano de investimento aprovado em Diretoria, que visa atender as necessidades decorrentes das atividades administrativas e de fiscalização do Conselho.

As despesas correntes liquidadas atingiram 89,47% do orçado, ficando demonstrada a eficiência da gestão na aplicação dos recursos. As práticas adotadas em exercícios anteriores vêm se mantendo, priorizando a utilização dos recursos no que é estritamente necessário às atividades operacionais, além da contenção de despesas que já vem se adotando em todos os setores, e ainda, pela política atual da não reposição integral de funcionários no Conselho, entre outras ações, visando o equilíbrio financeiro, de modo a possibilitar a continuidade da sustentabilidade e fomentar cada vez mais a valorização da classe profissional.

As despesas de Capital atingiram 26,11% da previsão, uma vez que não se concretizaram as aquisições de alguns equipamentos de informática, adiadas para 2017 em função do convênio do Prodesu junto ao Confea, e ainda, a não realização das reformas de imóveis próprios e aquisição de salas comerciais para duas inspetorias no interior do Estado. A reserva de contingência não foi utilizada no exercício.

Nos quadros a seguir demonstramos o comparativo da despesa realizada em 2015 e 2016:

DESTINAÇÃO/DESPESA	DESPESA LIQUIDADADA 2015	DESPESA LIQUIDADADA 2016	% VARIÇÃO
<b>DE SPESAS CORRENTES</b>	<b>50.923.593,09</b>	<b>56.205.254,61</b>	<b>10,37</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.886.801,62	32.524.427,46	8,83
BENEFÍCIOS E ASSIST.PESSOAL	5.928.491,09	5.909.236,09	-0,32
USO DE BENS E SERVIÇOS	828.395,92	1.388.240,69	67,58
DIÁRIAS/PASSAGENS/LOCOMOÇÕES	3.046.554,32	4.328.559,66	42,08
SERV. TERCEIROS- PES JURIDICA	7.724.497,75	8.438.442,00	9,24
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	218.952,78	1.482.499,01	577,09
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	415.201,25	897.191,34	116,09
SERVIÇOS BANCÁRIOS	555.074,97	630.819,34	13,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.319.623,39	605.839,02	-73,88
<b>DE SPESAS CAPITAL</b>	<b>1.191.205,92</b>	<b>900.936,43</b>	<b>-24,37</b>
OBRAS/INSTALAÇÕES/OUTRAS	356.257,00	255.997,86	-28,14
INVEST./EQUIPAMENTOS	834.948,92	644.938,57	-22,76
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS/Software	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
73ª SOEA/CNP	-	4.038.058,71	-
<b>TOTAL ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>52.114.799,01</b>	<b>61.144.249,75</b>	<b>17,33</b>

Tabela 9: Comparativo da despesa nos últimos 2 exercícios



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

**DESPESAS CORRENTES**

GRUPOS DE DESPESAS	EMPENHADA		LIQUIDADADA		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Despesas Correntes</b>	<b>56.911.727,83</b>	<b>51.697.401,55</b>	<b>56.205.254,61</b>	<b>50.923.593,09</b>	<b>706.473,22</b>	<b>773.808,46</b>	<b>55.967.106,14</b>	<b>50.214.388,25</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.524.427,46	29.886.801,62	32.524.427,46	29.886.801,62	0,00	0,00	32.524.427,46	29.886.801,62
BENEFÍCIOS E ASSIST.PESSOAL	5.909.236,09	5.928.491,09	5.909.236,09	5.928.491,09	0,00	0,00	5.905.513,26	5.924.804,69
USO DE BENS E SERVIÇOS	1.458.200,29	1.001.145,92	1.388.240,69	828.395,92	69.959,60	172.750,00	1.388.240,69	807.884,09
DIÁRIAS/PASSAGENS/LOCOM.	4.336.168,90	3.046.554,32	4.328.559,66	3.046.554,32	7.609,24	0,00	4.322.511,75	3.027.584,91
SERV. TERCEIROS- PES JURIDICA	9.067.075,50	8.325.556,21	8.438.442,00	7.724.497,75	628.633,50	601.058,46	8.240.589,94	7.085.107,61
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.482.769,89	218.952,78	1.482.499,01	218.952,78	270,88	0,00	1.482.499,01	218.680,36
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	897.191,34	415.201,25	897.191,34	415.201,25	0,00	0,00	897.191,34	415.201,25
SERVIÇOS BANCÁRIOS	630.819,34	555.074,97	630.819,34	555.074,97	0,00	0,00	630.819,34	555.074,97
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	605.839,02	2.319.623,39	605.839,02	2.319.623,39	0,00	0,00	575.313,35	2.293.248,75

**DESPESAS DE CAPITAL**

GRUPOS DE DESPESAS	EMPENHADA		LIQUIDADADA		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b>Despesas de Capital</b>	<b>956.248,47</b>	<b>2.050.516,46</b>	<b>900.936,43</b>	<b>1.191.205,92</b>	<b>55.312,04</b>	<b>859.310,54</b>	<b>900.936,43</b>	<b>1.191.205,92</b>
OBRAS/INSTALAÇÕES/OUTRAS	255.997,86	1.105.224,89	255.997,86	356.257,00	0,00	748.967,89	255.997,86	356.257,00
INVEST./EQUIPAMENTOS	700.250,61	945.291,57	644.938,57	834.948,92	55.312,04	110.342,65	644.938,57	834.948,92
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS/Software	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	
Despesas da 73ª SOEA/CNP	4.038.058,71	0	4.038.058,71	0	0,00	0,00	4.017.808,75	0,00
<b>TOTAIS</b>	<b>61.906.035,01</b>	<b>53.747.918,01</b>	<b>61.144.249,75</b>	<b>52.114.799,01</b>	<b>761.785,26</b>	<b>1.633.119,00</b>	<b>60.885.851,32</b>	<b>51.405.594,17</b>

Fonte: Balanço Orçamentário 2015 e 2016 - Sistema Implanta Informática

**Tabela 10: Execução das despesas por grupo e elementos de despesa**

As despesas correntes ficaram 10,37% acima em relação ao exercício de 2015, devido aos seguintes fatores:

- **Pessoal e encargos sociais:** manteve-se estável o quadro de pessoal, inclusive sem reposição integral de funcionários, ocorrendo apenas reajuste salarial pelo INPC, conforme dissídio da categoria, progressão por meritocracia e reposição de 3 (três) agentes profissionais do sistema de nível técnico.

- **Benefícios e assistência pessoal:** este item ficou 0,32% abaixo em relação a 2015, em função da não reposição integral de funcionários em 2016.

- **Uso de bens e serviços:** aumento significativo em função das seguintes situações: aquisição de materiais de expediente no início de 2016, face não ter sido adquirido no final de 2015, confecção de carteiras de identificação profissional que passaram a ser emitidas pelos Crea/s e não mais pelo Confea, reposição de materiais de informática, aquisição de materiais elétricos para disponibilização de novos pontos de tomadas elétricas no novo imóvel locado para a Regional Curitiba, aquisição de novas licenças de software e aquisição de bens não ativáveis.

- **Diárias/passagens/locomotões:** maior número de diárias e deslocamentos dos conselheiros, colaboradores e funcionários, em função dos eventos ocorridos em 2016. Houve uma



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

série de reuniões preparatórias nas diversas Regionais, com vistas à realização do Congresso Estadual de Profissionais - CEP, evento este que ocorre a cada três anos em todos os Crea/s para discussão de assuntos de relevância da engenharia, agronomia e atividades afetas ao Sistema Confea/Crea, para posterior discussão e aprovação no Congresso Nacional de Profissionais – CNP. Reuniões de planejamento e organização da 73ª SOEA e 9º CNP, sediadas no Paraná neste exercício. Maior número de reuniões das Câmaras Especializadas e uma reunião extraordinária do Plenário do Conselho.

- **Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica:** manteve-se praticamente igual a 2015, apenas reajustes dos serviços contratados de limpeza e conservação, vigilância, recepção, serviços de internet, locação de imóveis. Em algumas rubricas houve decréscimo em relação a 2015, como por exemplo, energia, água, telefonia, postagem de correspondência, serviços de informática, assessoria e consultoria, resultado das ações tomadas para economia e contenção de despesas.

- **Tributárias e contributivas:** o percentual foi significativo em relação a 2015 e decorre da taxa de regularização junto a Prefeitura Municipal de Curitiba para atender o potencial construtivo da edificação para comercial, considerando que o edifício Sede do Crea-PR, em Curitiba, se encontrava irregularmente cadastrado como residencial, necessitando desta regularização para possibilitar a reforma do imóvel em 2017, com as devidas adaptações e de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros.

- **Demais despesas correntes:** ajuizamento maior de processos de dívida ativa na esfera estadual e federal.

- **Serviços bancários:** atualização das tarifas de cobrança dos boletos de arrecadação emitidos pelo Crea-PR.

- **Transferências correntes:** decréscimo de 73% em relação ao exercício anterior em função da suspensão dos repasses de convênios de mútua cooperação com as entidades de classe.

- **Despesas de Capital:** decréscimo de 24% devido ao adiamento da aquisição de alguns equipamentos de informática para 2017, em função do convênio do Prodesu junto ao Confea, e ainda a não concretização de reformas de imóveis próprios e aquisição de salas comerciais para as duas Inspetorias no interior do Estado, que estavam previstas para o exercício.

- **73ª SOEA/CNP:** despesa atípica que ocorreu em 2016 em função do Crea-PR ser o anfitrião e o realizador da 73ª Semana Oficial da Engenharia e 9º Congresso Nacional de Profissionais, cujos recursos para realizar os pagamentos tiveram origem no convênio do Confea e Mútua, taxas de inscrições dos participantes e cotas de patrocínios com a disponibilização de estandes para a Itaipu Binacional, Caixa Econômica Federal, Federação dos Engenheiros e outros, para divulgação de suas atividades junto ao público participante do evento.

### 2.3.7 Despesas totais por modalidade de contratação

Para demonstrar as despesas executadas e pagas com contratações e com pessoal no exercício de 2015 e 2016 apresentamos o quadro abaixo:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

DESPESAS COM CONTRATAÇÃO E COMPESSOAL								
Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2016		2015		2016		2015	
<b>1. Modalidade de Licitação</b>	<b>10.162.678,75</b>	<b>17,13</b>	<b>6.783.719,20</b>	<b>13,76</b>	<b>10.533.526,41</b>	<b>17,62</b>	<b>5.247.552,10</b>	<b>11,03</b>
1.1. Convite			0,00				0,00	
1.2. Tomada de Preços	298.624,59		201.298,23		298.624,59		201.298,23	
1.3. Concorrência	255.997,86		1.105.224,89		1.004.965,75		356.257,00	
1.4. Pregão	9.608.056,30		5.477.196,08		9.229.936,07		4.689.996,87	
1.5. Concurso	0,00		0,00		0,00		0,00	
1.6. Consulta	0,00		0,00		0,00		0,00	
<b>2. Contratações Diretas</b>	<b>5.182.094,01</b>	<b>8,74</b>	<b>2.510.957,39</b>	<b>5,09</b>	<b>4.980.683,54</b>	<b>8,33</b>	<b>2.168.977,45</b>	<b>4,56</b>
2.1. Dispensa	2.648.511,62		1.939.585,71		2.450.437,01		1.745.202,14	
2.2. Inexigibilidade	2.533.582,39		571.371,68		2.530.246,53		423.775,31	
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>169.332,97</b>	<b>0,29</b>	<b>153.875,75</b>	<b>0,31</b>	<b>169.332,97</b>	<b>0,28</b>	<b>153.875,75</b>	<b>0,32</b>
3.1. Suprimento de Fundos	169.332,97		153.875,75		169.332,97		153.875,75	
<b>4. Pagamento de Pessoal</b>	<b>35.019.286,82</b>	<b>59,03</b>	<b>30.413.795,89</b>	<b>61,68</b>	<b>35.019.286,82</b>	<b>58,57</b>	<b>30.413.795,89</b>	<b>63,92</b>
4.1. Pagamento em Folha	32.524.427,46		29.886.801,62		32.524.427,46		29.886.801,62	
4.2. Diárias	2.494.859,36		526.994,27		2.494.859,36		526.994,27	
<b>5. Outros</b>	<b>8.790.842,27</b>	<b>14,82</b>	<b>9.444.847,62</b>	<b>19,16</b>	<b>9.088.533,29</b>	<b>15,20</b>	<b>9.595.803,57</b>	<b>20,17</b>
<b>Total</b>	<b>59.324.234,82</b>	<b>100,00</b>	<b>49.307.195,85</b>	<b>100,00</b>	<b>59.791.363,03</b>	<b>100,00</b>	<b>47.580.004,76</b>	<b>100,00</b>

Tabela 11: Despesas por modalidade de contratação nos 2 últimos exercícios

As compras e contratações são planejadas para serem efetuadas de forma centralizada, baseada nos históricos de consumo e nas previsões das demandas por parte de cada setor. O Pregão, na sua forma eletrônica, foi a modalidade de licitação mais utilizada, restando as demais modalidades para as contratações de obras de engenharia, especialmente no que diz respeito à manutenção e ampliação das edificações em uso.

Cabe destacar que no exercício de 2016 o Crea-PR foi responsável pela organização da 73ª Semana Oficial de Engenharia e Agronomia – SOEA e do 9º Congresso Nacional de Profissionais - CNP, que se realizaram no município de Foz do Iguaçu – PR. Tais eventos, do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, foram cobertos por recursos repassados mediante convênio específico, resultando em valores executados e pagos daquele exercício, acrescidos aos campos “Pregão Eletrônico” (R\$ 2.500.000,00) e “Inexigibilidade” (R\$ 773.025,85).

Ainda no exercício de 2016, no campo “Inexigibilidade”, foi incluída a compra do potencial construtivo junto ao Município de Curitiba – PR, no valor de R\$ 1.174.824,00, indispensável à obtenção das autorizações para a reforma e ampliação do atual Edifício Sede do Crea-PR.

É relevante destacar que as execuções de muitos objetos contratados, especialmente a prestação de serviços contínuos, transcendem o exercício, fato este observável nas variações entre as despesas executadas e pagas. Ainda neste sentido, são identificáveis as despesas oriundas da prorrogação vantajosa de contratos originados em licitações anteriores, as alterações de contratos e as adesões a atas de registro de preços, todas informadas no campo “Outros”.

## 2.4 Desempenho Operacional – apresentação e análise de indicadores de desempenho

Para o monitoramento do desempenho operacional, e da gestão, anualmente são estabelecidas metas e indicadores para cada área, que são analisados bimestralmente em reuniões de análise de resultados. Estas metas e indicadores buscam medir o desempenho dos processos e a qualidade dos produtos e serviços, principalmente nas dimensões prazo e qualidade.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

As metas, indicadores e coletas de dados de cada uma das áreas do Conselho são formalmente definidas através de um documento do Sistema de Gestão que é o PTG GSG 04 – Plano de Indicadores das Metas e dos Processos. Sempre no início de cada ano é feita uma revisão nos indicadores e coletas de dados que foram monitorados no ano anterior a fim de verificar a sua pertinência e também identificar a necessidade de inclusão de novos indicadores de desempenho.

No **Anexo 9.2** demonstramos as principais metas e indicadores estabelecidos em 2016 e o resultado alcançado.

Analisando o resultado apresentado é possível perceber que a grande maioria das metas e indicadores foram integralmente ou parcialmente cumpridos durante o exercício de 2016, sendo que as que não foram integralmente cumpridas foram trazidas para o exercício de 2017 para a sua conclusão. Percebe-se que 81% das 56 metas estabelecidas encontram-se na situação realizadas ou parcialmente realizadas, restando apenas 19% de metas que realmente não foram realizadas.

Observamos que a maior parte das metas apresentadas no anexo acima citado dizem respeito à melhorias implantadas de forma estratégica, que demandam de planos de ação muitas vezes complexos e o envolvimento de várias áreas. Considerando que 2016 foi um ano atípico em função da realização da SOEA e CNP, onde muita dedicação foi dispensada para a organização desses dois importantes eventos, a alta direção julgou que a realização das metas se deu de forma satisfatória dentro das possibilidades apresentadas e que o não atingimento de algumas das metas não exerceu influência significativa em relação ao desempenho do Conselho e à qualidade da prestação dos serviços aos seus clientes.

O Crea-PR tem seu desempenho estratégico e operacional medido por metas e indicadores desde 2001, apresentando, portanto, um sistema de indicadores bastante consolidado. A formatação do processo de análise de resultados de forma individual e presencial com cada área, a capilarização dos indicadores e metas por toda a organização e a adoção de uma metodologia de gestão permite evidenciar, através dos resultados atingidos, o bom desempenho operacional do Conselho.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

### **3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS**

O conteúdo deste capítulo pretende demonstrar a estrutura de governança da unidade, explicitando as atividades realizadas pelas unidades que a compõem, os mecanismos e controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados, as atividades de correição, bem como a forma de remuneração dos membros de diretoria e de colegiados.

O conteúdo está organizado em sete subitens: “Descrição das estruturas de governança”, “Informações sobre os dirigentes e colegiados”, “Atuação da unidade de auditoria interna”, “Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos”, “Gestão de riscos e controles internos”, “Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados” e “Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada”.

#### **3.1 Descrição das estruturas de governança**

As estruturas de governança do Crea-PR estão legalmente definidas em seu Regimento Interno, em vigor desde 22 de abril de 2016, que versa sobre a organização, atribuições e finalidades do Conselho, do Plenário, das Câmaras Especializadas, dos Conselheiros, da presidência, da diretoria, das inspetorias, das comissões e gere os trabalhos dentro do Conselho.

Para auxiliar na sua gestão o Crea-PR adota o modelo de Governança Cooperativa que objetiva a aproximação e a inter-relação ente Inspetores, Conselheiros e a administração do Conselho e destes com as Entidades de Classe, Instituições de Ensino, profissionais, empresas, órgãos públicos e sociedade através de uma estrutura formal e sistematizada de encontros regionais. Trata-se de um momento de reunião das partes interessadas para a discussão de assuntos de interesse mútuo, dentre elas as ações desenvolvidas pelo Conselho e a participação política e profissional do Crea-PR através das entidades de classe nas suas áreas de atuação.

O envolvimento das entidades no processo é fundamental, uma vez que são elas a sinalizar quais as ações necessárias para serem trabalhadas, bem como as principais necessidades que merecem debates e soluções às profissões e aos profissionais.

Conta também com os Colegiados Regionais (Entidades de Classe, Inspetores, Instituições de Ensino e de Empresas) que se reúnem para debater assuntos pertinentes ao sistema profissional, como formação, exercício ético das profissões, planejamento da fiscalização, valorização das profissões e entraves burocráticos no exercício das profissões e na atuação empresarial.

As propostas decorrentes destas reuniões são documentadas e monitoradas até a sua conclusão e possuem uma ampla variedade de temas, desde alterações de procedimentos internos do Crea-PR até grandes mudanças que envolvem a legislação e regulamentação das profissões.

Em 2016 foram recebidas e analisadas 123 propostas dos vários colegiados, conforme quadro abaixo:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Departamento/Regional da origem do Protocolo	DEFERIDO	EM ANÁLISE	EM TRÂMITE	INDEFERIDO	Total
COLÉGIO DE ENTIDADES REGIONAIS	2			1	3
COLÉGIO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO REGIONAL	4			3	7
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	10		2		12
REGIONAL DE APUCARANA	4			1	5
REGIONAL DE CASCAVEL	17		3	5	25
REGIONAL DE CURITIBA	1			2	3
REGIONAL DE GUARAPUAVA	5	1	1		7
REGIONAL DE LONDRINA	15		2	4	21
REGIONAL DE MARINGÁ	15		2	1	18
REGIONAL DE PATO BRANCO	10	2		4	16
REGIONAL DE PONTA GROSSA	5		1		6
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>21</b>	<b>123</b>

Fonte: Relatório de propostas de Reunião de Governança do infoCrea  
Tabela 12: Quantitativo de propostas recebidas dos colegiados em 2016

### 3.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados

#### 3.2.1 Diretoria

Em 2016 a Diretoria do Crea-PR esteve assim composta:

RELAÇÃO DOS DIRETORES			
	Nome	Cargo/Função	Mandato
1	Joel Krüger	Presidente	1º/01/2015 A 31/12/2017
2	Nilson Cardoso	Diretor 1º Vice-Presidente	13/01/2016 A 31/12/2016
3	Célia Neto Pereira da Rosa	Diretora 2º Vice-Presidente	13/01/2016 A 31/12/2016
4	William César Pollonio Machado	Diretor 1º Secretário	13/01/2016 A 31/12/2016
5	Paulo Roberto Domingues	Diretor 2º Secretário	13/01/2016 A 31/12/2016
6	Jorge Henrique Borges da Silva	Diretor 3º Secretário	13/01/2016 A 31/12/2016
7	Leandro José Grassmann	1º Diretor Financeiro	1º/01/2016 A 31/12/2016
8	João Ataliba de Resende Neto	2º Diretor Financeiro	13/01/2016 A 31/12/2016
9	Altair Ferri	Diretor Adjunto	13/01/2016 A 31/12/2016

Fonte: Decisões de Plenário 1061/2015 e 001/2016  
Tabela 13: Composição da Diretoria em 2016

A Diretoria é o órgão executivo da estrutura básica do Crea que tem por finalidade auxiliar a Presidência no desempenho de suas funções e decidir sobre questões administrativas. Seus membros são Conselheiros das modalidades vinculadas ao Sistema Confea/Crea/s eleitos pelo Plenário, para mandato de um ano. O presidente é eleito por voto secreto e direto dos profissionais regularmente registrados no Conselho e cumpre mandato de três anos. Tanto o presidente como os membros da diretoria não recebem remuneração por suas funções, sendo as mesmas consideradas serviço relevante prestado à Nação.

Dentre as competências da Diretoria estão: propor alteração do Regimento do Crea, analisar o orçamento do Crea a ser encaminhado ao Plenário para apreciação, propor diretrizes administrativas e supervisionar a gestão dos recursos materiais, humanos e financeiros do Crea, aprovar a organização da estrutura auxiliar, o plano de cargos e salários e o regulamento de pessoal do Crea, dentre outras, conforme estabelece o Art. 104 do Regimento Interno.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

### 3.2.2 Plenário

O Plenário do Crea-PR é composto por Conselheiros regionais, que são profissionais das modalidades vinculadas ao Sistema Confea/Crea/s representantes das escolas e faculdades que ministram cursos superiores afetos ao Sistema Confea/Crea, indicados por suas congregações, e pelos representantes das entidades de classe formadas por profissionais afetos ao sistema, que serão eleitos pelas entidades na forma de seus estatutos. Estas disposições estão nos artigos 38 e 39 da Lei nº 5.194/1966.

Para que possam indicar representantes para compor o Conselho, as instituições de ensino e as entidades de classe devem proceder seu registro no Crea do estado em que estão sediadas. O registro de instituição de ensino e entidades de classe são regulados por norma própria do Confea, a Resolução nº. 1070/2015.

O mandato dos Conselheiros regionais é de três anos e se renova anualmente pelo terço de seus membros, conforme estabelece o artigo 43 da Lei nº 5.194/1966. A renovação do terço dos plenários dos Crea/s está normatizada pela Resolução nº. 1071/2015. Nesta resolução está estabelecida a forma de cálculo da proporção das vagas de representantes por modalidades e a forma de calcular a distribuição destas vagas para cada entidade de classe, bem como os prazos que os Crea/s devem obedecer a fim de garantir as representações.

Uma vez indicados, a Resolução nº. 1071/2015 estabelece os critérios para que os representantes possam ser empossados como Conselheiros regionais. Uma vez atendidos os critérios estabelecidos o representante indicado pela instituição de ensino ou entidade de classe é empossado para exercer o cargo honorífico de Conselheiro regional por três anos, podendo ser reconduzido para um segundo mandato (artigo 81 da Lei nº 5.194/1966).

A composição do Plenário para o exercício de 2016 foi homologada pelo Confea através da Decisão PL-2490/2015. Em 2016 foram indicados 100 Conselheiros titulares e 84 suplentes.

A composição do Plenário do Crea-PR em 2016 está apresentada no **Anexo 9.3**.

### 3.2.3 Câmaras Especializadas

Os Conselhos Regionais funcionarão em pleno e para os assuntos específicos organizados em Câmaras Especializadas, conforme dispõe o artigo 42 da Lei nº 5.194/1966.

As Câmaras Especializadas são os órgãos decisórios da estrutura básica dos Crea/s, instituídas pelos artigos 45 e 46 da Lei já citada, que têm por finalidade o julgamento dos casos de infração da Lei nº 5.194/1966 e da Lei nº 6.496/1977, o julgamento das infrações do Código de Ética Profissional – Resolução nº. 1.002/2002 do Confea, o julgamento dos pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na região e a aplicação das penalidades e multas previstas na Lei nº 5.194/1966. Constituem-se na primeira instância de julgamento no âmbito do Sistema Confea/Crea. Também são as Câmaras incumbidas de sugerir medidas para o aperfeiçoamento das atividades finalísticas dos Conselhos Regionais.

As Câmaras Especializadas são formadas pelos Conselheiros que compõem o Plenário do Crea-PR, divididos de acordo com seus títulos profissionais, agrupados por categorias e modalidades. Os títulos, categorias e modalidades que definem as Câmaras Especializadas estão dispostos no anexo da Resolução nº. 473/2002 (Tabela de Títulos).

No Crea-PR, o Plenário se divide em seis Câmaras Especializadas que representam as grandes áreas da Engenharia e Agronomia:

- Câmara Especializada de Agronomia;
- Câmara Especializada de Engenharia Civil;
- Câmara Especializada de Engenharia Elétrica;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Câmara Especializada de Engenharia Mecânica e Metalúrgica;  
Câmara Especializada de Engenharia Química, Geologia e Minas;  
Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho.

As Câmaras Especializadas são conduzidas por um Coordenador e um Coordenador-Adjunto, eleitos dentre seus membros, na primeira reunião do exercício. O Coordenador e o Coordenador-Adjunto possuem mandato de um ano, podendo ser reconduzidos por mais um período. A forma de eleição dos Coordenadores é definida pelo Regimento Interno do Crea-PR.

As Câmaras Especializadas reúnem-se regularmente, conforme calendário aprovado pelo Plenário do Conselho, em reuniões que duram de 4 a 6 horas. Podem, também, complementar o calendário com mais reuniões, dependendo das demandas de cada Câmara. Em 2016 foram realizadas 69 reuniões de Câmaras Especializadas no Crea-PR: Agronomia – 11 reuniões; Engenharia Civil – 15 reuniões; Engenharia Elétrica – 13 reuniões; Engenharia Mecânica e Metalúrgica – 10 reuniões; Engenharia Química, Geologia e Minas – 10 reuniões; Engenharia de Segurança do Trabalho – 10 reuniões.

### 3.2.4 Comissões e Grupos de Trabalho

De acordo com o Regimento Interno, o Crea-PR possui uma estrutura de suporte, a qual é responsável pelo apoio aos órgãos da estrutura básica nos limites de sua competência específica, sendo composta por órgãos de caráter permanente, especial ou temporário, compreendendo: comissão permanente; comissão especial; e grupo de trabalho.

A comissão permanente é o órgão deliberativo da estrutura de suporte que tem por finalidade auxiliar o Plenário do Crea no desenvolvimento de atividades contínuas relacionadas a um tema específico de caráter legal, técnico ou administrativo, sendo composta por, no mínimo, três conselheiros regionais, eleitos pelo Plenário do Crea e igual número de suplentes eleitos entre os conselheiros regionais titulares, sendo permitida uma única reeleição. Conforme Regimento Interno são instituídas as seguintes comissões:

- **COMISSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL (CEP):** tem por finalidade a apreciação das infrações ao Código de Ética das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.
- **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS (CTC):** tem por finalidade apreciar os assuntos de caráter econômico e financeiro do Crea.
- **Comissão De Compras (CCP):** tem por finalidade apreciar os processos que envolvam aquisição e outras atividades do patrimônio do Crea.
- **COMISSÃO DE RENOVAÇÃO DO TERÇO (CRT):** tem por finalidade elaborar a proposta de renovação do terço da composição do Plenário do Crea.
- **COMISSÃO DE ACERVO TÉCNICO (CAT):** tem por finalidade a apreciação dos assuntos referentes à composição de acervo técnico do profissional e sua utilização por pessoas jurídicas.
- **COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL, CARGOS E SALÁRIOS (CVP):** tem por finalidade propor soluções e apreciar assuntos relativos à valorização profissional, desempenho de cargos e funções e salário mínimo profissional.
- **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL (CEAP):** tem por finalidade: apreciar os assuntos relativos à educação e ao ensino profissional no âmbito das profissões do Sistema Confea/Crea; propor soluções para estimular a questão da qualidade acadêmica como um processo contínuo que sempre se reflete na qualificação profissional; estreitar o relacionamento com o sistema educacional de nível médio e superior; propor ou apreciar normas e procedimentos sobre habilitação e atribuição de títulos, atividades e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

competências profissionais; sobre atribuição de títulos, atividades e competências profissionais decorrentes de cursos sequenciais de formação específica; sobre educação continuada e sobre critérios de uniformização técnico-administrativa de procedimentos voltados à habilitação e à atribuição de títulos, atividades e competências profissionais; apreciar e deliberar sobre todos os protocolos e processos que envolvam os assuntos de educação ou atribuição profissional, que tramitem pelas câmaras especializadas ou Plenário.

- **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E PERÍCIA (CAP):** tem por finalidade propor soluções e apreciar assuntos relativos às atividades de avaliação e perícia e é constituída de conselheiros de todos os grupos profissionais.
- **COMISSÃO DE COORDENADORES DE CÂMARAS ESPECIALIZADAS (CCC):** tem por finalidade propor soluções e apreciar assuntos pertinentes a mais de uma câmara especializada, desde que não seja objeto de avaliação de outra comissão, agilizando as discussões e esclarecendo os pontos controversos, nas suas respectivas câmaras.

A comissão especial é o órgão que tem por finalidade auxiliar os órgãos da estrutura básica no desenvolvimento de atividades de caráter temporário relacionadas a um tema específico de caráter legal, técnico ou administrativo. Podem ser instituídas, conforme a necessidade, as seguintes comissões:

- **COMISSÃO DO MÉRITO:** tem por finalidade analisar as indicações de nomes de profissionais, de instituições de ensino, de entidades de classe e de pessoas físicas ou jurídicas que, por relevantes serviços prestados ao Sistema Confea/Crea no âmbito da jurisdição do Conselho Regional, façam jus à homenagem de acordo com procedimentos estabelecidos em ato normativo homologado pelo Confea.
- **COMISSÃO ELEITORAL REGIONAL:** tem por finalidade executar os processos eleitorais no âmbito da jurisdição do Crea, relativo às eleições de presidente de Crea e de conselheiro federal estabelecidos de acordo com resolução específica.
- **COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E DE INQUÉRITO:** tem por finalidade assessorar o Plenário ou a Presidência em assuntos de natureza administrativa, contábil e financeira, desenvolvendo atividades de sindicância e de inquérito.

O grupo de trabalho é órgão de caráter temporário que tem por finalidade subsidiar os órgãos da estrutura básica e da estrutura de suporte por intermédio do estudo de tema específico, objetivando fixar entendimentos e apresentar propostas. É composto por conselheiros regionais ou por profissionais do Sistema Confea/Crea em número fixado pelo Plenário do Crea, tendo por base a complexidade do tema a ser estudado. O funcionamento do grupo de trabalho tem duração máxima de um ano.

### **3.3 Atuação da unidade de auditoria interna**

Existem dois processos distintos de auditorias internas realizadas no Conselho. Uma delas é realizada anualmente pelo Confea, que exerce o papel de controle interno dos Crea/s, sendo verificada pela equipe de auditores a regularidade de todos os processos no exercício de referência, incluindo os aspectos institucional, contábil, financeiro, patrimonial e de gestão. Como resultado da auditoria realizada a equipe emite um relatório com os apontamentos de não conformidades encontradas que é analisado primeiramente pela CCSS – Comissão de Controle e Sustentabilidade do Sistema, do Confea, e posteriormente homologado pelo Plenário do Federal através, de uma Decisão de Plenário. A equipe de auditores, sua estrutura e funcionamento são definidos em



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia**  
**e Agronomia do Paraná**

regramentos do Confea, não havendo interferência dos Crea/s. Esta auditoria está prevista no Regimento Interno do Confea (Resolução nº 1015/2006 e suas alterações):

(...) XXXI – determinar a realização de auditoria financeira, contábil, administrativa, patrimonial e institucional no Confea, nos Crea/s e na Mútua

(...) XIV – acompanhar as gestões administrativas, contábeis, financeiras, econômicas e patrimoniais do Confea, dos Crea/s e da Mútua, por meio de auditorias;

XV – acompanhar o cumprimento de decisões plenárias do Confea por meio de auditorias;

Em 2016 o Confea realizou auditoria no Crea-PR no período de 14 a 18 de março, referente aos exercícios de 2013 e 2014, sendo emitidos os pareceres 021/2016 referente ao exercício 2013 e 022/2016 referente ao exercício 2014.

As Decisões Plenárias do Confea que aprovaram as contas do Crea-PR são: PL-1911/2016 - Aprova a Prestação de Contas do Crea-PR, relativa ao Exercício 2013, como regular e PL-1912/2016 - Aprova a Prestação de Contas do Crea-PR, relativa ao Exercício 2014, como regular, conforme preconiza a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União – TCU.

Além disso o Crea-PR possui também o processo de auditoria interna de ISO. Desde 2010 o Crea-PR é certificado na totalidade de suas áreas e processos na ISO 9001:2008 e por conta disso tem todos os seus principais processos mapeados e padronizados, obtendo uma previsibilidade de resultados. Estes processos passam por auditorias externas e internas a cada 6 meses, certificando a adequação dos mesmos. Para este processo conta com uma equipe treinada e capacitada de auditores internos formada por funcionários de diversas áreas. O processo de realização de auditorias acontece de acordo com um procedimento documentado e padronizado (PSG AIS 01) conforme definido na Norma ISO.

Em 2016 foram realizados dois ciclos de auditorias internas de ISO. Em cada uma das auditorias é elaborado um relatório específico contendo os apontamentos de não conformidades encontradas que devem ser sanadas, sendo que a verificação do tratamento dado é feita sempre no próximo ciclo, confirmando ou não a eficácia das ações realizadas.

O Crea-PR não possui uma unidade de auditoria interna constituída e formalizada na sua estrutura organizacional.

### **3.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos**

Existe, no âmbito do Conselho, uma comissão permanente para averiguação/ investigação de fatos e apuração de responsabilidades com base nos fatos levantados nos processos administrativos oriundos da conduta funcional, conforme Instrução de Serviço nº 03/2009 e Portaria nº 34/2015. A comissão é composta de um presidente e três membros que podem ser substituídos a qualquer tempo, considerando o vínculo ou o interesse no processo em relação ao arrolado.

As situações identificadas são apuradas pela Comissão que realiza os trabalhos no prazo de 60 a 120 dias e ao final emite parecer e sugestão de encaminhamento à Alta Administração de acordo com os fatos levantados.

Compete à comissão:

- A Apuração dos fatos relativos às irregularidades identificadas em relação à conduta funcional dos empregados no âmbito do Crea-PR.
- A manutenção dos registros das informações levantadas e o sigilo dos processos.
- A Instrução do processo para subsidiar as decisões da Alta Administração.
- A permissão de defesa do(s) arrolados.

Existe ainda Comissão Permanente específica para apuração de responsabilidade por danos causados na utilização de veículos do Crea-PR, instituída pela Portaria nº 175/2014, com



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

responsabilidade para apurar especificamente as questões relativas a acidente com veículos do Conselho.

Em 2016 os eventos apurados e providências foram:

EVENTOS APURADOS	QUANTIDADE	PROVIDÊNCIA ADOTADA
CONDUTA FUNCIONAL	3	NOTIFICAÇÃO
FALTAS INJUSTIFICADAS AO TRABALHO CONDUTA FUNCIONAL (IS 03/2009)	2	ADVERTÊNCIA
Artigo 482 CLT ALÍNEAS “B”, “H” e “J”	1	SUSPENSÃO
Artigo 482 CLT ALÍNEAS “A”, “B”, “E” e “H”	2	DESLIGAMENTO C/JUSTA CAUSA
	<b>8</b>	<b>Total Geral</b>

Tabela 14: Quantitativo de ilícitos administrativos apurados em 2016

### 3.5 Gestão de riscos e controles internos

As ações de controle interno do Crea-PR são executadas de forma sistêmica em todas as áreas através de indicadores, regras, normas e procedimentos documentados. Tais ações resultam em um rigoroso controle interno sobre as rotinas e resultados das diversas áreas. Os controles aplicados já são definidos nos próprios procedimentos documentados das áreas (organizados e controlados em um software de gestão documental – *Digitaldoc*) e na sua construção são observados, sempre que aplicável, os requisitos legais e regulamentares, bem como os princípios da administração pública.

Utiliza-se também de um software de *BI (Business Intelligence)* para a extração de informações gerenciais do Conselho. Este programa permite a emissão de relatórios de diversas atividades, números, tempos, segmentação, etc, possibilitando uma análise bastante abrangente da organização. Traz a visão geral de alguns números em tempo real e traz ainda os resultados obtidos em anos anteriores, mantendo os gestores informados sobre os eventos passados, o desempenho atual e os possíveis rumos do Conselho. Os dados podem ser acessados por todas as áreas do Conselho.

Em relação ao controle financeiro o Crea-PR adota o sistema de GMD – Gerenciamento Matricial de Despesa, também controlado através do *BI*, onde são feitas análises por grupos de contas, possibilitando um acompanhamento constante da realização da despesa, diminuindo eventuais riscos apresentados. Os responsáveis se reúnem mensalmente para avaliar suas contas e apresentar as ações nos casos de desvios. Este processo está definido no procedimento PPO ORC 01.

Para gerenciar os processos de rotina, com base em metodologias de gestão, está o departamento de Gestão da Qualidade – GQ, que é responsável pela condução das auditorias internas e acompanhamento das não conformidades. Além disso, o GQ, juntamente com a Superintendência, é responsável pelo acompanhamento dos resultados das metas, projetos e indicadores estipulados para as áreas, através de reuniões bimestrais de análise de resultados. Este processo de acompanhamento dos resultados já ocorre desde o ano de 2004 e está definido no procedimento PSG ACG 01, sendo um de seus objetivos a análise de riscos e oportunidades em cada área.

A alta administração do Conselho avalia que os controles existentes são suficientes para garantir a conformidade e segurança das informações e resultados produzidos em todos os níveis, principalmente quanto à confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência (*compliance*) às leis e regulamentos que a regem; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados. Por sua natureza pública o Conselho tem por obrigação fazer apenas o que lei determina, e neste sentido todas as leis e regulamentos são observados na execução das suas atividades, principalmente no tocante ao uso dos recursos públicos.

De qualquer modo, embora suficientes, é imprescindível que os controles sejam constantemente aprimorados e melhorados e por este motivo, ao final do exercício de 2016, a alta administração decidiu pela implantação oficial da área de Controladoria em sua estrutura organizacional. Sua criação já foi autorizada pela Diretoria e pelo Plenário do Conselho, instâncias obrigatórias de aprovação, e está na fase de definições de estrutura física e abrangência de atuação, conforme é citado no capítulo 7.

### **3.6 Política de reembolso dos administradores e membros de colegiados**

As funções de conselheiros e dirigentes dos Conselhos Profissionais são honoríficas. Para viabilizar o descolamento e participação de seus membros o Sistema Confea/Crea custeia passagens aéreas e rodoviárias, quando utilizadas, e paga as despesas de hospedagens e alimentação na modalidade de “diárias”. Para os que optarem por deslocamento em veículo próprio o reembolso é efetuado de acordo com a quilometragem da cidade de origem ao local do evento (reuniões de Câmaras, Plenário e Comissões entre outras de interesse do Crea-PR), sendo também pagos os valores referentes aos pedágios do trecho percorrido. Por este motivo o valor pago a cada Conselheiro varia em função da localidade que o mesmo reside. Além de exercer a função de conselheiro alguns acumulam funções na Diretoria, Coordenadoria de Câmara, Coordenadoria de Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho e, neste caso, requerendo maior dispêndio em função de atividades e representações que o cargo exige, motivando a variação no número de eventos e consequentemente valores de pagamentos diferenciados.

Bimestralmente todos os conselheiros se reúnem para as reuniões de Câmaras, Comissões e Plenário, que normalmente são realizadas na cidade de Curitiba. Os conselheiros se deslocam das 08 (oito) regionais do Estado do Paraná, localizadas nas cidades de Apucarana, Cascavel, Curitiba, Guarapuava, Londrina, Maringá, Pato Branco e Ponta Grossa, e também de diversas cidades nas imediações, que pertencem as essas Regionais.

Nestes deslocamentos para a cidade de Curitiba foram pagos, em 2016, os valores médios apresentados abaixo, por trecho, que contemplam diárias, reembolso de quilometragem e pedágios.

- Apucarana/Curitiba/Apucarana R\$ 1.705,00
- Cascavel/Curitiba/Cascavel R\$ 1.939,48
- Curitiba R\$ 240,00
- Guarapuava/Curitiba/Guarapuava R\$ 1.457,12
- Londrina/Curitiba/Londrina R\$ 1.743,40
- Maringá/Curitiba/Maringá R\$ 1.793,84
- Pato Branco/Curitiba/Pato Branco R\$ 1.266,88
- Ponta Grossa/Curitiba/Ponta Grossa R\$ 1.179,68

Observamos que para os que residem em Curitiba os valores pagos a título de reembolso de despesas são bem menores se comparados com os que residem nas outras cidades do Estado, muito embora tenham participado do mesmo número de eventos, tendo em vista não ser necessário o pagamento de diárias e pedágios.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

No exercício de 2016 foram realizadas 09 (nove) Sessões Plenárias com a participação de 100 conselheiros. O desembolso de diárias e deslocamento para essas reuniões foi na ordem de R\$ 1.055.303,82. Considerando as informações acima mencionadas chegamos a uma média por reunião de R\$ 117.255,98 e por consequência de R\$ 1.172,56 por conselheiro.

Além das reuniões de Plenária o Conselho realiza as Reuniões das Câmaras Especializadas de Engenharia Civil, Elétrica, Agronomia, Mecânica e Minas, Química e Geologia e Segurança do Trabalho. O desembolso de diárias e deslocamento para essas reuniões foi na ordem de R\$ 1.209.111,13. Considerando as informações descritas acima chegamos a uma média por reunião de R\$ 63.637,43 e por consequência o montante de R\$ 636,37 por Conselheiro. Como as reuniões extraordinárias de Câmaras são realizadas, por vezes, em outras cidades do Paraná, os valores de cada reembolso apresentam variações.

Os conceitos de cada despesa ressarcida assim como valores estão descritos em normativo interno (Instrução de Serviço disponível no site do Conselho no link: acesso a informação – receitas e despesas – instrução de serviço 01/2016).

### **3.7 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada**

Anualmente o Crea-PR contrata serviços de auditoria externa independente para acompanhar e verificar os controles internos e cumprimento da legislação aplicável na parte contábil, patrimonial e financeira, atendimento às normas reguladoras da área trabalhistas, bem como, as normas acessórias de procedimentos administrativos que resultam em registros contábeis. O objetivo desta contratação é fornecer ao gestor a opinião de que os registros contábeis foram efetuados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou internacionalmente (IFRS) e as demonstrações financeiras deles originadas refletem, adequadamente, a situação econômico-financeira do patrimônio, bem como, o resultado de suas operações, as alterações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa correspondentes ao período administrativo examinado. As contratações são realizadas através de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico.

Em 2016 a licitação foi realizada através do processo 2016/4-000280-2, cujo vencedor foi a empresa CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S, com CNPJ nº 07.757.896/0001-05, endereço na Rua Serra da Bocaina, nº 454, sala 4, na cidade de São Paulo - SP, cujo representante da empresa é o Sr. Roberto Araújo de Souza, portador do RG nº 11.354.447-9, inscrito no CPF nº 064.556.218-16. O valor contratado pelos serviços de auditoria de 2016 foi de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). Os serviços foram realizados a cada trimestre “*in loco*” na sede do Crea-PR e com o encerramento dos balanços do exercício de 2016 foi emitido o Parecer com a opinião do auditor, apresentado no **Anexo 9.4**.

O escopo dos serviços contratados anualmente é:

- **Na área contábil:** análise dos valores de receita e despesa à vista da documentação própria, comparando com o constante nas demonstrações financeiras e contábeis;

- a) Análise da execução orçamentária comparativamente entre o orçado e o executado;
- b) Empenhamento da despesa;
- c) Verificação dos valores consignados em restos a pagar, tanto inscrição como baixa;
- d) Análise dos itens consignados tanto no ativo como no passivo do Balanço Patrimonial;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia**  
**e Agronomia do Paraná**

- e) Análise e aferições da confiabilidade das informações geradoras dos registros contábeis das receitas, despesas, consignações e outras que fazem parte do boletim bancário;
- f) Controles internos;
- g) Análise do balanço financeiro;

**- Na área Financeira:**

- a) Análise do controle de entrada e saída do numerário;
- b) Análise da conciliação bancária;
- c) Análise das operações referentes às aplicações financeiras;
- d) Análise da sistemática de pagamentos utilizada;
- e) Análise do controle de receita observando a partição na origem, e nas que não forem particionadas, observar as deduções das despesas bancárias definida pela decisão do CONFEA de n.º CD-1845/98, de 25/09/1998;
- f) Análise dos critérios de concessão e prestação de contas (prazos, normas, etc.) dos suprimientos de fundos e legalidade dos documentos de despesas apresentados.

**- Na área de Pessoal:** verificação do cumprimento da legislação trabalhista, quanto a:

- a) Admissão, demissão, concessão de férias, pagamento de décimo terceiro salário, controle de frequência, pagamento de horas extras, consignações em folha de pagamento, salário família e obrigações patronais (INSS, ISS, IRRF, PASEP), inclusive aos benefícios (vale-transporte, auxílio-alimentação, assistência médica e odontológica, auxílio creche);
- b) Cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho;
- c) GFIP, RAIS, CAGED;
- d) PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS.
- e) Normas reguladoras do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e PCMSO – Programa de Controle e Saúde Ocupacional;

**- Na área Administrativa:**

- a) Verificação do atendimento da legislação no que se referem às compras, contratações de serviços, análise dos processos licitatórios, modalidade utilizada, dispensas, inexigibilidades, e também, as aquisições efetuadas por processo para compra direta.
- b) Verificação dos mecanismos de aquisição de passagens aéreas e o pagamento de diárias;
- c) Verificação da utilização, manutenção e abastecimento de veículos;
- d) Verificação do estoque de materiais em almoxarifado, movimentação ocorrida e o inventário final do exercício;
- e) Verificação dos bens móveis e imóveis, inventário físico, termos de responsabilidade e a respectiva compatibilização com os registros contábeis.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

#### 4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

O objetivo deste capítulo é informar sobre a tecnologia de informação e estrutura de pessoal da unidade, quantificando-a e qualificando-a para fins de avaliação de sua suficiência para o cumprimento da missão institucional. O capítulo está dividido em dois subitens principais: “Gestão de Pessoas” e “Gestão da Tecnologia da Informação”.

##### 4.1 Gestão de pessoas

A força de trabalho é composta dos cargos do quadro abaixo, contendo 347 funcionários ativos até 31/12/2016. Não há funcionários temporários. A terceirização é realizada exclusivamente nas áreas de limpeza e segurança, recepção, telefonista e motorista, conforme apresentado em quadro específico.

CARGO	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS ATIVOS
AGENTE ADMINISTRATIVO	208
AGENTE ADMINISTRATIVO - 4H	1
AGENTE DE APOIO	3
AGENTE OPERACIONAL	9
AGENTE PROFISSIONAL	30
AGENTE PROFISSIONAL SISTEMA NÍVEL SUPERIOR	66
AGENTE PROFISSIONAL SISTEMA NÍVEL TÉCNICO	26
ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA CC	4
Total Geral	347

**Tabela 15: Quantidade de funcionários por cargo em 2016**

Como forma de identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos foi implementada declaração específica para os funcionários ativos e padronização da mesma declaração para as contratações que declare não exercer outro cargo público. No período não houve constatação de irregularidade.

Em relação ao tempo para aposentadoria, o Crea-PR monitora o quadro de pessoal identificando os funcionários que estão próximos do período de aposentadoria, utilizando estas informações como uma referência para tomada de decisão. Por se tratar de funcionários regidos pela CLT a aposentadoria não interrompe o vínculo empregatício.

Atualmente o Conselho possui 2,88% de funcionários aposentados na ativa e os indicadores demonstram ainda que 8,35% dos funcionários possuem mais de 28 anos de admissão e mais de 47 anos de idade.

A distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocessos finalísticos e de unidades e subunidades descentralizadas, acontece conforme tabela abaixo:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

CARGO	LOTAÇÃO	QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS ATIVOS
AGENTE ADMINISTRATIVO	Regional/Inspetoria	136
AGENTE ADMINISTRATIVO - 4H	Regional/Inspetoria	1
AGENTE OPERACIONAL	Regional/Inspetoria	3
AGENTE PROFISSIONAL	DAT	1
AGENTE PROFISSIONAL SISTEMA NÍVEL SUPERIOR	Defis DAT Regionais/Inspetoria	60
AGENTE PROFISSIONAL SISTEMA NÍVEL TÉCNICO	Regional/Inspetoria	26
Total Geral		227

**Tabela 16: Quantidade de funcionários nas áreas finalísticas**

**Nota:** considerado no quadro acima as áreas técnicas que respondem por macroprocessos finalísticos como sendo o Departamento de Fiscalização - Defis e o Departamento de Assessoria Técnica - DAT, e como unidades e subunidades descentralizadas as Regionais e Inspetorias do Crea-PR.

Quanto ao nível de escolaridade o mesmo é definido no Plano de Cargos e Salários para o ingresso ao cargo, através de concurso público, conforme tabela abaixo:

Cargo	NÍVEL DE ESCOLARIDADE EXIGIDA	Total
AGENTE ADMINISTRATIVO	NÍVEL MÉDIO	208
AGENTE ADMINISTRATIVO - 4H	NÍVEL MÉDIO	1
AGENTE DE APOIO	NÍVEL MÉDIO	3
AGENTE OPERACIONAL	FUNDAMENTAL II	9
AGENTE PROFISSIONAL	NÍVEL SUPERIOR (ADVOGADO, CONTADOR, ADMINISTRADOR, JORNALISTA, WEBDESIGNER)	30
AGENTE PROFISSIONAL SISTEMA NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL SUPERIOR (PROFISSIONAIS DO SISTEMA CONFEA/CREA)	66
AGENTE PROFISSIONAL SISTEMA NÍVEL TÉCNICO	NÍVEL MÉDIO - TÉCNICO (PROFISSIONAIS DO SISTEMA CONFEA/CREA)	26
ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA CC	NÍVEL SUPERIOR (PROFISSIONAIS DO SISTEMA CONFEA/CREA E JORNALISTA)	4
Total Geral		347

**Tabela 17: Força de trabalho por nível de escolaridade**

Em 2016 não houve despesa com concurso público, considerando a vigência de certames realizados em exercícios anteriores.

A capacitação do quadro de pessoal no Crea-PR é feita à partir de dois processos de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

treinamentos: internos e externos. O processo de treinamentos internos é controlado através de uma matriz de capacitação para identificação de treinamentos necessários, relacionados com os procedimentos internos padronizados no Conselho, e acompanhamento do nível de desempenho nas atividades dos funcionários. Em 2016 foram realizados 689 treinamentos internos de procedimentos operacionais padronizados, contemplando 100% dos funcionários em todas as atividades.

Além da matriz de capacitação anualmente é elaborado um planejamento dos treinamentos externos a serem contratados, com base no resultado da avaliação de desempenho e outras necessidades legais e estratégicas. Em 2016 foram contratados 6 (seis) treinamentos externos e realizados até 31/12/2016, contemplando 53,89% do quadro funcional.

Em relação à gestão do quadro de pessoal existe uma série de acompanhamentos que são realizados rotineiramente pela área responsável. É feito o acompanhamento, por exemplo, da rotatividade global por cargos do quadro de pessoal e da manutenção de concurso público vigente para possibilitar a reposição de vagas quando da comprovação da efetiva necessidade de manutenção da vaga, no caso de desligamentos. Além disso, é realizado acompanhamento periódico do resultado da receita para evitar desequilíbrio na relação “receita anual x despesas de pessoal”, acompanhamento e controle efetivo do desempenho dos funcionários através de avaliação funcional, combatendo a desídia, a insuficiência e a as situações relacionadas à conduta, dentre outros.

Os indicadores abaixo são monitorados mensalmente para tomada de decisão no âmbito gerencial:

- a) Quantidade de funcionários com saldo positivo e negativo no banco de horas
- b) Saldo total mensal do banco de horas, créditos e débitos
- c) Percentual de absenteísmo
- d) Percentual de rotatividade global e por cargos
- e) Quantidade de acidentes de trabalho no mês
- f) Quantidade de ações trabalhistas

Nas reuniões de resultado bimestrais realizadas pela Superintendência, diretamente com cada unidade gerencial, e em reuniões bianuais de análise crítica com a Alta Administração é reavaliada a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim. Em havendo necessidade de novas contratações a mesma é feita através dos concursos vigentes, e não havendo concursos vigentes é feito novo processo de concurso público.

Embora tenha apresentado redução nos seus quadros a partir de 2013 a alta administração julga adequado o atual quadro funcional, comprovado pela manutenção da qualidade dos produtos e serviços ofertados, que não apresentou alteração com a redução gradativa do quadro funcional.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

#### 4.1.1 Estrutura de pessoal

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	347	347	4	17
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	347	347	4	17
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	346	346	4	17
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	0	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	347	347	4	17

Tabela 18: Força de trabalho por tipologia de cargos

Ao final do exercício de 2015 o Crea-PR contava com 361 funcionários, reduzindo para 347 ao final de 2016, o que representa uma redução de 3,87% no seu quadro funcional. Importante frisar que esta redução deve-se, quase que exclusivamente, em função dos pedidos de desligamento voluntário dos funcionários.

A diminuição gradual do quadro de funcionários está vinculada a dois fatores fundamentais, quais sejam, a política da alta administração de não reposição de funcionários que pedem o desligamento, até que haja o equilíbrio ideal definido no PPA, do percentual de comprometimento das receitas com despesas de pessoal; e também a dificuldade de realização de novo concurso público considerando a indefinição jurídica do regime de contratação a ser adotado pelos Conselhos (CLT ou RJU), questão que está na pauta aguardando julgamento do STF.

Outro motivo da diminuição temporária da força de trabalho havida em 2016 foram os afastamentos legais, item que é controlado rigorosamente, e apresentou os seguintes números:

- Licença maternidade (120 dias pela previdência e mais 60 dias pelo empregador) - 1,72% (6 funcionárias);
- Licença médica – INSS – acima de 15 dias - 4,32% - 15 funcionários;
- Licença sem remuneração – 2 funcionários;

O monitoramento do indicador de absenteísmo demonstrou que nos últimos três anos vêm ocorrendo uma redução nesse percentual, fechando 2016 em 2,68%.

No intuito de que a redução do quadro de pessoal não traga nenhum prejuízo à qualidade dos serviços prestados pelo Conselho, vem sendo realizada uma avaliação, de forma individualizada, das necessidades de cada unidade administrativa, possibilitando provisionar de maneira eficiente a necessidade das reposições pontualmente identificadas.

O quadro a seguir busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	120	227
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	120	227
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	119	227
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	0	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	120	227

**Tabela 19: Quantitativo de funcionários na área meio e área fim**

Constata-se o equilíbrio dos funcionários distribuídos entre a área meio e a área fim, o que corresponde à necessidade do Conselho para o desenvolvimento a contento das suas atribuições legais.

A seguir o detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do Conselho em 2016:

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	4	4	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	4	4	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	59	59	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	59	59	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	63	63	0	0

**Tabela 20: Quantitativo de cargos e comissão e funções gratificadas**

Em relação aos comissionados o Plano de Cargos e Salários prevê 10 vagas, sendo que em 2016 apenas 4 vagas estiveram preenchidas, o que corresponde a 1,15% da força total de trabalho no Conselho, demonstrando assim o compromisso da alta administração na busca da redução do percentual de comprometimento da receita com despesas de pessoal, que atinge tanto as áreas fins e meio como também os cargos em comissão.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2016	23.716.399,80	0	1.285.914,54	0	0	5.909.236,09	0	0	98.100,21	31.009.650,64
	2015	22.102.529,77	0	1.141.442,25	0	0	5.928.491,09	0	0	45.770,34	29.218.233,45
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2016	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Fonte: Comparativo da despesa liquidada – sistema Implanta

Tabela 21: Demonstrativo das despesas com pessoal

Os funcionários do Conselho são regidos pela CLT, motivo pelo qual vários campos da planilha não se aplicam.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

O aumento percebido nos custos totais de pessoal deve-se exclusivamente aos aumentos repassados em função do Acordo Coletivo Anual. Desde meados de 2013 o Conselho adotou a política de não reposição de funcionários que se desligam de forma voluntária, o que tem trazido a redução gradativa do custo de pessoal em relação às receitas.

Este item de controle referente ao comprometimento da receita com despesas de pessoal é um indicador que é monitorado mensalmente pela alta administração através do InfoCrea, pois, embora não subordinado às limitações contidas na Lei Complementar nº 101/2000, conforme Acórdão do TCU 341/2004, o Crea-PR envida esforços para limitar as despesas com pessoal ao máximo de 60% de comprometimento das receitas, objetivando observar as normas gerais e princípios que norteiam a gestão pública responsável.

A tabela abaixo representa o comprometimento da receita com despesas de pessoal em 2016, mês a mês. Observamos que a data base de negociação do Conselho é o mês de abril, motivo pelo qual nos meses seguintes ocorre a elevação natural do percentual em função dos reajustes salariais concedidos nos Acordos Coletivos.

Mês	Receita (Acum 12 meses)	Despesa (Acum 12 meses)	Percentual de comprometimento
jan	61.691.971	36.308.834	58,86%
fev	64.569.841	36.632.421	56,73%
mar	64.975.763	36.818.703	56,67%
abr	65.271.606	37.144.596	56,91%
mai	67.807.053	37.741.084	55,66%
jun	66.892.636	37.974.435	56,77%
jul	66.849.364	38.257.366	57,23%
ago	68.272.288	38.601.469	56,54%
set	68.528.141	39.163.341	57,15%
out	69.109.256	39.077.968	56,55%
nov	69.458.473	39.520.599	56,90%
dez	69.852.572	39.596.520	56,69%

**Tabela 22: Comprometimento das receitas com despesa de pessoal em 2016**

#### 4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Constantemente nas reuniões bimestrais de resultados das áreas com a Superintendência e também nas reuniões com a Alta Administração, são analisados os possíveis riscos relacionados ao pessoal, baseando-se nos diversos indicadores existentes e também na análise de fatores externos que possam vir a interferir na gestão do pessoal. É possível afirmar que o principal indicador a ser acompanhado é o resultado da receita, para evitar o desequilíbrio na relação “receita anual x despesas de pessoal”, que traria implicação direta ao processo de gestão de pessoas.

Neste sentido o principal risco que vem sendo acompanhado é a possibilidade de saída dos Técnicos (nível médio) do sistema Confea/Crea, o que reduziria automaticamente o recurso financeiro de anuidades e ART/s (receitas). Além disso, a impossibilidade de realização de concurso público até a finalização da discussão do regime de contratação aplicável aos Conselhos profissionais também se apresenta como um risco na questão de pessoal, tendo em vista que o Crea-PR ficaria impossibilitado de realização de novas contratações, mesmo que houvesse explícita



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

necessidade.

Para mitigar estes riscos o Crea-PR tem procurado adotar uma postura cada vez mais eficiente de controle de gastos, implantando a cultura de redução de consumo e desperdícios. Ainda, tem buscado cada vez mais a utilização de tecnologia para a realização de suas atividades de rotina, o que certamente trará a eliminação manual de algumas etapas dos processos, tirando esta atividade do funcionário, o que permitirá uma melhor utilização da força de trabalho. Citamos como exemplo a adoção do SEI – Sistema Eletrônico de Informações para o trâmite eletrônico interno de documentos e também a adoção da Certificação Digital, que contribuirá não só para as atividades internas, mas também facilitará a interação com os clientes do Conselho.

#### 4.1.4 Contratação de mão de obra temporária

O Crea-PR não tem postos de trabalho temporários, tem apenas alguns postos terceirizados, conforme demonstrado abaixo:

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE, VIGILÂNCIA, RECEPÇÃO, TELEFONISTA E MOTORISTA									
Área	Quantidade de postos de trabalho*	Natureza	Nº do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Vigência do contrato		Nível escolaridade dos trabalha	Situação do contrato	Valor Global (em 2016)
					Início	Fim			
Limpeza e Higiene	28 (3H), 01 (4H) e 09 (8H)	Ordinária	93/C/2014	01.048.117/0001-08	01/04/14	31/03/18	Alfabetizado	Ativo prorrogado	R\$ 589.284,13
Recepção	01 (8H)		93/C/2014	01.048.117/0001-08	01/04/14	31/03/18	Ensino médio		R\$ 93.710,24
Telefonista	01 (12H)		93/C/2014	01.048.117/0001-08	01/04/14	31/03/18			R\$ 68.407,79
Motorista	01 (8H)		93/C/2014	01.048.117/0001-08	01/04/14	31/03/18	Ensino médio	Ativo normal	R\$ 339.294,32
Vigilância	02 (12 e 24H)		65/C/2016	15.247.008/0001-24	31/12/15	30/04/19			

**Tabela 23: Contratação de mão de obra terceirizada**

**Obs.:** As horas indicadas dizem respeito à jornada diária máxima em cada posto de trabalho. Especificamente na área Limpeza e Higiene, nos postos com 3H, os serviços são prestados três vezes por semana.

A execução do objeto nas áreas de limpeza e higiene, recepção, telefonista e motorista, visa permitir o atendimento de demandas relacionadas com o objeto de forma ágil, eficiente e com o melhor preço, de forma a minimizar eventuais dificuldades nas atividades dos diversos setores deste Conselho. Tendo em vista o fluxo de clientes e colaboradores, o Crea-PR possui os setores de atendimento e de suporte que exigem constante limpeza e conservação de instalações. Além disso, os serviços de telefonista e recepção são indispensáveis à operação da Sede do Crea-PR, pois se tratam de atividades de apoio relacionadas com o atendimento e triagem inicial de clientes, liberando os servidores para a execução de tarefas mais complexas e voltadas à finalidade do Conselho. Ressalta-se, ainda, que o serviço de motorista visa prover de pessoal habilitado, permitindo a utilização de veículos da frota do Crea-PR para o deslocamento de pessoas e materiais, em períodos e roteiros personalizados, também não necessitando de servidores próprios.

Já a execução dos serviços de vigilância visa proteger as instalações, bens patrimoniais, servidores e demais clientes do Crea-PR na Sede e na Regional Curitiba, de maneira a favorecer a gestão do acesso e trânsito de pessoas, veículos e bens em geral; e sua eventual ausência não poderia ser suprida por meio da designação de servidores, sujeitando a segurança dos bens patrimoniais e usuários das instalações à ação de meliantes, podendo resultar em sérios prejuízos às



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

atividades dos setores instalados nos locais em questão e, conseqüentemente, à própria Administração.

As referidas atividades não são finalísticas, o que faz com que não possua uma estrutura de quadro de pessoal própria para sua realização, daí a necessidade da contratação. Julga-se, portanto, que a execução do objeto é contínua e essencial ao regular desenvolvimento das atividades finalísticas deste Conselho, visto que a sua eventual ausência exigiria que o objeto fosse prestado por meio de servidores do Crea-PR, em detrimento das suas atividades rotineiras. Tal alternativa, por certo, oneraria os custos para obtenção da finalidade pretendida, além de resultar em sérios prejuízos as atividades dos setores demandados.

#### 4.2 Gestão da tecnologia da informação

O Departamento de Tecnologia da Informação – DTI - é conduzido por um gerente, funcionário de carreira do Crea-PR, e composto por dois setores distintos, conforme citado abaixo. Não temos terceirização de recursos humanos na área de TI.

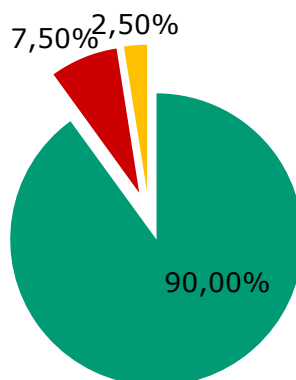
Setor de Desenvolvimento de Sistemas, que tem como missão “Fornecer soluções tecnológicas para o desenvolvimento e otimização das atividades do Crea-PR, atendendo as necessidades dos usuários internos, profissionais, empresas, órgãos parceiros e a sociedade”. O setor é composto por uma facilitadora e por sete analistas de sistemas, todos com nível superior e funcionários de carreira do Crea-PR.

Setor de Tecnologia e Geoprocessamento, que tem como missão “Disponibilizar ambiente confiável, seguro e estável de infraestrutura de tecnologia da informação para o Crea-PR e Sociedade.” O setor é composto por um facilitador, por dois analistas de suporte e por um engenheiro cartógrafo, todos com nível superior e funcionários de carreira do Crea-PR.

Sempre que constatada a necessidade é feita a capacitação externa da equipe. No ano de 2016 ocorreu a capacitação de um funcionário no software Fortinet, que é uma solução avançada de firewall, não sendo identificadas necessidades específicas de outros treinamentos.

Em 2013, foi publicado o primeiro PDTI do Crea-PR, cuja abrangência era de 2013-2015, onde constatamos realmente ser um excelente documento de planejamento e gestão na condução das atividades de TI do Conselho.

Abaixo o resultado das metas do PDTI 2013-2015:



Situação	Quant
Concluído	36
Suspenso/cancelado	3
Em andamento	1
Total	40

Figura 8: Resultado das metas do PDTI 2013-2015





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

- Desenvolvimento interno de novo sistema de eventos para o conselho, para controle de inscrições, credenciamento, emissão de crachá/relatórios, controle de acesso, entre outras funcionalidades.
- Desenvolvimento interno de aplicativo (APP) de eventos para equipamentos móveis, na plataforma Android e iOS .
- Aquisição de 104 microcomputadores do tipo all in one, no valor de R\$ 467.198,16.
- Aquisição de base digital de dados espaciais, para a utilização no SIG - Sistema de Informações Gerencias (plataforma ArcGis) do Crea-PR, no valor de R\$ 126.500,00.
- Aquisição de impressora de cartões em PVC, no valor de R\$ 40.000,00.

#### **4.2.1 Principais sistemas de informação**

Os principais sistemas de informação do Crea-PR estão descritos abaixo:

- Sistema Corporativo: Sistema utilizado pelos funcionários que tem como objetivo todo o gerenciamento e controle das atividades executadas internamente no Conselho. É um sistema composto por vários módulos, totalmente integrados e utilizando o banco de dados corporativo Oracle. É composto por módulo de profissionais, empresas, fiscalização, ART, Câmaras Especializadas, protocolo, ofícios, anuidades, dívida ativa, secretaria geral, jurídico, compras, patrimônio, recursos humanos, gestão da qualidade, convênios, cursos EAD, solicitações de serviços internos, entidades de classe, instituições de ensino, Ouvidoria, CreaJr-PR, controle de frota, processos administrativos, entre outros, atendendo desta forma todas as necessidades de controles internos do Crea-PR.

A manutenção deste sistema é de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), através do setor de desenvolvimento de sistemas. Todas as gerências das áreas de negócio são responsáveis pelas definições de necessidades, sendo que o sistema é altamente crítico para a realização de todas as atividades do Conselho.

- Serviços online / área restrita (mediante senha): Sistema via internet (site do Crea-PR) que tem como objetivo a disponibilização de serviços/consultas mediante senha para diversos públicos. É utilizado por profissionais, empresas, conselheiros, inspetores, prefeituras, membros do CreaJr-PR, Fóruns (Justiça), entidades de classe, instituições de ensino e órgãos governamentais.

A manutenção deste sistema é de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), através do setor de desenvolvimento de sistemas. Todas as gerências das áreas de negócio são responsáveis e o sistema é altamente crítico para a realização das solicitações automatizadas pelos públicos atendidos.

- Formulários Online: Sistema via internet (site do Crea-PR) que tem como objetivo a solicitação eletrônica de serviços ao Crea-PR, totalmente integrado aos serviços online, estando disponível para os profissionais, empresas e leigos.

A manutenção deste sistema é de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), através do setor de desenvolvimento de sistemas. Todas as gerências das áreas de negócio são responsáveis e o sistema é altamente crítico para a realização das solicitações automatizadas pelos públicos atendidos.

- Serviços online / consulta pública: Sistema via internet (site do Crea-PR) que tem como objetivo a consulta de informações com livre acesso, possibilitando a consulta de protocolos, profissionais,





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

empresas, Art/s e obras fiscalizadas pelo Conselho, autenticidade de documentos, instituições de ensino, entidades de classe, entre outros, Fale Conosco, estando disponível a toda a sociedade.

A manutenção deste sistema é de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), através do setor de desenvolvimento de sistemas. Todas as gerências das áreas de negócio são responsáveis e o sistema é altamente crítico para a realização das solicitações automatizadas pelos públicos atendidos.

- InfoCREA: Sistema de Business Intelligence (BI) que tem como objetivo disponibilizar um ambiente eficiente e ágil para o planejamento, gerenciamento e controle das atividades, estoques, prazos e custos do Crea-PR de forma consolidada, proporcionando a geração de produtos e serviços de qualidade e no prazo estimado aos profissionais, empresas e sociedade.

A manutenção deste sistema é de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), através do setor de desenvolvimento de sistemas. Todas as gerências das áreas de negócio são responsáveis e o sistema é razoavelmente crítico para a realização das solicitações automatizadas pelos públicos atendidos.

- SIG - Sistema de Informações Geográficas: Sistema que tem como objetivo integrar o banco de dados corporativo do Crea-PR à informação espacial (cartografia), permitindo-se efetuar diversas análises através da relação lógica entre camadas de informação. Utilizado como um sistema de suporte à tomada de decisão corporativa com aplicação da inteligência geográfica.

A manutenção deste sistema é de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), através do setor de desenvolvimento de sistemas. Todas as gerências das áreas de negócio são responsáveis e o sistema não é crítico para a realização das solicitações automatizadas pelos públicos atendidos.

- Tabfisc: Aplicativo móvel (APP) que tem como objetivo disponibilizar aos agentes de fiscalização do Crea-PR uma solução eficiente para a realização de fiscalizações, diligências e atendimento a denúncias em equipamentos (tablets ou smartphones).

A manutenção deste sistema é de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), através do setor de desenvolvimento de sistemas. O Defis é a área de negócio responsável e o sistema é crítico para a realização das atividades pelos fiscais.

- Certificação Digital: Devido a implementação de uma plataforma (solução) de certificação digital, o DTI está desenvolvendo aplicações internamente que possibilitem a assinatura digital no padrão ICP-Brasil, para todos os públicos atendidos pelo Conselho. A previsão é de que no ano de 2017 sejam implementados pelo menos 10 serviços totalmente automatizados com a certificação digital. Considerando que a utilização será opcional pelos interessados, não existe um risco significativo na utilização da solução.

O Crea-PR atualmente tem alguns contratos de suporte e upgrade com grandes fabricantes/empresas multinacionais, como a Oracle, HP, Fortinet e TrendMicro, visando o suporte técnico e garantia da evolução dos produtos.

A mitigação de riscos quanto à eventual dependência tecnológica dessas empresas ocorre através do acompanhamento dos analistas em qualquer atividade efetuada por elas, assim como, a elaboração de documentação com os procedimentos necessários, com a finalidade de internalização dos conhecimentos.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

## **5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

O conteúdo deste capítulo pretende identificar a existência e o funcionamento dos canais de comunicação do cidadão com o Crea para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões, bem como de mecanismos ou procedimentos que permitam verificar a percepção da sociedade sobre os serviços prestados pela unidade e as medidas para garantir a acessibilidade no âmbito da entidade, além da transparência de informações relevantes.

O capítulo está dividido em 4 subitens: “Canais de acesso do cidadão”, “Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários”, “Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade” e “Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações”.

### **5.1 Canais de acesso do cidadão**

Os Profissionais, Empresas e a Sociedade em geral podem entrar em contato com o Crea-PR via correspondência, pessoalmente no atendimento nas inspetorias e postos, pela Central de Informações através do telefone 0800 041 0067, através da Ouvidoria, através do Fale da Gente pra Gente (pesquisa de satisfação) e também pelo Fale Conosco através do site <http://www.crea-pr.org.br>. Além disso, são monitoradas pelo Conselho as redes sociais disponíveis (Facebook, Twitter e Youtube) visando identificar possíveis demandas e responder ao interessado.

Os principais temas tratados durante o atendimento são: informações/orientações sobre os produtos/serviços, sugestões para melhorar procedimentos, produtos e/ou serviços, bem como reclamações dos produtos ou serviços prestados.

Os tratamentos das solicitações, reclamações, denúncias, sugestões e elogios estão suportados por procedimentos padronizados e documentados que detalham como cada item deve ser tratado internamente e os registros necessários a cada um deles, mantendo-se a evidência de que houve o atendimento à demanda. O procedimento PSG SRC 01 é o que padroniza o tratamento das sugestões, elogios e reclamações, o procedimento PPO TPF 11 é o que padroniza o tratamento das denúncias recebidas, o procedimento PPO ATP 03 é o que padroniza o registro e análise de manifestações na Ouvidoria e o PPO ATP 04 é o que padroniza o tratamento dos protocolos de tele web e chat atendimentos recebidos dos cidadãos; e para as solicitações diversas o Conselho possui uma gama de procedimentos que variam de acordo com o tema.

Dentre os canais citados acima as três formas mais utilizadas para contato com o Conselho é o tele atendimento, o web atendimento e chat atendimento. No tele atendimento o cliente liga para uma Central de Informações que responde a dúvida no ato do atendimento, baseada nas informações constantes de um Manual Eletrônico de informações, onde todas as informações segmentadas estão padronizadas e em formato que permita melhor atendimento ao cliente. Para os casos em que o atendente não consegue responder ao cliente no ato é gerado um protocolo virtual de tele atendimento que é internalizado e deve ser respondido em dois dias úteis. Nesta mesma linha temos também o chat atendimento que se não for solucionado na hora gera um protocolo interno e também o web atendimento, onde o cliente entra em contato direto pelo site expondo sua dúvida, sugestão, reclamação, etc.

Estas três formas de atendimento que geram protocolos internos para retorno em até dois dias úteis são monitorados mensalmente em todas as áreas do Conselho e convertidos em gráficos de acompanhamento. Abaixo apresentamos os dados relativos à quantidade e prazo de atendimento nos dois últimos anos:

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**Tempo de Tratamento de Protocolos de Tele Web Chat Atendimento no Estado**

Meta: 2 dias úteis

Mês	2015				2016			
	Número de Protocolos Tratados	Número de Protocolos Acima da Meta	% de Protocolos Tratados Acima da Meta	Tempo Médio (dias)	Número de Protocolos Tratados	Número de Protocolos Acima da Meta	% de Protocolos Tratados Acima da Meta	Tempo Médio (dias)
jan	2.463	28	1,14%	1,01	2.288	46	2,01%	0,60
fev	2.373	50	2,11%	1,13	2.237	31	1,39%	0,57
mar	2.676	58	2,17%	0,98	2.177	45	2,07%	0,70
abr	2.267	55	2,43%	0,81	2.266	41	1,81%	0,73
mai	2.171	34	1,57%	1,03	2.139	38	1,78%	0,67
jun	2.487	112	4,50%	1,49	2.237	57	2,55%	0,85
jul	2.509	62	2,47%	0,84	2.018	65	3,22%	0,76
ago	2.134	52	2,44%	0,86	2.342	34	1,45%	0,71
set	1.920	43	2,24%	0,71	1.881	56	2,98%	0,69
out	1.886	63	3,34%	0,74	1.884	64	3,40%	1,10
nov	1.942	48	2,47%	0,70	1.858	30	1,61%	0,63
dez	1.692	60	3,55%	0,79	1.986	55	2,77%	0,77

Tabela 24: Tempo de tratamento de protocolos de Tele Web e Chat atendimento no Estado

Percebe-se pelos dados acima que os resultados em ambos os exercícios se assemelham e que o número de solicitações atendidas fora do prazo de 2 dias é bastante baixo em relação ao total de demandas e que mesmo os que ultrapassam os 2 dias são atendidos com brevidade, podendo ser verificado através do tempo médio de tratamento.

Além das solicitações virtuais acima temos as solicitações de serviços propriamente ditas que ao final geram algum produto ou serviço para o solicitante. Como já citado anteriormente são inúmeros serviços disponibilizados aos clientes e cada qual é executado de acordo com os prazos internos definidos em procedimentos. Em 2016 recebemos um total aproximado de 174.000 solicitações de serviços para execução nas diversas áreas do Conselho. O tempo de execução de cada um dos serviços é monitorado através de indicadores e também através do software de BI.

Em relação às sugestões e reclamações elas são registradas por algumas fontes e nos dois últimos exercícios tivemos os seguintes números:

Tipo de manifestação	2016	2015
Reclamação - Fale da Gente pra Gente	459	600
Reclamação (verbal/telefone)	18	35
Sugestão do CREAjr	10	3
Sugestão Entidade - Fale Direto	26	54
Sugestão Instituição de Ensino	14	8
Sugestões profissionais/empresas	212	122

Tabela 25 – Quantidade de protocolos de Reclamação/Sugestão

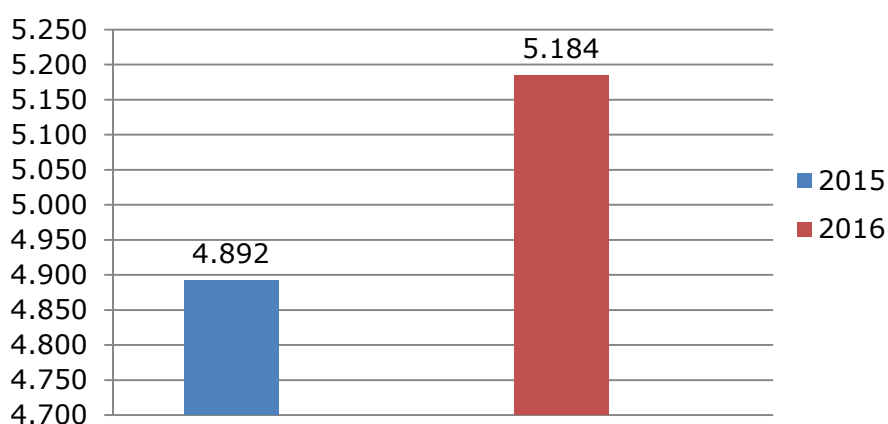


**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Todos os protocolos de reclamação ou sugestão acima receberam um número de rastreamento e o encaminhamento e as respostas podem ser consultadas diretamente no Sistema Corporativo no histórico do protocolo.

Em relação às denúncias recebidas no Conselho elas dizem respeito às solicitações registradas pela sociedade com o intuito de que a fiscalização do Crea-PR verifique se os serviços que estão em execução tem acompanhamento de um profissional capacitado e registrado neste Órgão. Além disso, é possível ao cidadão realizar denúncias contra os profissionais, quanto à possível infração ao Código de Ética Profissional. As denúncias são recebidas de forma *on line* através do site do Conselho e também fisicamente em qualquer área de atendimento.

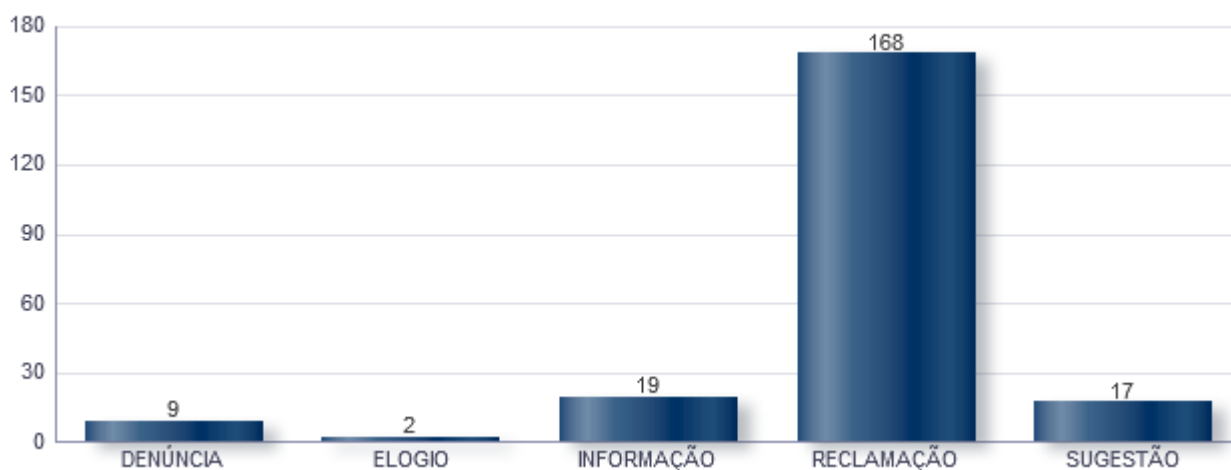
**Número de denúncias registradas 2015 e 2016**



**Figura 10 – Número de denúncias registradas em 2015 e 2016**

Outro importante canal de comunicação, a Ouvidoria, é responsável por receber, em 2ª instância, manifestações quanto aos serviços e atendimentos prestados pelo Conselho.

Os números da Ouvidoria reduziram de 2015 para 2016. Em 2015 foram registradas 243 manifestações e em 2016 foram registradas 215 manifestações, assim estratificadas:



**Figura 11 – Número de manifestações na Ouvidoria em 2016**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

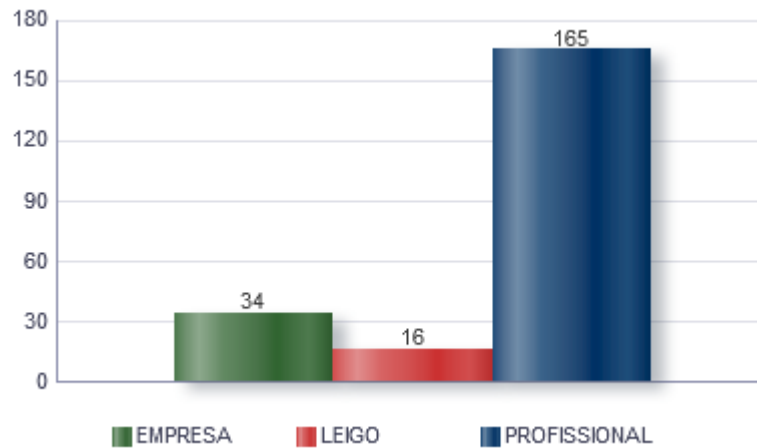


Figura 12 – Número de manifestações por tipo de interessado

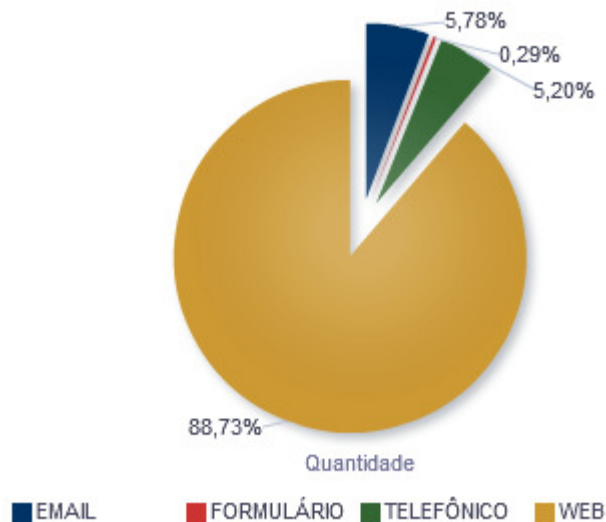


Figura 13 – Número de manifestações por origem da manifestação

Todas as manifestações apresentadas na Ouvidoria foram respondidas ou tratadas. No tratamento de algumas manifestações, pudemos identificar falhas, que com alterações em procedimentos internos, melhoraram a qualidade dos serviços prestados pelo Crea-PR

## 5.2 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

De longa data foi instituída no Conselho a pesquisa de satisfação Fale da Gente pra Gente, cujos resultados são atualizados diariamente com base nos questionários respondidos pelos clientes. Essa pesquisa está definida no PSG SRC 01 como ferramenta de medição da satisfação dos clientes e é enviada via e-mail sempre que o solicitante de um produto/serviço tenha a sua solicitação atendida. A pesquisa é enviada para o mesmo usuário somente a cada três meses,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná**

evitando assim que usuários que utilizem frequentemente os serviços recebam um número exagerado de pesquisas e acabem por não respondê-las.

A pesquisa consiste atualmente de 5(cinco) perguntas que são utilizadas para medir o % de atendimento às expectativas dos clientes e também o % de satisfação em relação aos seguintes itens: informações prestadas ou disponibilizadas antes de solicitar o produto/serviço, qualidade do produto/serviço entregue ou executado e prazo de entrega ou execução do produto/serviço. Além de indicar o grau de satisfação é possível incluir nos campos de comentários a justificativa para o conceito escolhido, bem como sugestões ou reclamações de um modo geral.

Diariamente é possível emitir relatórios com a quantidade de questionários respondidos por período, segmentado por tipo de cliente e por local de atendimento, sendo que nesse relatório é possível verificar o índice de satisfação (avaliação/expectativa X 100) e também o percentual de clientes que se julgaram satisfeitos, parcialmente satisfeitos e insatisfeitos em cada um dos itens citados acima. Importante frisar que, desde a sua implantação, o percentual de atendimento às expectativas sempre foram superiores a 100%.

Através dos relatórios disponíveis é possível identificar os clientes que reclamaram do prazo dos produtos e serviços e os motivos da reclamação, quando informados, para ações diretas de melhoria. Também é possível identificar qual o % de confiabilidade da pesquisa com base no universo de questionários enviados e respondidos, assegurando que os bons resultados obtidos sejam realmente confiáveis e reais.

A análise do resultado da pesquisa de satisfação alimenta as reuniões de análise crítica e servem de subsídio para a definição das estratégias da organização. Anualmente são definidas metas de redução de insatisfação ou de manutenção da satisfação, dependendo dos resultados. Estes indicadores e metas são monitorados e analisados durante o ano sendo utilizados os comentários da pesquisa como fonte de reclamações ou sugestões que alimentam a melhoria contínua dos processos e procedimentos.

O resultado da pesquisa em 2015 e 2016 está apresentado abaixo:

**CREA-PR Relatório da Pesquisa Fale da Gente pra Gente**

Número de Questionários Enviados: 22636	Tipo de Solicitante: Todos			
Número de Questionários Respondidos: 7056 (31,2%)	Inspetoria/Regional : Todas			
Percentual de Confiabilidade : 100,00 %				
Percentuais das Respostas:	Período: 01/01/2015 a 31/12/2015			
Identifique o grau de satisfação em relação a(o):				
	Satisfeito	Parcialmente Satisfeito	Insatisfeito	
2) Prazo de entrega/execução do produto/serviço:	94,7%	3,5%	1,8%	
3) Qualidade do produto/serviço entregue/executado:	95,6%	3,7%	0,8%	
4) Informações prestadas ou disponibilizadas antes de solicitar o produto/serviço:	91,7%	7%	1,3%	
	<b>94,00%</b>	<b>4,73%</b>	<b>1,27%</b>	
Média das Respostas:				
	Média Geral	Percentual de Notas Abaixo de 5	Percentual de Notas Entre 5 e 7	Percentual de Notas Acima de 7
5) Avalie de 0 a 10, a qualidade geral do produto/serviço RECEBIDO.	9	1,2%	9,6%	89,2%
1) De 0 a 10, qual era sua EXPECTATIVA antes de solicitar o serviço ao CREA, quanto a qualidade geral dos nossos produtos/serviços:	7,9	3,6%	31,3%	65,1%
Índice de Satisfação (Avaliação / Expectativa x 100) : 113,9%				

**Figura 14 – Resultado da pesquisa de satisfação 2015**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná**

**CREA-PR Relatório da Pesquisa Fale da Gente pra Gente**

Número de Questionários Enviados: 25366	Tipo de Solicitante: Todos			
Número de Questionários Respondidos: 5511 (21,7%)	Inspetoria/Regional : Todas			
Percentual de Confiabilidade : 100,00 %				
Percentuais das Respostas:		Período: 01/01/2016 a 31/12/2016		
Identifique o grau de satisfação em relação a(o):				
	Satisfeito	Parcialmente Satisfeito	Insatisfeito	
2) Prazo de entrega/execução do produto/serviço:	93,4%	4,5%	2,1%	
3) Qualidade do produto/serviço entregue/executado:	96,1%	2,7%	1,1%	
4) Informações prestadas ou disponibilizadas antes de solicitar o produto/serviço:	92,3%	6,3%	1,4%	
	<b>93,93%</b>	<b>4,50%</b>	<b>1,57%</b>	
Média das Respostas:				
	Média Geral	Percentual de Notas Abaixo de 5	Percentual de Notas Entre 5 e 7	Percentual de Notas Acima de 7
5) Avalie de 0 a 10, a qualidade geral do produto/serviço RECEBIDO.	9,3	1,5%	4,8%	93,7%
1) De 0 a 10, qual era sua EXPECTATIVA antes de solicitar o serviço ao CREA, quanto a qualidade geral dos nossos produtos/serviços:	8,5	2,6%	20,7%	76,7%
Índice de Satisfação (Avaliação / Expectativa x 100) : 109,4%				

**Figura 15 – Resultado da pesquisa de satisfação 2016**

Como forma de melhoria em relação à medição da satisfação dos clientes do Conselho foi implantada em 2016 uma pesquisa também para as respostas dos protocolos de tele, web e chat atendimento (protocolos virtuais já citados acima). O intuito é verificar a satisfação dos clientes quanto ao tempo de resposta e também à qualidade da resposta. Como trata-se de uma medição recente ainda não temos os dados consolidados para apresentação de resultados, porém, as manifestações estão sendo analisadas e tratadas pelas áreas responsáveis.

Também é aplicada uma pesquisa de satisfação específica em relação ao atendimento da Ouvidoria, que é enviada quando da conclusão do atendimento da manifestação. A pesquisa também busca medir a expectativa do cliente da Ouvidoria e o grau de satisfação com a agilidade e qualidade da resposta. Da mesma forma é aberto um campo para comentários na pesquisa que possibilita ao cliente justificar o conceito escolhido para aquele item.

Nos casos em que o comentário for negativo a Ouvidoria entra em contato com o cliente para entender o motivo da insatisfação e tentar da melhor forma possível a resolução do problema. Desta forma todos os comentários são analisados e um feedback é realizado com o cliente sempre que se mostrar necessário.

Abaixo o resultado da pesquisa de satisfação da Ouvidoria em 2015 e 2016:





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná**

**CREA-PR Relatório da Pesquisa Fale da Gente pra Gente - OUVIDORIA**

---

Número de Questionários Enviados: 242      Tipo de Solicitante: Todos

Número de Questionários Respondidos: 54 (22,3%)      Inspeção/Regional : Todas

Percentual de Confiabilidade : 99,58 %

Percentuais das Respostas:      Período: 01/01/2015 a 31/12/2015

---

Identifique o seu grau de satisfação em relação a:

	Sim	Não
1) A manifestação apresentada na Ouvidoria foi tratada com agilidade?	83,3%	16,7%
2) A resposta final encaminhada pela área responsável do CREA-PR, foi satisfatória?	70,4%	29,6%
Média das Respostas:	<b>76,85%</b>	<b>23,15%</b>

---

	Média Geral	Percentual de Notas Abaixo de 5	Percentual de Notas Entre 5 e 7	Percentual de Notas Acima de 7
Atribua uma nota de 0 a 10 para avaliar a sua expectativa com a Ouvidoria antes de procurá-la:	7,1	18,5 %	24,1 %	57,4 %
Atribua uma nota de 0 a 10 para a qualidade do Atendimento prestado pela Ouvidoria:	7,4	16,7 %	22,2 %	61,1 %

Índice de Satisfação (Avaliação / Expectativa x 100) : 104,2%

**Figura 16 – Resultado da pesquisa de satisfação da Ouvidoria 2015**

**CREA-PR Relatório da Pesquisa Fale da Gente pra Gente - OUVIDORIA**

---

Número de Questionários Enviados: 215      Tipo de Solicitante: Todos

Número de Questionários Respondidos: 58 (27%)      Inspeção/Regional : Todas

Percentual de Confiabilidade : 99,78 %

Percentuais das Respostas:      Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

---

Identifique o seu grau de satisfação em relação a:

	Sim	Não
1) A manifestação apresentada na Ouvidoria foi tratada com agilidade?	82,8%	17,2%
2) A resposta final encaminhada pela área responsável do CREA-PR, foi satisfatória?	70,2%	29,8%
Média das Respostas:	<b>76,50%</b>	<b>23,50%</b>

---

	Média Geral	Percentual de Notas Abaixo de 5	Percentual de Notas Entre 5 e 7	Percentual de Notas Acima de 7
Atribua uma nota de 0 a 10 para avaliar a sua expectativa com a Ouvidoria antes de procurá-la:	7,3	19%	17,2%	63,8%
Atribua uma nota de 0 a 10 para a qualidade do Atendimento prestado pela Ouvidoria:	8,1	14%	14%	71,9%

Índice de Satisfação (Avaliação / Expectativa x 100) : 111%

**Figura 17 – Resultado da pesquisa de satisfação da Ouvidoria 2016**

### **5.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade**

No site do Crea-PR, em Acesso à Informação, podem ser encontradas de forma transparente as informações relevantes sobre a atuação da unidade. O Crea-PR atende às regras estipuladas pela lei denominada “Lei de Acesso à Informação”, Lei Federal nº 12.527/2011 e seu



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

decreto regulamentador nº 7724/2012, que parte do princípio de que as informações referentes à atividade do Estado são públicas, salvo exceções expressas na legislação. A organização das informações presentes seguem as orientações do “Guia de publicação ativa nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal” 3ª versão, padronizado e disponibilizado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM).

Podem ser encontradas no site informações acerca de: funcionários por cargo, diretores, conselheiros, mapa estratégico, PPA, atas das reuniões de colegiados, relatórios de gestão, relatórios da empresa de auditoria independente contratada, convênios firmados com outras entidades, licitações, tabelas salariais, balanços financeiros, entre outros. No site também encontra-se um item específico para o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), onde é possível acessar os formulários de pedidos de acesso à informação, tanto de forma eletrônica quanto física, bem como ter acesso à estatística sobre protocolos de solicitações de informações já recebidos pelo Conselho.

O Crea-PR também tem seu SIC físico nos pontos de atendimento, conforme é orientado no site.



Figura 18 – Banner SIC na Inspetoria de Curitiba

#### **5.4 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações**

Desde 2007 o Crea-PR vem adotando um programa continuado de verificação dos seus imóveis com vistas a adequá-los aos itens de acessibilidade, conforme prevê a Lei Federal nº 10098/2000. Atualmente a maioria deles já se encontra em um bom nível de atendimento aos requisitos. Nesta linha é elaborado um cronograma anual de inspeções prediais, que são realizadas pelo Setor de Obras e Serviços do Conselho, onde o atendimento aos requisitos de acessibilidade é item permanente de verificação, recomendação e adequação. Nos imóveis locados ou adquiridos nos últimos anos a acessibilidade é item indispensável, restando ainda adaptações nos imóveis locados anteriormente e que em alguns casos há dificuldade ou até impossibilidade de adaptação.

Para atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida o Crea-PR conta com:

Atendimento presencial prioritário – nas Inspetorias e Postos de Atendimento são priorizados os atendimentos para pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo, conforme previsto no Decreto nº 5296/2004.

V-PAD Atendimento - Aparelho de comunicação visual, com intérpretes para auxiliar a comunicação entre surdos e ouvintes. O surdo se comunica com um intérprete via aparelho de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

forma *on line* que retransmite ao funcionário no atendimento. Estes aparelhos estão instalados nos principais pontos de atendimento do Estado.

Atendimento para surdos - O atendimento ao surdo por chat é prioritário, o surdo entrará pelo atendimento preferencial no site, o qual será identificado em uma cor diferenciada no sistema de atendimento para priorização.

Site acessível - Na internet, acessibilidade refere-se principalmente às recomendações do WCAG (World Content Accessibility Guide) do W3C e no caso do Governo Brasileiro ao e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico). O e-MAG está alinhado às recomendações internacionais, mas estabelece padrões de comportamento acessível para sites governamentais.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

## 6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O conteúdo deste capítulo pretende expor as informações sobre a execução financeira, demonstrações do desempenho financeiro, demonstrações contábeis e notas explicativas. O capítulo está organizado em quatro subitens: “Desempenho financeiro do exercício”, “Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos”, “Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade” e “Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e notas explicativas”.

### 6.1 Desempenho financeiro do exercício

O fluxo de caixa de 2016 demonstra os recebimentos e pagamentos de natureza orçamentária, resultando no superávit orçamentário na ordem de R\$ 13.570.978,95 (treze milhões, quinhentos e setenta mil, novecentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos), conforme demonstrativo.

MESES	RECEITAS R\$	DESPESAS	SUPERAVIT
janeiro	10.786.374,91	3.174.844,38	7.611.530,53
fevereiro	10.874.102,48	3.771.000,06	14.714.632,95
março	7.309.091,01	4.020.837,51	18.002.886,45
abril	4.436.931,66	4.423.971,22	18.015.846,89
maio	6.286.636,75	5.694.513,53	18.607.970,11
junho	4.803.557,08	6.150.942,20	17.260.584,99
julho	3.969.890,07	4.322.721,47	16.907.753,59
agosto	5.206.638,08	4.682.370,88	17.432.020,79
setembro	4.279.697,83	5.077.469,56	16.634.249,06
outubro	4.205.510,26	4.158.216,66	16.681.542,66
novembro	4.306.590,71	4.758.255,27	16.229.878,10
dezembro	3.804.768,56	6.871.048,30	13.163.598,36
<b>TOTAL (sem 73ª SOEA)</b>	<b>70.269.789,40</b>	<b>57.106.191,04</b>	<b>13.163.598,36</b>
73ª SOEA/CNP	4.445.439,30	4.038.058,71	407.380,59
<b>TOTAL</b>	<b>74.715.228,70</b>	<b>61.144.249,75</b>	<b>13.570.978,95</b>

Tabela 26: Fluxo de caixa 2016

**Nota:** As receitas de janeiro a março se destacam em relação aos outros meses, em função do vencimento das anuidades de profissionais e empresas que ocorre em 31 de março sem descontos, mas, o maior volume de pagamentos ocorre mesmo em janeiro e fevereiro devido as opções de pagamento com descontos.

As receitas e despesas com a realização da 73ª SOEA/CNP foram contabilizadas dentro do orçamento do Conselho e estão demonstradas à parte, por não fazerem parte das despesas rotineiras. Elas foram objeto de prestações de contas dos convênios e patrocínios recebidos para realização do evento. A pequena sobra entre receita e despesas deste item, destinou-se a cobrir parte das despesas da equipe do Conselho no planejamento e execução do evento.

Em 2016 a receita foi realizada além do esperado, ultrapassando em 2,17% a estimativa do orçamento, ficando evidenciada a eficiência da gestão financeira do Conselho. Para alcançar este resultado destacamos a melhora na eficiência da fiscalização que, com a utilização de tecnologia e reorganização de seu pessoal, além do apoio administrativo especializado, vem demonstrando resultados positivos nas rotinas de combate à informalidade e irregularidades em obras e serviços



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

fiscalizados. Como consequência houve maior número de autuações, maior número de processos de execução fiscais ajuizados, maior número de cobrança judicial e extrajudicial em Dívida Ativa e também um incremento quanto à cobrança de anuidades.

Por outro lado, as despesas ficaram 16,39% abaixo do previsto, demonstrando a eficiência da gestão na aplicação dos recursos, uma vez que as práticas adotadas em exercícios anteriores vêm se mantendo, utilizando os recursos no que é estritamente necessário às atividades operacionais, além da contenção de despesas em todos os setores, e ainda, pela política atual da não reposição de funcionários no Conselho, entre outras ações, visando o equilíbrio financeiro.

Em 2016 foram pagos os restos a pagar não processados em 2015, na ordem de R\$ 1.454.923,73 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e vinte e três reais e setenta e três centavos), resultando no superávit financeiro no valor de R\$ 12.116.055,22 (doze milhões, cento e dezesseis mil, cinquenta e cinco reais e vinte e dois centavos). Registramos ainda que os restos a pagar não processados de 2016 foram de R\$ 761.785,26 (setecentos e sessenta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e vinte e seis centavos), que serão cobertos em 2017 com o superávit de exercícios anteriores.

<b>RESULTADO FINANCEIRO - EXERCÍCIO DE 2016</b>		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA TOTAL REALIZADA	74.715.228,70	(+)
DESPESA LIQUIDADADA TOTAL NO EXERCÍCIO	61.144.249,75	(-)
Superavit Orçamentário obtido 2016	13.570.978,95	(+)
(-) Restos Pagar Não Processados de 2015 pagos 2016	1.454.923,73	(-)
Superavit Financeiro de 2016, com Restos a Pagar	12.116.055,22	(+)

Tabela 27: Resultado financeiro exercício 2016

Em 2016 o Resultado Patrimonial obtido foi de R\$ 13.595.874,40 e que a nosso entender foi satisfatório, uma vez que o superávit financeiro foi significativo, aliado à incorporação de bens, inscrições em dívida ativa e variação dos estoques. Por outro lado, foram deduzidos os restos a pagar/2015 pagos em 2016, baixa de bens, depreciações, provisões e ajustes de exercícios anteriores, em função da provisão inicial para férias, cujos valores estão demonstrados abaixo:

<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2016</b>	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA - DESPESA EMPENHADA	12.809.193,69 (+)
INCORPORAÇÃO DE BENS NO EXERCÍCIO	1.760.246,97 (+)
CANCELAMENTO R. PAGAR PROCESSADOS 2015	31.865,26 (+)
<b>RESTOS A PAGAR/2015 pagos em 2016</b>	<b>1.454.923,73 (-)</b>
<b>Perda Involuntária de Ativos</b>	<b>189.004,39 (-)</b>
<b>Baixa de Bens por venda e doação</b>	<b>494.578,82 (-)</b>
<b>Depreciação Bens Patrimoniais</b>	<b>1.256.904,08 (-)</b>
ATUALIZAÇÃO VALORES DA ATIVA Balanço 2016	6.308.903,54 (+)
VARIAÇÃO ESTOQUE ALMOXARIFADO	133.753,52 (+)
<b>Provisão para riscos Trabalhistas</b>	<b>888.347,18 (-)</b>
Reversão de Provisão Ações Trabalhistas	2.941,89 (+)
<b>Provisão para riscos Ações Judiciais</b>	<b>1.175.995,15 (-)</b>
<b>SUPERÁVIT BALANÇO PATRIMONIAL 2016</b>	<b>15.587.151,52</b>
<b>Ajustes de Exerc. Anterior para Provisão Férias</b>	<b>1.991.277,12 (-)</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL - BALANÇO DE 2016</b>	<b>13.595.874,40</b>

Tabela 28: Resultado patrimonial do exercício 2016





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

## 6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão dos itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O Crea-PR se adequou ao novo modelo da contabilidade pública, com a adoção do novo plano de contas estabelecido pelo Confea e software desenvolvido pela empresa Implanta Informática, de modo a torná-las convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Pelas características e atividades do Crea-PR, não há itens patrimoniais a serem aplicados a amortização e exaustão.

O Crea-PR cumpre a NBC T 16.9 para bens móveis e NBC T 16.10 para os bens imóveis, sendo feitas as reavaliações de todos os bens como: terrenos, salas comerciais e edificações, passando-se a registrar mensalmente as depreciações dos bens patrimoniais, exceto os terrenos e objetos de arte. Os percentuais de depreciação estão de acordo com a vida útil de cada grupo de bens e estão em consonância com a Resolução 1036/2011 do Confea, cuja tabela contendo a vida útil e valor residual faz parte do Anexo III da referida Resolução, sendo:

Natureza	Vida Útil (anos)	Valor Residual
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%
Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0%
Discotecas e Filmotecas	5	10%
Embarcações	-	-
Equipamentos de Processamentos de Dados	5	10%
Equipamentos de proteção, segurança e socorro	10	10%
Equipamentos hidráulicos e elétricos	10	10%
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	10%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10%
Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10%
Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	10	10%
Máquinas, instalações e utensílios de escritório	10	10%
Mobiliário em geral	10	10%
Veículos diversos	15	10%

Tabela 29: Percentual de depreciação de bens - Anexo III – Resolução 1036/2011

O impacto no resultado do exercício de 2016 com “depreciações” foi na ordem de R\$ 1.256.904,08 (um milhão, duzentos e cinquenta e seis mil, novecentos e quatro reais e oito centavos).

O Crea-PR cumpre também o que estabelece a NBC T 19.7 para Provisões, Passivos, e Contingências Passivas, com o registro de provisões de possíveis atos e fatos que poderão afetar o patrimônio, que recomenda que a provisão deve ser reconhecida quando:

- a) a entidade tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado;
- b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e
- c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

As provisões registradas, atualizadas em 2016, totalizam R\$ 2.064.342,33 (dois milhões, sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta e dois reais e trinta e três centavos) que se referem a:

- Provisão para riscos trabalhistas em longo prazo..... R\$ 888.347,18
- Provisão para ações judiciais ajuizadas contra o Crea-PR.....R\$ 1.175.995,15

O montante de créditos em Dívida Ativa registrado no balanço de 2016 foi na ordem de R\$ 53.929.875,35 (cinquenta e três milhões, novecentos e vinte e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), já contando com a provisão de perdas. As atualizações são feitas mensalmente, de acordo com as orientações da Resolução nº 270/1981 e Decisão Plenária nº 820/2004, ambas do Confea, que determina que todo débito de pessoa física ou jurídica com os Conselhos Regionais sejam corrigidos tendo o INPC como indexador, além de 1% de juros estabelecidos na Lei de Execução Fiscal nº 6.830/1980.

Os estoques são mensurados com base no valor de aquisição não necessitando, portanto, de reavaliação por estarem com seus valores atualizados, pois se destinam ao consumo imediato, não havendo armazenamento. O método de custeio das saídas dos estoques adotado é o custo médio ponderado.

### **6.3 Sistemática de apuração de custos**

O Crea-PR prevê e executa seu orçamento dentro das normas vigentes aplicadas à Contabilidade do Setor Público tomando como base o MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público). Tendo em vista ser considerada uma entidade “*sui generis*”, o Orçamento Contábil possui algumas diferenças em relação ao orçamento da União, Estados e Municípios, isto é, não prevemos e executamos as despesas por atividades como saúde, educação, transporte, segurança entre outros.

Considerando que o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC – é um Data Warehouse que se utiliza da extração de dados dos sistemas estruturantes da administração pública federal para a geração de informações, tal como SIAPE, SIAFI e SIGPlan, conforme definições da própria constituição do Sistema Confea/Crea, o software não é utilizado pelo Conselho.

Adotamos um sistema próprio para o efetivo gerenciamento dos custos, onde há o registro da distribuição do orçamento global por unidade administrativa, as quais controlam de forma individualizada os centros de custos que são responsáveis. Esse controle é realizado pela metodologia gerencial denominada Gerenciamento Matricial de Despesas – GMD, disposta em um sistema de Business Intelligence (BI) adquirido pelo Conselho, denominado InfoCrea, o qual se utiliza de informações do sistema contábil praticamente em tempo real. Além disso, possuímos procedimentos internos documentados que descrevem toda a metodologia para a previsão e realização do orçamento gerencial de cada Unidade Administrativa - PPO ORC 01 e POP ORC 01 e 02.

Apesar de o Conselho possuir seu orçamento de forma centralizada, tanto de receitas quanto de despesas, esta ferramenta permite que seja realizada uma subdivisão gerencial das provisões de despesas de cada conta em centros de custos. Cada centro de custo tem uma Unidade Administrativa responsável pela sua execução, possibilitando o acompanhamento direto da Superintendência e da Alta Administração de forma instantânea e ainda, metodologicamente, nas reuniões periódicas que realiza ao longo do exercício.

Assim, cada responsável por área efetua sua previsão orçamentária em época oportuna, buscando ser o mais assertivo possível, levando em consideração o histórico dos anos anteriores e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

as ações programadas para o ano seguinte. Estes dados são lançados no InfoCrea e analisados em grupos de contas orçamentárias, chamadas de pacote orçamentário. Cada pacote tem um gestor de contas que é responsável pelo monitoramento das contas sob sua responsabilidade e estão distribuídas em 4 (quatro) pacotes orçamentários.

Os gestores analisam a previsão orçamentária por área e por conta orçamentária, levando em consideração alguns requisitos como: realização histórica, realização futura, grandes aumentos ou grandes diminuições de valores, entre outros fatores que gerem distorções em seus pacotes de orçamentários.

Após análise de cada pacote o grupo realiza reunião com a Superintendência do Conselho onde é apresentado cada orçamento das Unidades Administrativas, sendo na sequência apresentado também ao Diretor Tesoureiro e Presidência que fazem suas análises e considerações com relação ao orçamento de cada unidade. Após todas as etapas de análise descritas o Orçamento Gerencial é então aprovado estando pronto para ser executado.

O grande destaque dessa ferramenta é a possibilidade de matriciar o controle dos custos. Isso é possível já que as unidades administrativas possuem em seu orçamento um rol de contas contábeis com limites de saldos anuais que compõe um limite de saldo anual, somatório de todas as contas, para cada área. Porém, de forma paralela, as contas também foram agrupadas (com o total de seus saldos) por similaridade, tendo como responsáveis os gestores específicos que acompanham a execução global das contas. Essa metodologia permite, inclusive, mapear de forma ágil eventuais possibilidades de melhor utilização de recursos, tendo possibilidades reais de subsidiar a tomada de decisão da Alta Administração na gestão dos recursos. Na sequência, apresentamos um exemplo de acompanhamento de realização da despesa.

Quadro I – Demonstra a divisão de responsabilidades dos Gestores por grupo de contas de custeio, cuja responsabilidade geral de acompanhamento é do Superintendente

### GMD - Gestores de Pacote

Valores acumulados até dezembro de 2016

Atualização: 17/2/2017 03:02:34

Gestor principal	Gestor	Orçamento Gerencial	Despesa	Saldo	Varição	
SUPERINTENDENTE	LEANDRO	1.192.515	1.328.693	-136.178	111,42%	?
	RENATO	1.274.886	1.115.431	159.455	87,49%	?
	RICARDO_	47.970.359	43.880.928	4.089.431	91,48%	?
	SANDRO	8.718.825	6.576.040	2.142.785	75,42%	?
<b>SUPERINTENDENTE Total</b>		<b>59.156.585</b>	<b>52.901.092</b>	<b>6.255.493</b>	<b>89,43%</b>	<b>?</b>
DIRETOR TESOUREIRO	DIRETOR TESOUREIRO	2.821.293	3.185.643	-364.350	112,91%	?
	RENATO	1.153.500	467.198	686.302	40,50%	?
	SANDRO	1.771.790	433.348	1.338.442	24,46%	?
<b>DIRETOR TESOUREIRO Total</b>		<b>5.746.583</b>	<b>4.086.189</b>	<b>1.660.393</b>	<b>71,11%</b>	<b>?</b>
<b>Total</b>		<b>64.903.168</b>	<b>56.987.281</b>	<b>7.915.886</b>	<b>87,80%</b>	<b>?</b>

Figura 19: Acompanhamento gestores de pacote



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná**

Quadro II – Demonstra a visão do Gestor quanto ao acompanhamento global do somatório das contas que estão sob seu gerenciamento

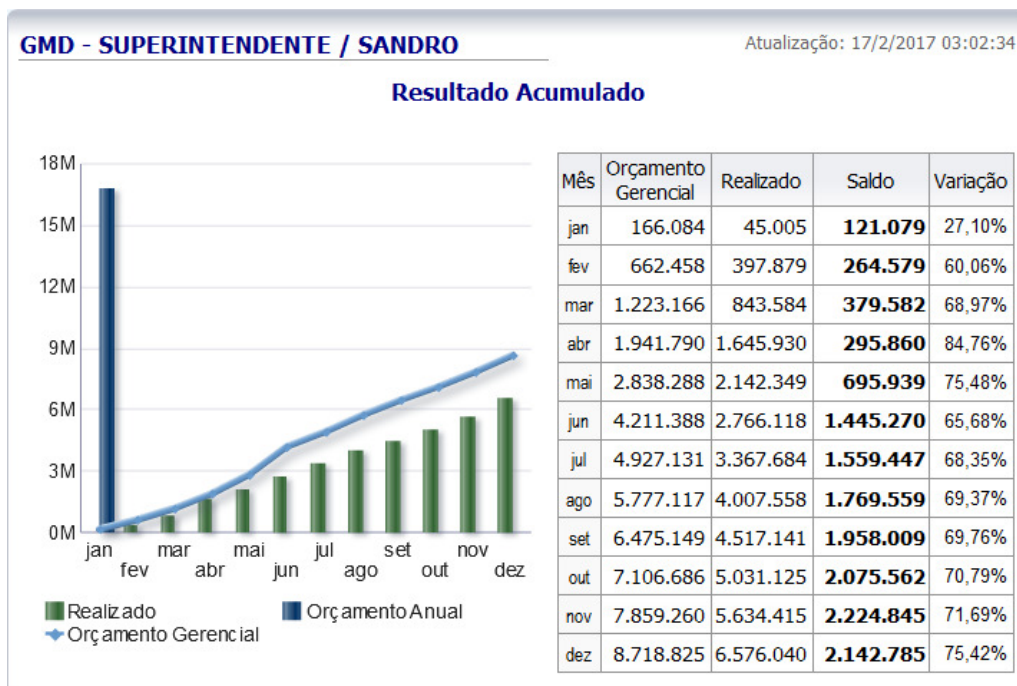


Figura 20: Acompanhamento global do gestor de pacote

Quadro III – Demonstra a visão do Gestor ao visualizar a conta Materiais de Expediente

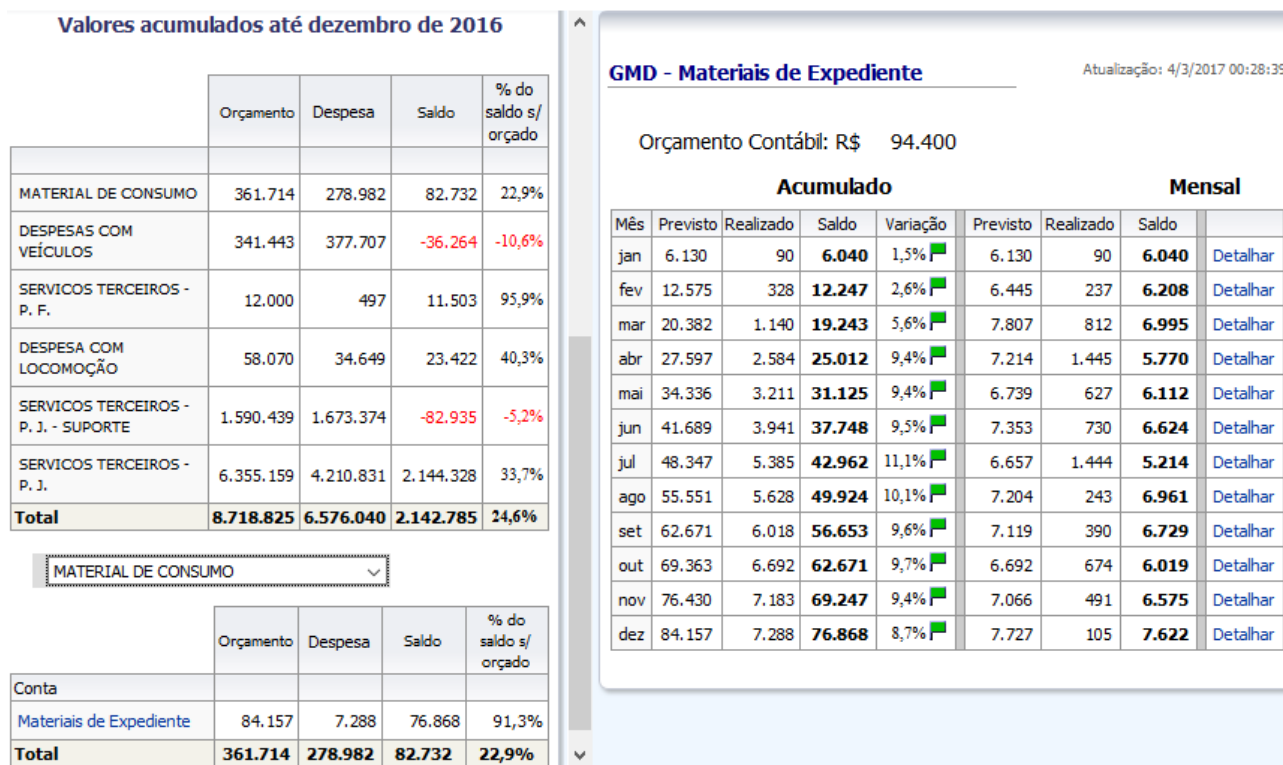


Figura 21: Acompanhamento das contas do gestor de pacote



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná**

Quadro VI – Demonstra a visão do Gestor quando acessa a conta Material de Expediente e visualiza os gastos por centro de custos, tendo condições de realizar a análise do realizado em razão do que foi previsto

<b>INSP. DE LONDRINA</b>													
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Previsto	417	417	417	417	417	417	417	417	417	417	417	417	5.000
Realizado		186			160	730							1.076
Saldo	417	231	417	417	257	-313	417	417	417	417	417	417	3.924

<b>INSP. DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON</b>													
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Previsto	145	145	145	145	145	145	145	145	145	145	145	145	1.740
Saldo	145	145	145	145	145	145	145	145	145	145	145	145	1.740

<b>INSP. DE MARINGÁ</b>													
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Previsto	574	658	658	1.158	658	658	658	658	658	658	658	658	8.312
Realizado				220	467								687
Saldo	574	658	658	938	191	658	658	658	658	658	658	658	7.625

Obs.: nesta tela aparecem todos os centros de custos que tiveram previsão de orçamento e/ou realização de despesas.

**Figura 22: Acompanhamento dos valores mensais da conta**

Quadro V – Demonstra a visão mais detalhada das informações, possibilitando verificar o detalhamento do que foi previsto com a descrição e valor do que foi realizado

<b>GMD - Detalhe da Movimentação da Conta</b>							
Atualização: 17/2/2017 03:02:34							
<b>Gestor Principal: SUPERINTENDENTE</b>	<b>Gestor de Pacote: SANDRO</b>						
<b>Conta: Materiais de Expediente</b>	<b>Mês: Maio</b>						
<b>Centro de Custo: INSP. DE LONDRINA</b>							
<b>Previsto</b>							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Histórico</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Reajuste de 8% em relação ao ano anterior. Conforme histórico. APROVADO EM: 28/01/2016 JUSTIFICATIVA: Adequação conforme consumo de 2015</td> <td align="right">417</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td align="right"><b>417</b></td> </tr> </tbody> </table>	Histórico	Valor	Reajuste de 8% em relação ao ano anterior. Conforme histórico. APROVADO EM: 28/01/2016 JUSTIFICATIVA: Adequação conforme consumo de 2015	417	<b>Total</b>	<b>417</b>	
Histórico	Valor						
Reajuste de 8% em relação ao ano anterior. Conforme histórico. APROVADO EM: 28/01/2016 JUSTIFICATIVA: Adequação conforme consumo de 2015	417						
<b>Total</b>	<b>417</b>						
<b>Realizado</b>							
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Histórico</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>PAGAMENTO A ILSOLON PEDROSO DE MORAIS - ME, COM CARIMBOS AUTO-ENTINTADO E REFIL, CONFORME NOTAS FISCAIS NO 4933 E 4945.</td> <td align="right">160</td> </tr> <tr> <td><b>Total</b></td> <td align="right"><b>160</b></td> </tr> </tbody> </table>	Histórico	Valor	PAGAMENTO A ILSOLON PEDROSO DE MORAIS - ME, COM CARIMBOS AUTO-ENTINTADO E REFIL, CONFORME NOTAS FISCAIS NO 4933 E 4945.	160	<b>Total</b>	<b>160</b>	
Histórico	Valor						
PAGAMENTO A ILSOLON PEDROSO DE MORAIS - ME, COM CARIMBOS AUTO-ENTINTADO E REFIL, CONFORME NOTAS FISCAIS NO 4933 E 4945.	160						
<b>Total</b>	<b>160</b>						

**Figura 23: Acompanhamento dos lançamentos da conta**

A utilização de ferramentas e metodologia para a realização da previsão e gerenciamento do orçamento de despesas do Conselho foi um grande passo para análises mais concretas de custo de cada área



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

**6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/1964 e notas explicativas**

As demonstrações contábeis e notas explicativas estão apresentadas nos **Anexos 9.5 a 9.10.**



## **7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

O conteúdo deste capítulo pretende expor as informações sobre a conformidade da gestão e demandas dos órgãos de controle. O capítulo está organizado em três subitens: “tratamento de determinações e recomendações do TCU”, “tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno” e “medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário”.

### **7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU**

Não existem recomendações exaradas em acórdãos do TCU ao Crea-PR no exercício de 2016, assim como, não há deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento pelo Crea-PR de nenhum exercício anterior.

### **7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno**

Até o ano de 2016 o Crea-PR não havia constituído formalmente um Órgão de Controle Interno em sua estrutura orgânica, motivo pelo qual não houveram recomendações a serem tratadas. Atualmente o Conselho encontra-se em fase de estruturação da Controladoria, tendo a sua instituição já aprovada pela Diretoria, através da Decisão nº 012/2017, e Plenário, através da Decisão nº 230/2017, restando apenas as ações administrativas necessárias à composição da equipe e providências de estrutura física para a sua implantação.

### **7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário**

Com relação a esse item, o Conselho informa e esclarece que pelos controles internos efetivados não houve situações de lesão ao patrimônio público da autarquia federal no ano de 2016, não sendo, desse modo, realizadas tomadas de contas especiais no plano interno da instituição. Ressalte-se, neste sentido, a conclusão de alguns processos administrativos disciplinares apuratórios de responsabilidades funcionais - administrativas, cujas conclusões foram encaminhadas ao Ministério Público Federal – MPF. Esses processos e suas medidas já foram apresentadas no item 3.4.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

## 8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

### 8.1 Plano Plurianual – PPA 2016/2018

Como foi citado no item de apresentação deste relatório o Crea-PR, numa atitude pioneira, desenvolveu em 2015 o seu primeiro Plano Plurianual (PPA), que é o principal instrumento de planejamento de médio prazo da administração pública brasileira, obrigatório para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluindo Autarquias Federais, previsto no artigo nº 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998. Em função da característica do Conselho o mesmo teve que ser adaptado em alguns aspectos, principalmente na questão dos Programas, pois tem uma atuação bastante distinta e não atua baseado em Programas, mas sim em Objetivos, Iniciativas e Metas, conforme já apresentado anteriormente, e também em relação ao período de vigência, uma vez que o prazo de duração do mandato do Presidente eleito, é de 3 anos.

Durante o ano de 2016 foi feito o acompanhamento da execução do PPA, cujos resultados percentuais de execução nos grupos de contas apresentamos abaixo:

Grupo de Contas	PPA	Realizado	% de execução em relação ao PPA
1 - PESSOAL	37.312.217	38.859.708	104,1%
2 - INVESTIMENTOS	23.197.130	900.546	3,9%
3 - DIÁRIAS	4.330.670	4.323.638	99,8%
4 - GESTÃO OPERACIONAL	16.701.983	12.328.076	73,8%
5 - SUBVENÇÕES	3.588.000	575.313	16,0%
6 - CONTINGÊNCIA	1.000.000	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>86.130.000</b>	<b>56.987.281</b>	<b>66,2%</b>

**Tabela 30: Resultado da execução do PPA em 2016**

A Instrução Normativa nº 01/2015 do Crea-PR que instituiu o Plano Plurianual para o período de 2016 a 2018 prevê, no seu artigo 7º § 1º “Haverá necessidade de explicitação das discrepâncias sempre que as mesmas forem superiores a 5% nos Grupos de Contas de Pessoal, Diárias e Locomoção e Subvenções Sociais e superiores a 10% nos Grupos de Investimentos e Gestão Operacional, em função do grau de previsibilidade da realização dos valores ser diferente entre os Grupos”.

Conforme é citado no capítulo 2, item 2.3.1, os instrumentos que previam a transferência de recursos através de convênios foram suspensos, e por este motivo o valor previsto para o grupo Subvenções não se realizou. Em relação ao grupo Investimentos, estavam previstas aquisições de imóveis, que em função da não localização de imóveis compatíveis às necessidades do Conselho não se realizaram no exercício, ficando para execução em 2017. Em relação ao grupo Gestão Operacional o resultado 16% menor do que o previsto no PPA é fruto de práticas de contenção de despesas e otimização na utilização dos recursos, além da política de não reposição integral do funcionários, conforme já citado no capítulo 2, item 2.3.6.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

## **8.2 Realização da 73ª Soea e 9º CNP**

A 73ª Semana Oficial de Engenharia e Agronomia (Soea) reuniu 3,5 mil profissionais em Foz do Iguaçu (PR) entre os dias 29 de agosto e 1º de setembro. Promovido pelo Sistema Confea/Crea e Mútua, o evento recebeu participantes de todas as regiões do país, motivados pelo tema “A engenharia a favor do Brasil: mudanças e oportunidades”.

O Paraná sediou a Soea pela sexta vez, contando com uma programação que incluiu 43 palestrantes e uma grade extensa de atividades. Em paralelo, ocorreu a 3ª edição do Congresso Técnico Científico da Engenharia e Agronomia (Contecc), com 550 trabalhos apresentados e 21 selecionados como os melhores. Durante a semana, também foi realizada a ExpoSoea, feira tecnológica com 40 expositores.

A programação contou com atividades como palestras, fóruns e debates conduzidos pelos principais especialistas do setor. Alguns tópicos de destaque foram pré-sal, segurança em barragens, acessibilidade, situação energética do país, globalização, agronegócio e equidade de gênero.

O encerramento da Semana foi marcado pela leitura da Carta de Foz do Iguaçu, documento em que o Sistema Confea/Crea e Mútua se compromete com ações que visam ao fortalecimento do profissional da área tecnológica nacional e a inserção dos engenheiros na definição e execução de políticas públicas.

Encerrada a Soea teve início, sequencialmente, o 9º Congresso Nacional de Profissionais (CNP), de 01 a 03 de setembro, cujo tema central em 2016 foi o “O Sistema Confea/Crea e Mútua em defesa da Engenharia e da Agronomia Brasileiras”. Como eixos temáticos, foram abordados: a) Defesa e fortalecimento da engenharia e da agronomia junto à sociedade; b) Tecnologia e inovação; e c) Carreira e prerrogativas da engenharia e da agronomia.

Realizado a cada três anos, o CNP é um fórum organizado pelo Confea, apoiado pelos Crea/s e pelas entidades nacionais, que tem por objetivo discutir e propor políticas, estratégias, diretrizes e programas de atuação, visando à participação dos profissionais das áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea no desenvolvimento nacional, propiciando maior integração com a sociedade e entidades governamentais.

No Plano de Trabalho firmado com o Confea para a realização 73ª Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia (Soea) e 9º Congresso Nacional de Profissionais (CNP) constavam alguns desafios formais que foram atingidos, dentre os quais destacamos o que se segue.

### **META 1.1. Conquistar a participação de 100 % dos Crea/s na 73ª Soea.**

RESULTADO: Meta atingida, com a participação dos 27 Crea/s.

### **META 1.2. Realizar, no mínimo, 95% da programação proposta para a 73ª Soea.**

RESULTADO: 95,45% da programação foi realizada.

### **META 1.3. Conquistar, no mínimo, 85 de satisfação dos participantes do evento.**

RESULTADO: 87% de satisfação foi o registro dos participantes que avaliaram o evento.

### **META 1.4. Obter a apresentação de, no mínimo, 300 trabalhos técnicos e artigos científicos.**

RESULTADO: 503 trabalhos técnicos ou científicos foram registrados em exposição durante o evento.

### **META 1.5. Referente ao 9º Congresso Nacional de Profissionais (9º CNP) - Analisar 100% das propostas sistematizadas pelo Confea, advindas dos Congressos Estaduais de Profissionais.**

RESULTADO: 100% das propostas foram analisadas em oito grupos de trabalho.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**9 ANEXOS****9.1 PTG GSG 07 – PLANO DE DESDOBRAMENTO DE METAS**

POLÍTICA DA QUALIDADE	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA	INICIATIVAS ESTRATÉGICAS DA SUPERINTENDÊNCIA	METAS/OBJETIVOS DESDOBRADOS	
			META/PROJETO/PLANO DE AÇÃO	ÁREA
A presença e a efetiva participação de profissionais no planejamento, execução e manutenção de obras e serviços	Profissionais informados e conscientes do papel, competências e resultados do Conselho	Implantar programa de comunicação segmentado pelos públicos-alvo focado na divulgação do papel, das competências e dos resultados do Conselho	Melhorar a divulgação aos profissionais acerca da relação Crea x CMA e das vantagens da mediação e da arbitragem, até dez/2016	GQ/CMA
			Implantar módulo de divulgação de reuniões e eventos do Crea-PR via App, até dez/2016	DTI
Melhorar o desempenho do Crea na identificação e punição dos desvios de conduta e descumprimento dos dispositivos legais		Melhorar o aproveitamento dos dados disponíveis no sistema para a identificação de desvios de conduta, até dez/2016	Defis	
Identificar as expectativas dos profissionais em relação a produtos e serviços do Conselho		Realizar pesquisa de opinião acerca das expectativas dos profissionais em relação aos produtos e serviços do Conselho, até dez/2016	GQ	
Os preceitos éticos no exercício das profissões		Propugnar pela manutenção da unidade do Sistema Confea/Crea e defesa das suas atribuições profissionais	Utilizar técnicas de mediação para o efetivo funcionamento dos Grupos de Trabalho dos Técnicos e Sombreamento, até dez/2016	DAT
A busca da excelência de nossos produtos e serviços e a melhoria contínua dos processos e procedimentos				



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

A cordialidade, confiabilidade e agilidade em nossos atendimentos			Implantar programa de comunicação com prefeituras, sociedade e órgãos públicos acerca das atribuições dos profissionais do Sistema Confea/Crea, até dez/2016	ACS
		Intensificar ações de reconhecimento do valor das profissões junto a Sociedade	Implantar processo de reconhecimento aos profissionais em eventos importantes de suas carreiras, até dez/2016	ACS
			Desenvolver campanha de divulgação e valorização das modalidades profissionais com baixo número de registrados, até dez/2016	ACS
Os princípios do desenvolvimento sustentável		Propugnar pela defesa dos direitos profissionais	Implantar campanha de divulgação dos deveres e dos direitos dos profissionais e consumidores, até dez/2016	DAT/Gestores de Fiscalização
			Disponibilizar, para o judiciário, serviço de consultas e solicitações acerca de atribuições profissionais para realização de laudos periciais, até dez/2016	DAT
Os princípios de agilidade, legalidade e impessoalidade nas análises e julgamentos das instâncias executiva e deliberativa	Soluções voltadas ao atendimento das necessidades das empresas	Facilitar para as empresas o acesso às informações de seu interesse junto ao Conselho	Implantar gráficos de dados e resultados relativos às empresas registradas e divulgar nos meios de comunicação on-line, até dez/2016	RMGA
		Harmonizar posicionamentos divergentes entre as Câmaras Especializadas	Utilizar técnicas de mediação para reduzir os conflitos entre decisões de Câmaras Especializadas, até dez/2016	DAT
		Ampliar junto a demais órgãos públicos ou privados os canais de identificação de empresas jurisdicionadas não registradas no Sistema	Melhorar a troca de informações entre o Conselho e Sebrae, Junta Comercial, Associações Comerciais e Prefeituras Municipais, até dez/2016	Defis



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná**

O fortalecimento das Entidades de Classe			Viabilizar junto ao Sebrae a disponibilização de curso EAD para futuros empresários nas áreas jurisdicionadas ao Conselho, até dez/2016	RMGA
		Identificar as expectativas das empresas em relação a produtos e serviços do Conselho	Realizar pesquisa de opinião acerca das expectativas das empresas em relação aos produtos e serviços do Conselho, até dez/2016	GQ
A cordialidade, confiabilidade e agilidade em nossos atendimentos	Cooperação para a sustentabilidade institucional e autonomia financeira das Entidades de Classe	Implantar Programa de Incentivo ao associativismo e cooperativismo junto aos profissionais	Elevar o conhecimento dos profissionais jurisdicionados ao CREA acerca do papel e importância das Entidades de Classe, Mútua e Crea na defesa corporativa, até dez/2016	ACS
		Contribuir para o fortalecimento do papel político das Entidades de Classe no sistema Confea/Crea e na sociedade	Fortalecer o papel do Conselheiro melhorando o acesso das Entidades de Classe às informações e resultados das áreas deliberativas do Conselho através do CDER, até dez/2016	RPBO
			Inserir o “Projeto Paraná do Futuro” nas Agendas Parlamentares das Regionais, até dez/2016	DRI
A busca da excelência de nossos produtos e serviços e a melhoria contínua dos processos e procedimentos	Interação e cooperação com as Instituições de Ensino	Ampliar às Instituições de Ensino o acesso à informações e sua participação no debate e implantação de soluções para a definição das atribuições profissionais	Desenvolver serviço de divulgação continuado, na área restrita das IEs, com os dados dos egressos dos seus cursos, até dez/2016	DRI
			Implantar sistema de emissão de certidão dos cursos e IEs cadastrados e regulares perante o Crea-PR, via acesso restrito, até dez/2016	



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná**

			Implantar canal de divulgação dos melhores TCC/s indicados pelo CIE e CDER, até dez/2016	
			Desenvolver processo de mostra de trabalhos nos eventos estaduais organizados pelo Crea, até dez/2016	RPGO
A presença e efetiva participação de profissionais no planejamento, execução e manutenção de obras e serviços	Processo de fiscalização dinâmico e participativo	Elevar o uso de novas tecnologias no processo de fiscalização	Implantar interpretação de imagens voltadas para o uso em fiscalização, até dez/2016	Defis
Os princípios de agilidade, legalidade e impessoalidade nas análises e julgamentos das instâncias executiva e deliberativa	Processo de fiscalização eficaz, qualificado e controlado	Aperfeiçoar as Operações de Fiscalização Especializada	Realizar Operações de Fiscalização Especializadas em todas as modalidades profissionais, até dez/2016	
		Melhorar o tratamento dos processos de fiscalização	Descentralizar as análises técnicas dos processos de fiscalização para as Regionais, até dez/2016	DAT
		Melhorar o desempenho do modelo de fiscalização adotado	Implantar programa continuado de divulgação dos resultados e benefícios das fiscalizações realizadas, conforme planejamento quadrimestral, nos diversos meios de comunicação, até dez/2016	Defis
		Fortalecer o combate ao exercício leigo da profissão	Intensificar as ações de combate ao exercício leigo da profissão priorizando as atividades de campo, até dez/2016	





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia  
 e Agronomia do Paraná**

<p>A busca da excelência de nossos produtos e serviços e a melhoria contínua dos processos e procedimentos</p> <p>Os princípios do desenvolvimento sustentável</p> <p>Os princípios de agilidade, legalidade e impessoalidade nas análises e julgamentos das instâncias executiva e deliberativa</p>			Apresentar proposta de selo de conformidade legal perante o Crea-PR para profissionais ou empresas regulares, até dez/2016	
	<p>Acesso aos produtos e serviços de forma ágil e simplificada</p>	<p>Implantar Certificação Digital nos produtos e serviços do Conselho</p>	Disponibilizar certificação digital em 100% dos formulários on line, até dez/2016	DTI
			Disponibilizar procedimento de apoio para a aquisição de certificado digital aos profissionais e empresas registrados, até dez/2016	DTI
		<p>Melhorar o atendimento e a execução de serviços e produtos na região metropolitana de Curitiba</p>	<p>Implantar a estrutura descentralizada de atendimento e execução de produtos e serviços no Posto de Atendimento do Carmo, Inspetorias da Região Metropolitana e na nova Sede da Mútua-PR, até dez/2016</p>	RCTB
	<p>Melhoria continua nos processos e procedimentos do Conselho</p>	<p>Simplificar os processos e procedimentos internos</p>	Implantar formulários de reembolso de despesas de forma eletrônica no acesso restrito e App, até dez/2016	Decop
			Disponibilizar um Manual de Comunicação do Crea-PR, até dez/2016	GQ
		<p>Aperfeiçoar os dispositivos de segurança e confiabilidade nos produtos e serviços do Conselho</p>	<p>Implantar programa de comunicação e interação com órgãos públicos sobre a certificação eletrônica de atestados e acervos, até dez/2016</p>	RCTB



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

Os preceitos éticos no exercício das profissões		Reduzir intervalos entre as atividades decisórias das Câmaras Especializadas	Oportunizar mecanismos que viabilizem a tomada de decisões nos intervalos das reuniões da área deliberativa, até dez/2016	DAT
	Responsabilidade, legalidade e moralidade na aplicação dos recursos	Reduzir as despesas operacionais do Conselho	Desenvolver programa de consumo consciente de telefonia, água, energia e materiais de expediente, até dez/2016	GQ
			Integrar o GMD e os regramentos orçamentários do Crea-PR, até dez/2016	Decop
O fortalecimento das Entidades de Classe  A busca da excelência de nossos produtos e serviços e a melhoria contínua dos processos e procedimentos	Arrecadação justa e adequada à manutenção das atividades do Conselho	Reduzir as incorreções no registro de ART/s eliminando vulnerabilidades no processo administrativo e no sistema de registro on line	Aperfeiçoar o sistema de filtros de atividades e atribuições no sistema de registro de ART/s, até dez/2016	RPGO
		Reduzir a inadimplência no recolhimento das anuidades	Realizar, no mínimo, 100% da previsão orçamentária de anuidades Pessoa Física e Pessoa Jurídica, até dez/2016	Decop
		Elevar a arrecadação da Dívida Ativa	Elevar em, no mínimo, 15% a arrecadação da Dívida Ativa, até dez/2016	Dejur



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

<p>O aprimoramento de nossos colaboradores e a adoção da meritocracia na gestão do Conselho</p> <p>Os princípios de agilidade, legalidade e impessoalidade nas análises e julgamentos das instâncias executiva e deliberativa</p>	Corpo funcional motivado e comprometido	Consolidar uma política de pessoal motivadora e alinhada às práticas de órgãos similares e às condições do Conselho	Implantar programa de incentivo à formação e qualificação continuadas, alinhadas às necessidades do Conselho, até dez/2016	Decop
	Conselheiros e Inspectores integrados ao funcionamento do Conselho	Ampliar as ações de informação e qualificação continuadas e de integração entre Conselheiros e Inspectores e destes com o Sistema	Ampliar o acesso de Conselheiros e Inspectores às informações do Conselho, até dez/2016	RGUA
			Disponibilizar informações acerca das atribuições, competências, responsabilidades, deveres e resultados dos Inspectores e Conselheiros, via portal da transparência, até dez/2016	Ouvidoria
			Implantar, no Integra, grupos de interação e debates envolvendo Inspectores e Conselheiros, até dez/2016	ACS

**METAS DE ROTINA**

<b>POLÍTICA DA QUALIDADE</b>	<b>META ESTADUAL</b>	<b>META DE ÁREA</b>	<b>ÁREA</b>
Os princípios de agilidade, legalidade e impessoalidade nas análises e julgamentos das instâncias executiva e deliberativa	Limitar em 8% o índice de insatisfação do Fale da Gente pra Gente até dez/2016	Limitar em 8% o índice de insatisfação do Fale da Gente pra Gente até dez/2016	REGIONAIS
	Limitar em 5% o percentual de teleweb/s e chat atendimentos tratados fora do prazo de 2 dias úteis, até dez/2016	Limitar em 5% o percentual de teleweb/s e chat atendimentos tratados fora do prazo de 2 dias úteis, até dez/2016	TODOS



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

A cordialidade, confiabilidade e agilidade em nossos atendimentos	Coleta de dados	Reduzir em, no mínimo, 50% o estoque de processos de fiscalização em tratamento até dez/2016	RCTB
		Reduzir em, no mínimo, 60% o estoque de processos de fiscalização na Central de Processos até dez/2016	DAT
		Reduzir para 10% o número de processos em estoque com idade superior a 5 meses, até dez/2016	RAPU, RCTB, RGUA, RPBO e Defis
		Limitar em 10% o número de processos em estoque com idade superior a 5 meses, até dez/2016	RCSC, RLDA, RMGA e RPGO
		Reduzir para 10% a quantidade de processos Pós-Câmara e Plenário tratados com prazo maior do que 100 dias, até dez/2016	Defis, RAPU, RCSC, RGUA, RPBO e RCTB
		Limitar em 10% a quantidade de processos Pós-Câmara e Plenário tratados com prazo maior do que 100 dias, até dez/2016	RLDA, RMGA e RPGO
		Limitar em 5% a quantidade de processos julgados além do prazo de 120 dias, até dez/2016	CÂMARAS E PLENÁRIO
		Coleta de dados	REGIONAIS
A presença e a efetiva participação de profissionais no planejamento, execução e manutenção de obras e serviços			
A busca da excelência de nossos produtos e serviços e a melhoria contínua dos processos e procedimentos			
Os princípios do desenvolvimento sustentável			



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Os preceitos éticos no exercício das profissões		Limitar em 5% o percentual de protocolos tratados fora do prazo, até dez/2016	
		Limitar em 5% a quantidade de protocolos julgados além do prazo de 120 dias, até dez/2016	CÂMARAS E PLENÁRIO
	Limitar em 20 o número de não conformidades de auditoria interna em cada ciclo em 2016	Não há	
	Não há	Disponibilizar 100% dos treinamentos externos planejados para o exercício, até dez/2016	Decop



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

## 9.2 PRINCIPAIS METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO 2016

<b>META/PROJETO/PLANO DE AÇÃO</b>	<b>VALORA DA META PREVISTA</b>	<b>RESULTADO ALCANÇADO</b>	<b>OBSERVAÇÃO</b>
Melhorar a divulgação aos profissionais acerca da relação Crea x CMA e das vantagens da mediação e da arbitragem, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Implantadas ações de melhoria na divulgação das vantagens da mediação e arbitragem e das responsabilidades do Crea e CMA
Implantar módulo de divulgação de reuniões e eventos do Crea-PR via App, até dez/2016	Não há	Realizado 33% das ações	O objetivo não foi concluído em 2016 devido à priorização da equipe da TI na organização da Soea. Meta permaneceu para 2017
Melhorar o aproveitamento dos dados disponíveis no sistema para a identificação de desvios de conduta, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Foram implantadas várias melhorias de identificação de desvios de condutas. Situações incluídas no PPO FIS 14
Realizar pesquisa de opinião acerca das expectativas dos profissionais em relação aos produtos e serviços do Conselho, até dez/2016	Não há	Meta parcialmente concluída	Realizadas todas as ações com vistas à contratação da empresa para a realização da pesquisa. A pesquisa está sendo realizada e o resultado será conhecido até maio/17
Utilizar técnicas de mediação para o efetivo funcionamento dos Grupos de Trabalho dos Técnicos e Sombreamento, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Definido o processo de utilização de mediação, via IMA – Instituto de Mediação e Arbitragem – disponível para utilização a qualquer tempo
Implantar programa de comunicação com prefeituras, sociedade e órgãos públicos acerca das atribuições dos profissionais do Sistema Confea/Crea, até dez/2016	Não há	Meta não realizada	A meta foi designada para a ACS – Assessoria de Comunicação Social, cuja jornalista só foi contratada na metade de ano, prejudicando assim o andamento do plano de ação. Meta foi mantida para 2017





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Implantar processo de reconhecimento aos profissionais em eventos importantes de suas carreiras, até dez/2016	Não há	Meta não realizada	A meta foi designada para a ACS – Assessoria de Comunicação Social, cuja jornalista só foi contratada na metade de ano, prejudicando assim o andamento do plano de ação. Meta foi mantida para 2017
Desenvolver campanha de divulgação e valorização das modalidades profissionais com baixo número de registrados, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Durante o ano foram feitas divulgações específicas para modalidades com baixo número de registros, através principalmente, do Facebook
Implantar campanha de divulgação dos deveres e dos direitos dos profissionais e consumidores, até dez/2016	Não há	Meta não realizada	Dificuldade operacional para a condução da meta e priorização de outras metas. Meta permanece para 2017.
Disponibilizar, para o judiciário, serviço de consultas e solicitações acerca de atribuições profissionais para realização de laudos periciais, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Disponibilizado no site do Crea acesso para consultas e divulgado ao judiciário
Implantar gráficos de dados e resultados relativos às empresas registradas e divulgar nos meios de comunicação on-line, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Disponibilizado no site do Crea acesso para consultas de vários dados relativos às empresas registradas
Utilizar técnicas de mediação para reduzir os conflitos entre decisões de Câmaras Especializadas, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Definido o processo de utilização de mediação, via IMA – Instituto de Mediação e Arbitragem – disponível para utilização a qualquer tempo
Melhorar a troca de informações entre o Conselho e Sebrae, Junta Comercial, Associações Comerciais e Prefeituras Municipais, até dez/2016	Não há	Meta parcialmente concluída	A área responsável realizou uma série de ações com vistas à melhoria dos convênios de troca de informações com as organizações citadas na meta e outras não citadas. Acesso à Junta Comercial ainda não foi possível face alguns entraves burocráticos, motivo pelo qual a meta não foi totalmente concluída em 2016



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Viabilizar junto ao Sebrae a disponibilização de curso EAD para futuros empresários nas áreas jurisdicionadas ao Conselho, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Curso disponibilizado e realizado via EAD com a parceria do Sebrae
Realizar pesquisa de opinião acerca das expectativas das empresas em relação aos produtos e serviços do Conselho, até dez/2016	Não há	Meta parcialmente concluída	Realizadas todas as ações com vistas à contratação da empresa para a realização da pesquisa. A pesquisa está sendo realizada e o resultado será conhecido até maio/2017
Elevar o conhecimento dos profissionais jurisdicionados ao CREA acerca do papel e importância das Entidades de Classe, Mútua e Crea na defesa corporativa, até dez/2016	Não há	Meta não realizada	A meta foi designada para a ACS – Assessoria de Comunicação Social, cuja jornalista só foi contratada na metade de ano, prejudicando assim o andamento do plano de ação. Meta foi mantida para 2017 com reformulação no seu texto.
Fortalecer o papel do Conselheiro melhorando o acesso das Entidades de Classe às informações e resultados das áreas deliberativas do Conselho através do CDER, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Foram disponibilizados vários itens às Entidades de Classe via acesso restrito, que permitem ter uma melhor visão das atividades dos seus Conselheiros
Inserir o “Projeto Paraná do Futuro” nas Agendas Parlamentares das Regionais, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Projeto inserido nas Agendas Parlamentares realizadas durante o exercício
Desenvolver serviço de divulgação continuado, na área restrita das IE/s, com os dados dos egressos dos seus cursos, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Disponibilizada ferramenta de divulgação na área restrita das IE/s para consulta online
Implantar sistema de emissão de certidão dos cursos e IE/s cadastrados e regulares perante o Crea-PR, via acesso restrito, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Disponibilizado recurso de impressão das certidões via acesso restrito



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Implantar canal de divulgação dos melhores TCC/s indicados pelo CIE e CDER, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Definido um procedimento de indicação e divulgação dos melhores TCC/s, com envolvimento das IE/s
Desenvolver processo de mostra de trabalhos nos eventos estaduais organizados pelo Crea, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Definida a divulgação dos TCC/s nos eventos do Crea e também a participação no Contecc, evento nacional
Implantar interpretação de imagens voltadas para o uso em fiscalização, até dez/2016	Não há	Meta parcialmente concluída	Projeto está sendo testado como piloto para posterior apresentação dos resultados. Será conduzido dentro da metodologia de Projeto em 2017
Realizar Operações de Fiscalização Especializadas em todas as modalidades profissionais, até dez/2016	Não há	Meta parcialmente concluída	Em função da priorização de algumas outras atividades não houve tempo hábil para concluir a fiscalização em todas as modalidades profissionais. Meta foi novamente incluída para 2017
Descentralizar as análises técnicas dos processos de fiscalização para as Regionais, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Descentralizadas as análises técnicas a todas as Regionais e realizados os treinamentos necessários às equipes
Implantar programa continuado de divulgação dos resultados e benefícios das fiscalizações realizadas, conforme planejamento quadrimestral, nos diversos meios de comunicação, até dez/2016	Não há	Meta não realizada	Em função da priorização de outras atividades e da ausência de jornalista para trabalhar em conjunto com a área responsável esta meta não foi concluída em 2016. Meta permanece para execução em 2017
Intensificar as ações de combate ao exercício leigo da profissão priorizando as atividades de campo, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Plano de fiscalização desenvolvido com as Câmaras, focado neste tipo de fiscalização. Implantado farol de acompanhamento do número de fiscalizações de leigos que comprova a eficácia do plano



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Apresentar proposta de selo de conformidade legal perante o Crea-PR para profissionais ou empresas regulares, até dez/2016	Não há	Meta não realizada	Em função da priorização de outras atividades e da complexidade da melhoria a ser implantada esta meta não foi executada em 2016. Meta será executada em 2017
Disponibilizar certificação digital em 100% dos formulários online, até dez/2016	Não há	Meta com 75% das ações concluídas	Não foi possível concluir dentro do prazo. Meta com previsão de conclusão em abril/2017
Disponibilizar procedimento de apoio para a aquisição de certificado digital aos profissionais e empresas registrados, até dez/2016	Não há	Meta com 66% das ações concluídas	Será disponibilizado o procedimento no site e demais canais de comunicação quando da conclusão da meta anterior, prevista para abril/2017
Implantar a estrutura descentralizada de atendimento e execução de produtos e serviços no Posto de Atendimento do Carmo, Inspetorias da Região Metropolitana e na nova Sede da Mútua-PR, até dez/2016	Não há	Meta com 72% das ações concluídas	Em função de algumas indefinições de investimentos as ações foram atrasadas. Meta permanece para 2017 para conclusão das ações faltantes.
Implantar formulários de reembolso de despesas de forma eletrônica no acesso restrito e App, até dez/2016	Não há	Meta com 45% das ações concluídas	Houve atraso por conta da priorização de outros itens pela área responsável e também pela necessidade de testes no aplicativo. Meta prevista para conclusão em junho/2017
Disponibilizar um Manual de Comunicação do Crea-PR, até dez/2016	Não há	Meta com 30% das ações concluídas	O projeto inicial acabou tomando um contexto muito maior do que se pensava para esta meta, por este motivo várias outras ações foram incluídas no plano e não puderam ser executadas em 2016 pela complexidade. Meta permanece para execução em 2017



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Implantar programa de comunicação e interação com órgãos públicos sobre a certificação eletrônica de atestados e acervos, até dez/2016	Não há	Meta com 90% das ações concluídas	Faltando apenas a divulgação e extensão das ações para todo o Estado, já que a meta foi implantada como piloto na Regional Curitiba. Previsão de conclusão março/2017
Oportunizar mecanismos que viabilizem a tomada de decisões nos intervalos das reuniões da área deliberativa, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Implantadas as reuniões continuadas, devidamente padronizadas e aprovadas pelo Plenário
Desenvolver programa de consumo consciente de telefonia, água, energia e materiais de expediente, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Implantado programa em todo o Estado com várias ações de conscientização de consumo e envolvimento de todas as áreas. Definida meta para ações em 2017.
Integrar o GMD e os regramentos orçamentários do Crea-PR, até dez/2016	Não há	Meta com 87% das ações concluídas	Houve atraso na execução das ações por conta de outras prioridades. Meta será concluída em abril/2017
Aperfeiçoar o sistema de filtros de atividades e atribuições no sistema de registro de ART/s, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Várias ações de melhoria nos filtros foram implantadas. Criado grupo permanente de discussão e melhorias. Para 2017 o projeto é a reformulação total do programa, com a criação da nova ART.
Realizar, no mínimo, 100% da previsão orçamentária de anuidades Pessoa Física e Pessoa Jurídica, até dez/2016	100%	Meta concluída	Resultado de 101,82%
Elevar em, no mínimo, 15% a arrecadação da Dívida Ativa, até dez/2016	15%	Meta concluída	Resultado de 43,6% (destacado no texto do Relatório os motivos que levaram a este aumento expressivo)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Implantar programa de incentivo à formação e qualificação continuadas, alinhadas às necessidades do Conselho, até dez/2016	Não há	Meta parcialmente concluída	O programa já foi definido e validado pela alta administração, faltando apenas a divulgação aos funcionários que está prevista para ocorrer até abril/2017
Ampliar o acesso de Conselheiros e Inspetores às informações do Conselho, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Foram implantadas várias ações par manter os Conselheiros e Inspetores informados sobre questões importantes do Conselho
Disponibilizar informações acerca das atribuições, competências, responsabilidades, deveres e resultados dos Inspetores e Conselheiros, via portal da transparência, até dez/2016	Não há	Meta parcialmente concluída	Apenas não foram inseridos os resultados em função de que a coleta é atualmente de forma manual. Está sendo trabalhada a melhoria em 2017 para padronização da coleta via sistema e posterior divulgação no portal da transparência
Implantar, no Integra, grupos de interação e debates envolvendo Inspetores e Conselheiros, até dez/2016	Não há	Meta concluída	Disponibilizado o Integra para utilização e realizados alguns debates. Para 2017 estão previstos novos debates sob a condução do Defis
Limitar em 8% o índice de insatisfação do Fale da Gente pra Gente até dez/2016	< 8%	Meta realizada	Apenas no mês de abril o % ficou acima, fechando em 9,3%
Limitar em 5% o percentual de telewebs e chat atendimentos tratados fora do prazo de 2 dias úteis, até dez/2016	< 5%	Meta realizada	Todos os meses o resultado ficou abaixo de 5%





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Reduzir em, no mínimo, 50% o estoque de processos de fiscalização em tratamento até dez/2016	< 50%	Meta realizada	Atingido o resultado de 23%
Reduzir em, no mínimo, 60% o estoque de processos de fiscalização na Central de Processos até dez/2016	< 60%	Meta não realizada	Resultado final foi de 40% de redução. Meta permanece para 2017 como novo plano de ação
Reduzir para 10% o número de processos em estoque com idade superior a 5 meses, até dez/2016	< 10%	Meta não realizada	Das 5 áreas que receberam esta meta, apenas uma conseguiu resultado positivo. O processo de medição está sendo reformulado em 2017 para definição de nova meta. Necessidade de melhoria na forma de medição das etapas dos processos.
Limitar em 10% o número de processos em estoque com idade superior a 5 meses, até dez/2016	< 10%	Meta não realizada	Das 4 áreas que receberam esta meta, apenas duas conseguiram resultados positivos. O processo de medição está sendo reformulado em 2017 para definição de nova meta. Necessidade de melhoria na forma de medição das etapas dos processos.
Reduzir para 10% a quantidade de processos Pós-Câmara e Plenário tratados com prazo maior do que 100 dias, até dez/2016	< 10%	Meta não realizada	Das 6 áreas que receberam esta meta, apenas uma conseguiu resultados positivos. O processo de medição está sendo reformulado em 2017 para definição de nova meta. Necessidade de melhoria na forma de medição das etapas dos processos.
Limitar em 10% a quantidade de processos Pós-Câmara e Plenário tratados com prazo maior do que 100 dias, até dez/2016	< 10%	Meta não realizada	Das 3 áreas que receberam esta meta, apenas uma conseguiu resultados positivos. O processo de medição está sendo reformulado em 2017 para definição de nova meta. Necessidade de melhoria na forma de medição das etapas dos processos.
Limitar em 5% a quantidade de processos julgados além do	< 5%	Meta realizada	Meta realizada, apenas alguns desvios pontuais durante o ano foram registrados



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

prazo de 120 dias, até dez/2016			
Limitar em 5% o percentual de protocolos tratados fora do prazo, até dez/2016	< 5%	Meta realizada	Das 8 Regionais que receberam a meta apenas uma não conseguiu atingir o resultado esperado em função da falta de funcionários, uma vez que houveram vários desligamentos voluntários nos últimos anos, sem reposição
Limitar em 5% a quantidade de protocolos julgados além do prazo de 120 dias, até dez/2016	< 5%	Meta realizada	Meta realizada, apenas alguns desvios pontuais durante o ano foram registrados
Limitar em 20 o número de não conformidades de auditoria interna em cada ciclo em 2016	20	Meta parcialmente realizada	São dois ciclos anuais de auditoria sendo que apenas no primeiro ciclo o resultado ficou dentro do esperado
Disponibilizar 100% dos treinamentos externos planejados para o exercício, até dez/2016	100%	Meta realizada	Foram realizados todos os treinamentos previstos no planejamento anual

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**9.3 COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO EM 2016**

Situação em 31/12/2016

<b>COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO</b>				
<b>Conselheiro(a)</b>	<b>Título</b>	<b>Mandato</b>	<b>Representação</b>	<b>Titular/ Suplente</b>
Maurício Balensiefer	Eng. Ftal.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Universidade Federal do Paraná	Titular
Wander da Cruz	Eng. Cartog.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Universidade Federal do Paraná	Titular
Érica Santos Matos	Eng. Cartog.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Universidade Federal do Paraná	Suplente
Laila Herta Mihsfeldt	Eng. Agr.	1º/01/2016 a 28/06/2016	Universidade Estadual do Norte do Paraná	Titular
Eurípedes Bomfim Rodrigues	Eng. Agr.	25/10/2016 a 31/12/2018	Universidade Estadual do Norte do Paraná	Titular
Valdir Lopes	Eng. Agr.	25/10/2016 a 31/12/2018	Universidade Estadual do Norte do Paraná	Suplente
Leandro Vanalli	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Universidade Estadual de Maringá	Titular
Antonio Belincanta	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Universidade Estadual de Maringá	Suplente
Ednaldo Michellon	Eng. Agr.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Universidade Estadual de Maringá	Titular
Alessandro Lucca Braccini	Eng. Agr.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Universidade Estadual de Maringá	Suplente
Bianca Penteado de Almeida Tonus	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 27/09/2016	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Titular
Gabriela Mazureki Campos	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 27/09/2016	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Suplente
Gabriela Mazureki Campos	Eng. Civ.	28/09/2016 a 31/12/2018	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Titular
Emílio Trevisan	Eng. Ftal.	09/02/2015 a 31/12/2017	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Titular
Luiz Cláudio Garcia	Eng. Agr.	01/01/2015 a 31/12/2017	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Suplente
José Roberto Pinto de Souza	Eng. Agr.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Universidade Estadual de Londrina	Titular
Débora Cristina Santiago	Eng. Agr.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Universidade Estadual de Londrina	Suplente
Carlos Henrique Gonçalves Treviso	Eng. Eletric.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Universidade Estadual de Londrina	Titular
Osni Vicente	Eng. Eletric.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Universidade Estadual de Londrina	Suplente
Ligia Eleodora Francovig Rachid	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2016	Faculdade Assis Gurgacz	Titular
Débora Felten	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2016	Faculdade Assis Gurgacz	Suplente
Laércio Boschini	Eng. Agr.	28/01/2015 a 31/12/2017	Faculdade Assis Gurgacz	Titular
Ana Paula Morais Mourão Simonetti	Eng. Agr.	04/03/2015 a 31/12/2017	Faculdade Assis Gurgacz	Suplente
Cristina Maria Zanette	Eng. Alim.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná	Titular
José Raniere Mazile Vidal Bezerra	Eng. Alim.	23/02/2015 a 31/12/2017	Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná	Suplente
Edson Perez Guerra	Eng. Agr.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná	Titular
Eduardo da Silva Lopes	Eng. Ftal.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná	Suplente
Marlene de Lurdes Ferronato	Eng. Agr.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Titular
Paulo Sérgio Walenia	Eng. Eletric.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Titular
Ney César de Oliveira King	Eng. Eletric.	07/02/2014 a 31/12/2016	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Titular

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

Ricardo Cassiano Nabhen	Eng. Eletric.	07/02/2014 a 31/12/2016	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Suplente
Pyramon Accioly	Eng. Ftal.	05/03/2015 a 31/12/2017	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Titular
João Edson Kaefer	Eng. Agr.	27/02/2015 a 31/12/2017	Pontifícia Universidade Católica do Paraná	Suplente
Maria do Carmo Gominho Rosa	Eng. Pesca	1º/01/2016 a 31/12/2018	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Titular
Sergio Makrakis	Eng. Pesca	1º/01/2016 a 31/12/2018	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Suplente
Carlos Henrique Zanelato Pantaleão	Eng. Eletric.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Titular
Waldimir Batista Machado	Eng. Eletric.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Suplente
Roberto Carlos Guarido	Eng. Agr.	1º/01/2016 a 24/05/2016	Centro Integrado de Ensino Superior - Campo Mourão	Titular
Leandro Meert	Eng. Agr.	1º/01/2016 a 24/05/2016	Centro Integrado de Ensino Superior - Campo Mourão	Suplente
Leandro Meert	Eng. Agr.	25/05/2016 a 31/12/2018	Centro Integrado de Ensino Superior - Campo Mourão	Titular
Ana Cristina Fermino Deschamps	Eng. Eletric.	31/01/2014 a 13/04/2015	Universidade Positivo	Suplente
Ana Cristina Fermino Deschamps	Eng. Eletric.	14/04/2015 a 31/12/2016	Universidade Positivo	Titular
Emerson Luis Alberti	Eng. Eletric.	24/04/2015 a 31/12/2016	Universidade Positivo	Suplente
Marcos Antonio Canalli	Eng. Eletric.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Universidade Tuiuti do Paraná	Titular
Cícero Barbosa dos Santos	Eng. Eletric.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Universidade Tuiuti do Paraná	Suplente
João Carlos Motti	Eng. Mec.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Instituto de Engenharia do Paraná	Titular
Fernando Ebert	Eng. Mec.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Instituto de Engenharia do Paraná	Suplente
Celso Fabrício de Melo Júnior	Eng. Eletric.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Instituto de Engenharia do Paraná	Titular
André da Silva Gomes	Eng. Eletric.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Instituto de Engenharia do Paraná	Suplente
Tibiricá Kruger Moreira	Eng. Eletron.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Instituto de Engenharia do Paraná	Titular
Edie Roberto Taniguchi	Eng. Eletric.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Instituto de Engenharia do Paraná	Suplente
Cássio José Ribas Macedo	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2016	Instituto de Engenharia do Paraná	Titular
José Rodolfo de Lacerda	Eng. Civ.	01/01/2015 a 02/08/2016	Instituto de Engenharia do Paraná	Suplente
Waldemiro de Toledo Piza	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Instituto de Engenharia do Paraná	Titular
Hélio Haruo Maeda	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Instituto de Engenharia do Paraná	Suplente
Luiz Capraro	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Instituto de Engenharia do Paraná	Titular
Iury Luiz da Silva	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Instituto de Engenharia do Paraná	Suplente
Fernando Tadeu Bóçon	Eng. Mec.	11/12/2015 a 15/04/2016	Instituto de Engenharia do Paraná	Titular
Luiz Antonio Haus	Eng. Mec.	03/08/2016 a 31/12/2017	Instituto de Engenharia do Paraná	Titular
João Mario Fernandes	Eng. Mec.	17/08/2016 a 31/12/2017	Instituto de Engenharia do Paraná	Suplente
Sérgio Yassuo Yamawaki	Eng. Mec.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Instituto de Engenharia do Paraná	Titular
Adler Machado	Eng. Mec.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Instituto de Engenharia do Paraná	Suplente
Ivo Brand	Eng. Quim.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Instituto de Engenharia do Paraná	Titular
Paulo Moisés Sezerino	Eng. Quim.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Instituto de Engenharia do Paraná	Suplente
Ricardo Vidinich	Eng. Mec.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Instituto de Engenharia do Paraná	Titular
Luiz Antonio Haus	Eng. Mec.	1º/01/2016 a 28/06/2016	Instituto de Engenharia do Paraná	Suplente
Luiz Eduardo Caron	Eng. Quim.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros Químicos do Paraná	Titular



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia**  
**e Agronomia do Paraná**

Renato João Sossela de Freitas	Eng. Quim.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros Químicos do Paraná	Suplente
Altair Ferri	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Maringá	Titular
Nivaldo Barbosa de Lima	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Maringá	Suplente
Carlos Alberto Bueno Rego	Eng. Mec.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Maringá	Titular
Alcione Mário Costa Cordeiro	Eng. Mec.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Maringá	Suplente
Marcelus Vinicius Klinguelfus Borges	Geólogo	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação Profissional dos Geólogos do Paraná	Titular
Lúcio Irajá Furtado	Geólogo	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação Profissional dos Geólogos do Paraná	Suplente
Paulo Roberto Domingues	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa	Titular
Vicente Nadal Neto	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa	Suplente
Célia Neto Pereira da Rosa	Eng. Civ.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação dos Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros de Foz do Iguaçu	Titular
Laurindo Reno Costa	Eng. Civ.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação dos Arquitetos, Agrônomos e Engenheiros de Foz do Iguaçu	Suplente
Marco Antonio Biscaia	Eng. Eletric.	1º/01/2016 a 31/12/2017	Associação Paranaense dos Engenheiros Eletricistas	Titular
Rubens Alexandre de Faria	Eng. Eletric.	1º/01/2016 a 31/12/2017	Associação Paranaense dos Engenheiros Eletricistas	Suplente
Alberto Luis Krawczyk	Eng. Eletric.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação Paranaense dos Engenheiros Eletricistas	Titular
Reinaldo Fix	Eng. Eletric.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação Paranaense dos Engenheiros Eletricistas	Suplente
Márcio Rodrigo Rebecca	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Noroeste do Paraná	Titular
Jeson Godoy Leski	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Noroeste do Paraná	Suplente
Sérgio Barbosa de Souza	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Apucarana	Titular
Marcelo Cibischini do Amaral Vasconcellos	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Apucarana	Suplente
Itamir Montemezzo	Eng. Civ.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Titular
Samir Jorge	Eng. Civ.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Suplente
Marcelo Zan	Eng. Mec.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Titular
Marco Antonio Vittori	Eng. Eletric.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Titular
Sérgio Inácio Gomes	Eng. Eletric.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Suplente
William César Pollonio Machado	Eng. Quim.	02/10/2014 a 31/12/2016	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Titular
Angelo Libério Robertina	Eng. Agr.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Titular
Eduardo Martins Portelinha	Eng. Agr.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Suplente
Fernando Nunes Patrício	Eng.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Sindicato dos Engenheiros no Estado	Titular

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

	Eletric.		do Paraná	
Clodomiro Onésimo da Silva	Eng. Eletric.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Suplente
Leandro José Grassmann	Eng. Eletric.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Titular
Erasmus Félix Benvenuti Filho	Eng. Eletric.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Suplente
Gilson Branco Garcia	Eng. Eletric.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Titular
Edílson Bertholdo	Eng. Eletric.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Suplente
Wilson Sachetin Marçal	Eng. Eletric.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Titular
Gilberto Dias de Melo	Eng. Eletric.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Suplente
Gilson Nakagaki	Eng. Eletric.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Titular
Harry Fockink	Eng. Eletric.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Suplente
Silmar Brunatto Van Der Broocke	Eng. Mec.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Titular
Adriano Araújo de Lima	Eng. Mec.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Suplente
Orlando Lisboa de Almeida	Eng. Agr.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Titular
Márcio da Silva	Eng. Agr.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Suplente
Roberto Luís Fonseca de Freitas	Eng. Seg. Trab.	03/04/2015 a 31/12/2017	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Titular
Telesforo Liz de Oliveira	Eng. Seg. Trab.	29/04/2015 a 31/12/2017	Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná	Suplente
Adriano Divino Lima Afonso	Eng. Agríc.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação Paranaense dos Engenheiros Agrícolas	Titular
Oswaldo Kuczman	Eng. Agríc.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação Paranaense dos Engenheiros Agrícolas	Suplente
José Carlos de Jesus	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Toledo	Titular
Edmir César Della Costa	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Toledo	Suplente
Maria Clarice de Oliveira Rabelo Moreno	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina	Titular
Olavo Roberto de Arruda Campos	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina	Suplente
Jorge Henrique Borges da Silva	Eng. Mec.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina	Titular
Lessandro Fornari	Eng. Mec.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina	Suplente
Edson Nishioka	Eng. Seg. Trab.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina	Titular
Fabiana Yuka Sasaki Endo	Eng. Seg. Trab.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina	Suplente
Wilson Gomes de Biazio	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação Profissional dos Engenheiros e Arquitetos de Paranavaí	Titular
Ronaldo Moyle Baeta	Eng. Min.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação dos Engenheiros de Minas do Paraná	Titular



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

Cesar Henrique Ferreira	Eng. Min.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação dos Engenheiros de Minas do Paraná	Suplente
Amarildo Piovesan	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 28/02/2016	Associação dos Engenheiros do Vale do Piquiriguaçu	Titular
Gerson Luiz Boldrini	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 28/02/2016	Associação dos Engenheiros do Vale do Piquiriguaçu	Suplente
Gerson Luiz Boldrini	Eng. Civ.	29/02/2016 a 31/12/2017	Associação dos Engenheiros do Vale do Piquiriguaçu	Titular
Luiz Hélio Friedrich	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação Brasileira dos Engenheiros Cíveis – DEPTO/PR	Titular
Guilherme Cavalcante Bezerra	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação Brasileira dos Engenheiros Cíveis – DEPTO/PR	Suplente
Douglas Moeller Diener	Eng. Seg. Trab.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação Paranaense dos Engenheiros de Segurança	Titular
Osni Pereira	Eng. Seg. Trab.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação Paranaense dos Engenheiros de Segurança	Suplente
Benedito Alves dos Santos Junior	Eng. Seg. Trab.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação Paranaense dos Engenheiros de Segurança	Titular
Tayana Daniel	Eng. Seg. Trab.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação Paranaense dos Engenheiros de Segurança	Suplente
José Luiz de Souza	Eng. Seg. Trab.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação Paranaense dos Engenheiros de Segurança	Titular
Juliana Cássia Machado	Eng. Seg. Trab.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação Paranaense dos Engenheiros de Segurança	Suplente
André Luís Gonçalves	Eng. Civ.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Cascavel	Titular
Suzely Schmitk Soares	Eng. Civ.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Cascavel	Suplente
Daniel Roberto Galafassi	Eng. Agr.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Cascavel	Titular
Milton Locatelli	Eng. Agr.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Cascavel	Suplente
Edson Battilani	Eng. Agr.	03/07/2014 a 31/12/2016	Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão	Titular
Lucas Gouvea Vilela Esperandino	Eng. Agr.	10/10/2014 a 31/12/2016	Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão	Suplente
Renato Teruo Ikeda	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação de Engenheiros e Arquitetos de Campo Mourão	Titular
Paula Cristina de Souza	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 27/09/2016	Associação de Engenheiros e Arquitetos de Campo Mourão	Suplente
Carlos Roberto Wild	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação de Engenheiros e Arquitetos de Marechal Cândido Rondon	Titular
Silvana da Silva	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação de Engenheiros e Arquitetos de Marechal Cândido Rondon	Suplente
João Ataliba de Resende Neto	Eng. Agr.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Cornélio Procópio	Titular
Fernando Simão Cardoso	Eng. Agr.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Cornélio Procópio	Suplente
Hugo Reis Vidal	Eng. Agr.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná – Curitiba	Titular
Nilceu Ricetti Xavier de Nazareno	Eng. Agr.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná – Curitiba	Suplente
Alex Godoy da Silva	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação Regional dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Cianorte	Titular
Fábio Mazzaron Magron	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação Regional dos Engenheiros,	Suplente

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

			Arquitetos e Agrônomos de Cianorte	
Leonardo da Silva Rocha	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Guarapuava	Titular
Solange Beatriz Vier Müller	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Guarapuava	Suplente
Márcio Mendonça	Eng. Eletric.	1º/01/2015 a 31/12/2016	Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Região de Bandeirantes	Titular
Edivan José Possamai	Eng. Agr.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pato Branco	Titular
Clodomir Luiz Ascari	Eng. Agr.	1º/01/2015 a 04/10/2016	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pato Branco	Suplente
Luís Carlos Braun	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação Regional dos Engenheiros e Arquitetos de Pato Branco	Titular
Anorosval Pedro Leirias da Silva Júnior	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação Regional dos Engenheiros e Arquitetos de Pato Branco	Suplente
Ricardo Martyn Kaspreski	Eng. Agr.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Francisco Beltrão	Titular
Valdemir José Gnoatto	Eng. Agr.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Francisco Beltrão	Suplente
Carlos Ivaldo Feltrin	Eng. Civ.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Sudoeste do Paraná	Titular
Alexandre Roberto Sabadin	Eng. Civ.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Sudoeste do Paraná	Suplente
Nilson Cardoso	Eng. Agr.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação Maringaense dos Engenheiros Agrônomos	Titular
Otávio Perin Filho	Eng. Agr.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação Maringaense dos Engenheiros Agrônomos	Suplente
Irineu Zambaldi	Eng. Agr.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação de Engenheiros Agrônomos de Londrina	Titular
Dionísio Luiz Pisa Gazziero	Eng. Agr.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação de Engenheiros Agrônomos de Londrina	Suplente
João Augusto Barão Michelotto	Eng. Civ.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias do Paraná	Titular
Luciano Ventura	Eng. Civ.	1º/01/2014 a 07/11/2016	Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias do Paraná	Suplente
Sérgio Luiz Drozda	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Vale do Iguaçu	Titular
Saulo Marcel dos Santos	Eng. Civ.	24/02/2015 a 31/12/2017	Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Vale do Iguaçu	Suplente
Lucia Renata Felipe Arcoverde	Eng. Agr.	02/09/2015 a 28/06/2016	Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de São Miguel do Iguaçu	Titular
Rodolfo Penteado Garbelini	Eng. Agr.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros Agrônomos da Região de Irati	Titular
Adriana Baumel	Eng. Agr.	1º/01/2016 a 27/09/2016	Associação dos Engenheiros Agrônomos da Região de Irati	Suplente
Heitor Rodrigues Fiuza Júnior	Eng. Agr.	20/05/2014 a 31/12/2016	Associação dos Engenheiros Agrônomos dos Campos Gerais	Titular
Rodrigo Luz Martins	Eng. Agr.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Guarapuava	Titular
José Roberto Papi	Eng. Agr.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Guarapuava	Suplente
Helmut Neubauer	Eng. Eletric.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campo Largo	Titular
Grasielle Hopfer Borga	Eng.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros e	Suplente

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

	Eletric.		Arquitetos de Campo Largo	
Pepe Roberto Salvatierra Maldonado	Eng. Civ.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação Regional dos Engenheiros Civis de Irati	Titular
Marcus Juliano Cherato Ferreira	Eng. Civ.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação Regional dos Engenheiros Civis de Irati	Suplente
Pedro Luís Faggion	Eng. Cart.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação Brasileira dos Engenheiros Cartógrafos – Regional Paraná	Titular
Luiz Octávio Oliani	Eng. Cart.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação Brasileira dos Engenheiros Cartógrafos – Regional Paraná	Suplente
Harlon Luna Ferreira	Eng. Mec.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Norte Pioneiro	Titular
Wladimir Edison Fonseca	Eng. Ind. Mec.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos do Norte Pioneiro	Suplente
Silvana Aparecida de Oliveira	Eng. Agr.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação Regional de Engenharia e Arquitetura de Ibaiti	Titular
Márcia Rodrigues da Silva	Eng. Agr.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação Regional de Engenharia e Arquitetura de Ibaiti	Suplente
Renato Muzzolon Júnior	Eng. Amb.	1º/01/2016 a 31/12/2016	Associação Paranaense dos Engenheiros Ambientais	Titular
Bruno Tonel Otsuka	Eng. Amb.	1º/01/2016 a 31/12/2016	Associação Paranaense dos Engenheiros Ambientais	Suplente
Fauzi Geraix Filho	Eng. Eletric.	1º/01/2014 a 31/12/2016	Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Arapongas	Titular
Julio Cesar Vercesi Russi	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2016	Associação dos Engenheiros do Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná	Titular
Charles Urbano Hostins Junior	Eng. Civ.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação dos Engenheiros do Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná	Suplente
Moacir Ferreira Dal Bianco	Eng. Civ.	29/07/2015 a 31/12/2016	Associação Platinense de Engenharia, Arquitetura e Agronomia	Titular
Márcia Helena Laino	Eng. Agr.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Umuarama	Titular
José Eduardo Dutra Hatum	Eng. Agr.	1º/01/2015 a 31/12/2017	Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Umuarama	Suplente
Regina de Toni	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 31/12/2016	Associação dos Engenheiros da Fronteira do Iguazu	Titular
Alberto Gabriel Bueno Saugo	Eng. Civ.	1º/01/2016 a 31/12/2016	Associação dos Engenheiros da Fronteira do Iguazu	Suplente
Ricardo Antonio Palma	Eng. Agr.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Toledo	Titular
Adalberto Telesca Barbosa	Eng. Agr.	1º/01/2016 a 31/12/2018	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Toledo	Suplente

Fonte: Rede\10.78.1.10\sg\Plenário 2016 /Conselheiros 2016 / Composição do Plenário 2016 (arquivo eletrônico)



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

### 9.4 Parecer da auditoria independente contratada



CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Diretoria do:

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ,  
CREA-PR**

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ, CREA-PR**, que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações da variação patrimonial e fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base nas disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16).

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ, CREA-PR** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do crea-pr é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná



### CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do crea-pr continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o crea-pr ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do crea-pr são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do crea-pr.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná



### CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do crea-pr. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o crea-pr a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

#### Outros Assuntos

##### *Auditoria do período anterior*

As demonstrações contábeis do **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANÁ, CREA-PR** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 24 de fevereiro de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

São Paulo, 20 de março de 2017.



**CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE**  
CRC 2SP 023880/O-7

**ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA**  
CTCRC1SP242826/O-3  
Sócio Responsável





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

## 9.5 BALANÇO FINANCEIRO

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

### Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	74.715.228,70	62.591.621,01	Despesa Orçamentária	61.906.035,01	53.146.915,67
<b>RECEITA REALIZADA</b>	<b>74.715.228,70</b>	<b>62.591.621,01</b>	<b>CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR</b>	<b>761.785,26</b>	<b>1.633.119,00</b>
RECEITA CORRENTE	74.301.232,30	61.620.023,01	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO	258.398,43	52.114.799,01
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>26.997.167,60</b>	<b>25.728.782,04</b>	<b>CREDITO EMPENHADO - PAGO</b>	<b>60.885.851,32</b>	<b>0,00</b>
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	26.997.167,60	25.728.782,04	DESPESA CORRENTE	59.984.914,89	0,00
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	26.997.167,60	25.728.782,04	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.524.427,46	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	27.737.012,39	24.695.970,48	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.460.487,43	0,00
ANUIDADES PESSÓAS FÍSICAS	16.824.582,76	15.475.981,49	DESPESA DE CAPITAL	900.936,43	0,00
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	15.196.076,45	13.707.869,80	INVESTIMENTOS	900.936,43	0,00
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.628.506,31	1.768.111,69	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADADO	0,00	52.114.799,01
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	10.912.429,63	9.219.988,99	DESPESA CORRENTE	0,00	50.923.593,09
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	10.077.336,48	8.564.268,19	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	29.886.801,62
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	835.093,15	655.720,80	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	21.036.791,47
RECEITA PATRIMONIAL	13.506,40	20.899,68	DESPESA DE CAPITAL	0,00	1.191.205,92
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	13.506,40	20.899,68	INVESTIMENTOS	0,00	1.191.205,92
RECEITA DE SERVIÇOS	2.130.924,85	1.902.360,61	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	1.032.116,66
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	872.803,31	835.782,13		0,00	0,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	321.284,36	216.864,45		0,00	0,00
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	338.883,12	304.218,58		0,00	0,00
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	45.350,88	34.370,57		0,00	0,00
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	145.073,75	99.221,89		0,00	0,00
EMOLUMENTOS RECUPERAÇÃO DE ARTS	407.529,43	411.902,99		0,00	0,00
FINANCEIRAS	5.571.767,77	4.523.969,11		0,00	0,00
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	224.514,31	407.947,85		0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	5.347.253,46	4.116.021,26		0,00	0,00
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	298.845,14	299.037,85		0,00	0,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	788.743,74	101.156,49		0,00	0,00
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.256.443,10	3.710.965,47		0,00	0,00
JUROS E CORREÇÃO SOBRE IMÓVEIS	3.221,48	4.861,45		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	304.291,06	98.500,00		0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.101.122,93	4.649.541,09		0,00	0,00
DÍVIDA ATIVA	4.094.147,91	2.668.032,14		0,00	0,00
MULTAS DE INFRAÇÕES	1.355.511,90	1.127.300,15		0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.616.273,69	828.590,93		0,00	0,00
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	35.189,43	25.617,87		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS - 73º SOEA	4.445.439,30	0,00		0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	413.996,40	971.598,00		0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	184.300,00	301.400,00		0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	184.300,00	218.400,00		0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	83.000,00		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	229.696,40	670.198,00		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	229.696,40	670.198,00		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	87.961.933,57	135.203.247,18	Pagamentos Extraorçamentários	88.603.326,90	135.125.001,76
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	761.785,26	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.454.923,73	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	258.398,43	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	677.339,58	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	14.216.082,59	0,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12.759.380,95	0,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários	72.725.667,29	0,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	73.711.682,64	0,00
Saldo em espécie do Exercício Anterior	40.821.889,92	31.172.340,38	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	52.989.690,28	40.695.291,14
Caixa e Equivalente de Caixa	40.695.291,14	0,00	Caixa e Equivalente de Caixa	52.866.033,39	0,00
Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	126.598,78	0,00	Depósitos. Rest. Vlr. Vinculados	123.656,89	0,00
<b>Total:</b>	<b>203499052,2</b>	<b>228967208,6</b>		<b>203499052,2</b>	<b>228967208,6</b>



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia**  
**e Agronomia do Paraná**

## 9.6 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

### Balanço Orçamentário

CREA/PR

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	72.930.000,00	72.515.000,00	72930000	72515000	74301232,3	1786232,3
RECEITA TRIBUTÁRIA	28.332.384,00	26.532.384,00	28332384	26532384	26997167,6	464783,6
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	28.332.384,00	26.532.384,00	28332384	26532384	26997167,6	464783,6
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	28.332.384,00	26.532.384,00	28332384	26532384	26997167,6	464783,6
Anotação de Responsabilidade Técnica	25.027.853,96	23.177.853,96	25027853,96	23177853,96	23372654,48	194800,52
Receituário Agrônomo	3.304.530,04	3.354.530,04	3304530,04	3354530,04	3624513,12	269983,08
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	27.878.797,25	27.238.797,25	27878797,25	27238797,25	27737012,39	498215,14
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	17.372.890,15	16.532.890,15	17372890,15	16532890,15	16824582,76	291692,61
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	15.245.881,60	14.765.881,60	15245881,6	14765881,6	15196076,45	430194,85
Nível Superior	13.049.320,10	12.669.320,10	13049320,1	12669320,1	13087499,71	418179,61
Nível Médio	2.196.561,50	2.096.561,50	2196561,5	2096561,5	2108576,74	12015,24
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.127.008,55	1.767.008,55	2127008,55	1767008,55	1628506,31	-138502,24
Nível Superior	1.657.515,30	1.377.515,30	1657515,3	1377515,3	1264296,45	-113218,85
Nível Médio	469.493,25	389.493,25	469493,25	389493,25	364209,86	-25283,39
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	10.505.907,10	10.705.907,10	10505907,1	10705907,1	10912429,63	206522,53
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	9.682.286,29	9.932.286,29	9682286,29	9932286,29	10077336,48	145050,19
Faixa 1	2.490.535,27	2.490.535,27	2490535,27	2490535,27	2335980,61	-154554,66
Faixa 2	1.787.799,26	1.857.799,26	1787799,26	1857799,26	1979118,03	121318,77
Faixa 3	1.227.909,83	1.252.909,83	1227909,83	1252909,83	1309029,79	56119,96
Faixa 4	864.939,60	889.939,60	864939,6	889939,6	958855,11	68915,51
Faixa 5	820.539,64	770.539,64	820539,64	770539,64	775721,88	5182,24
Faixa 6	1.146.817,24	1.211.817,24	1146817,24	1211817,24	1226699,57	14882,33
Faixa 7	1.343.745,45	1.458.745,45	1343745,45	1458745,45	1491931,49	33186,04
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	823.620,81	773.620,81	823620,81	773620,81	835093,15	61472,34
Faixa 1	305.042,31	260.042,31	305042,31	260042,31	230309,12	-29733,19
Faixa 2	193.066,87	178.066,87	193066,87	178066,87	201386,32	23319,45
Faixa 3	115.840,55	85.840,55	115840,55	85840,55	111484,95	25844,4
Faixa 4	54.058,73	54.058,73	54058,73	54058,73	60096,22	6037,49
Faixa 5	67.573,85	67.573,85	67573,85	67573,85	75314,34	7740,49
Faixa 6	41.702,45	71.702,45	41702,45	71702,45	68981,24	-2721,21
Faixa 7	46.336,05	56.336,05	46336,05	56336,05	87520,96	31184,91
RECEITA PATRIMONIAL	14.350,00	14.350,00	14350	14350	13506,4	-843,6
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	14.350,00	14.350,00	14350	14350	13506,4	-843,6
Aluguéis	14.350,00	14.350,00	14350	14350	13506,4	-843,6
RECEITA DE SERVIÇOS	2.209.043,68	2.224.043,68	2209043,68	2224043,68	2130924,85	-93118,83
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	784.788,09	784.788,09	784788,09	784788,09	872803,31	88015,22
Profissionais - Pessoas Físicas	399.190,26	399.190,26	399190,26	399190,26	420643,76	21453,5
Organizações Fiscalizadas - Pessoas Jurídicas	385.597,83	385.597,83	385597,83	385597,83	452159,55	66561,72
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	254.525,70	294.525,70	254525,7	294525,7	321284,36	26758,66
Profissionais - Pessoas Físicas	254.525,70	294.525,70	254525,7	294525,7	321284,36	26758,66
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	355.431,33	315.431,33	355431,33	315431,33	338883,12	23451,79
Profissionais - Pessoas Físicas	336.149,08	296.149,08	336149,08	296149,08	334932,6	38783,52
Organizações Fiscalizadas - Pessoas Jurídicas	19.282,25	19.282,25	19282,25	19282,25	3950,52	-15331,73
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	41.576,39	56.576,39	41576,39	56576,39	45350,88	-11225,51
Profissionais - Pessoas Físicas	11.569,35	11.569,35	11569,35	11569,35	38,88	-11530,47
Organizações Fiscalizadas - Pessoas Jurídicas	30.007,04	45.007,04	30007,04	45007,04	45312	304,96
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	333.289,00	333.289,00	333289	333289	145073,75	-188215,25
Receita de Ônus de Sucumbência	110.000,00	110.000,00	110000	110000	119374,9	9374,9
Custas Processuais	22.000,00	22.000,00	22000	22000	24929,65	2929,65
Inscrições	200.000,00	200.000,00	200000	200000	0	-200000
Fotocópias	1.289,00	1.289,00	1289	1289	769,2	-519,8
EMOLUMENTOS RECUPERAÇÃO DE ARTs	439.433,17	439.433,17	439433,17	439433,17	407529,43	-31903,74
Recuperação de ARTs para fins de acervo	439.433,17	439.433,17	439433,17	439433,17	407529,43	-31903,74
FINANCEIRAS	3.606.568,45	5.899.790,45	3606568,45	5899790,45	5571767,77	-328022,68



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia**  
**e Agronomia do Paraná**

JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	477.139,00	327.139,00	477139	327139	224514,31	-102624,69
Pessoas Físicas	328.729,00	228.729,00	328729	228729	160787,52	-67941,48
Pessoas Jurídicas	148.410,00	98.410,00	148410	98410	63726,79	-34683,21
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	12.163,50	12.163,50	12163,5	12163,5	0	-12163,5
Pessoas Físicas	3.595,50	3.595,50	3595,5	3595,5	0	-3595,5
Pessoas Jurídicas	8.568,00	8.568,00	8568	8568	0	-8568
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	3.117.265,95	5.560.487,95	3117265,95	5560487,95	5347253,46	-213234,49
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	401.365,75	404.587,75	401365,75	404587,75	302066,62	-102521,13
Pessoas Físicas	272.658,75	252.658,75	272658,75	252658,75	199626,06	-53032,69
Pessoas Jurídicas	128.707,00	148.707,00	128707	148707	99219,08	-49487,92
JUROS E CORREÇÃO SOBRE IMÓVEIS	0,00	3.222,00	0	3222	3221,48	-0,52
Juros e Correção Sobre Imóveis	0,00	3.222,00	0	3222	3221,48	-0,52
MULTAS SOBRE ANUIDADES	157.039,20	977.039,20	157039,2	977039,2	788743,74	-188295,46
Pessoas Físicas	84.864,00	524.864,00	84864	524864	468295,62	-56568,38
Pessoas Jurídicas	72.175,20	452.175,20	72175,2	452175,2	320448,12	-131727,08
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.558.861,00	4.178.861,00	2558861	4178861	4256443,1	77582,1
Poupança	2.558.861,00	4.178.861,00	2558861	4178861	4256443,1	77582,1
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	750.000,00	220.000,00	750000	220000	304291,06	84291,06
Transferências Intragovernamentais	750.000,00	200.000,00	750000	200000	284291,06	84291,06
Transferências de Inst. Privadas	0,00	20.000,00	0	20000	20000	0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.138.856,62	5.985.634,62	3138856,62	5985634,62	7101122,93	1115488,31
DÍVIDA ATIVA	2.147.576,00	3.597.576,00	2147576	3597576	4094147,91	496571,91
Tributária (Anuidades)	328.576,00	778.576,00	328576	778576	1021087,97	242511,97
Não Tributária (Multas Disc. Leis 5194/66 e 6496/77)	1.819.000,00	2.819.000,00	1819000	2819000	3073059,94	254059,94
MULTAS DE INFRAÇÕES	563.924,00	1.291.924,00	563924	1291924	1355511,9	63587,9
Pessoas Físicas	147.560,00	395.560,00	147560	395560	395417,08	-142,92
Pessoas Jurídicas	416.364,00	896.364,00	416364	896364	960094,82	63730,82
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	402.000,00	1.070.778,00	402000	1070778	1616273,69	545495,69
Indenizações	2.000,00	117.378,00	2000	117378	194272,77	76894,77
Restituições	400.000,00	953.400,00	400000	953400	1422000,92	468600,92
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	25.356,62	25.356,62	25356,62	25356,62	35189,43	9832,81
Receitas Não Identificadas	25.356,62	25.356,62	25356,62	25356,62	35189,43	9832,81
TRANSFERÊNCIAS - 73º SOEA	7.000.000,00	4.400.000,00	7000000	4400000	4445439,3	45439,3
Convênio CONFEA - 73º SOEA	4.900.000,00	2.600.000,00	4900000	2600000	2581615,65	-18384,35
Convênio MÚTUA - 73º SOEA	800.000,00	500.000,00	800000	500000	422809,55	-77190,45
Patrocínios - 73º SOEA	100.000,00	300.000,00	100000	300000	250000	-50000
Taxas de Inscrição - 73º SOEA	1.200.000,00	1.000.000,00	1200000	1000000	1191014,1	191014,1
RECEITA DE CAPITAL	200.000,00	615.000,00	200000	615000	413996,4	-201003,6
ALIENACAO DE BENS	200.000,00	200.000,00	200000	200000	184300	-15700
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	200.000,00	200.000,00	200000	200000	184300	-15700
Veículos	200.000,00	200.000,00	200000	200000	184300	-15700
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	415.000,00	0	415000	229696,4	-185303,6
TRANSFERÊNCIAS	0,00	415.000,00	0	415000	229696,4	-185303,6
Auxílio Prodesu	0,00	415.000,00	0	415000	229696,4	-185303,6
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0	0	0	0
<b>SUB-TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>73.130.000,00</b>	<b>73.130.000,00</b>	<b>73130000</b>	<b>73130000</b>	<b>74715228,7</b>	<b>1585228,7</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>73.130.000,00</b>	<b>73.130.000,00</b>	<b>73130000</b>	<b>73130000</b>	<b>74715228,7</b>	<b>1585228,7</b>
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>DESPESAS PAGAS</b>	<b>SALDO DOTAÇÃO</b>
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	69.932.870,00	69.678.870,00	60949786,54	60243313,32	59984914,89	8729083,46
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.075.740,00	32.637.018,99	32524427,46	32524427,46	32524427,46	112591,53
REMUNERAÇÃO PESSOAL	24.220.013,00	25.135.267,83	25100414,55	25100414,55	25100414,55	34853,28
Salários	16.211.613,00	17.522.172,21	17522130,31	17522130,31	17522130,31	41,9
Gratificação por Tempo de Serviço	2.370.600,00	2.400.812,70	2400812,7	2400812,7	2400812,7	0
Cargo em Comissão	848.700,00	650.440,81	650440,81	650440,81	650440,81	0
Gratificação de Função	1.295.500,00	1.285.914,54	1285914,54	1285914,54	1285914,54	0
Outras Gratificações	384.900,00	383.650,00	370177,65	370177,65	370177,65	13472,35
Gratificação de Natal 13º Salário	1.864.300,00	1.872.435,93	1872435,93	1872435,93	1872435,93	0
Abono Pecuniário de Férias	269.500,00	186.376,21	186376,21	186376,21	186376,21	0
1/3 de Férias - CF/88	630.300,00	389.562,53	389562,53	389562,53	389562,53	0



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia**  
**e Agronomia do Paraná**

Horas Extras	97.100,00	207.100,00	202374,77	202374,77	202374,77	4725,23
Substituições	106.000,00	136.000,00	122088,89	122088,89	122088,89	13911,11
Indenizações Trabalhistas	141.500,00	100.802,90	98100,21	98100,21	98100,21	2702,69
ENCARGOS PATRONAIS	6.855.727,00	7.501.751,16	7424012,91	7424012,91	7424012,91	77738,25
INSS Patronal	4.574.160,00	5.206.578,57	5206578,57	5206578,57	5206578,57	0
FGTS	2.022.939,00	2.042.453,84	1964715,59	1964715,59	1964715,59	77738,25
PIS/PASEP Sobre Folha de Pagamento	258.628,00	252.718,75	252718,75	252718,75	252718,75	0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.346.196,00	23.375.396,00	20770680,78	20064478,44	19856855,64	2604715,22
BENEFÍCIOS A PESSOAL	6.082.860,00	6.047.860,00	5431522,16	5431522,16	5427799,33	616337,84
Vale Transporte	573.000,00	648.000,00	534274,16	534274,16	534274,16	113725,84
Programa de Alimentação ao Trabalhador - Pat	4.020.530,00	3.860.530,00	3443814,97	3443814,97	3443814,97	416715,03
Plano de Saúde	1.440.930,00	1.490.930,00	1407939,84	1407939,84	1407939,84	82990,16
Plano Odontológico	48.400,00	48.400,00	45493,19	45493,19	41770,36	2906,81
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	421.500,00	531.500,00	477713,93	477713,93	477713,93	53786,07
Auxílio Creche	398.400,00	518.400,00	475658,93	475658,93	475658,93	42741,07
Vacina Anti gripe	23.100,00	13.100,00	2055	2055	2055	11045
USO DE BENS E SERVIÇOS	1.287.050,00	1.704.398,41	1458200,29	1388240,69	1388240,69	246198,12
MATERIAL DE CONSUMO	845.450,00	1.258.950,00	1028832,65	996304,45	996304,45	230117,35
Materiais de Expediente	94.400,00	163.000,00	155330,24	155330,24	155330,24	7669,76
Impressos, Formulários e Papéis	50.100,00	89.800,00	79430,83	68330,83	68330,83	10369,17
Publicações Técnicas	2.500,00	2.500,00	0	0	0	2500
Carteiras de Identificação Profissional	0,00	153.750,00	153750	153750	153750	0
Bandeiras, Flâmulas e Placas	12.900,00	12.900,00	9960	9330	9330	2940
Material para Audio, Vídeo e Foto	500,00	500,00	0	0	0	500
Material para Divulgação	9.200,00	9.200,00	5024,44	5024,44	5024,44	4175,56
Materiais de Informática	30.000,00	10.800,00	9323,39	9323,39	9323,39	1476,61
Aquisição de Softwares de Base	421.000,00	436.000,00	280699,9	280699,9	280699,9	155300,1
Materiais Elétricos e de Telefonia	16.850,00	13.350,00	12327,37	12327,37	12327,37	1022,63
Materiais para Manutenção de Bens Móveis	5.300,00	1.550,00	367	367	367	1183
Materiais para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações	13.250,00	2.250,00	1686	1686	1686	564
Material de Copa e Cozinha	12.800,00	14.000,00	11913	11913	11913	2087
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	44.900,00	9.900,00	1260	1260	1260	8640
Gêneros de Alimentação	40.500,00	57.100,00	38159,41	38159,41	38159,41	18940,59
Materiais de Higiene, Limpeza e Conservação	71.850,00	89.450,00	88393,43	81094,43	81094,43	1056,57
Bens Móveis Não Ativáveis	15.000,00	190.000,00	181207,64	167708,44	167708,44	8792,36
Materiais de Distribuição Gratuita /Livros	1.500,00	0,00	0	0	0	0
Prêmios, Diplomas e Medalhas	2.900,00	2.900,00	0	0	0	2900
Gás e Outros Materiais Engarrafados	0,00	0,00	0	0	0	0
DESPESAS COM VEÍCULOS	397.700,00	414.048,41	413578,41	377707,01	377707,01	470
Combustíveis e Lubrificantes	382.700,00	414.048,41	413578,41	377707,01	377707,01	470
Peças e Acessórios	15.000,00	0,00	0	0	0	0
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	27.100,00	16.600,00	15291,75	13731,75	13731,75	1308,25
Outros Materiais de Consumo	27.100,00	16.600,00	15291,75	13731,75	13731,75	1308,25
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	16.800,00	14.800,00	497,48	497,48	497,48	14302,52
Serviço de Assessoria e Consultoria	7.500,00	7.500,00	0	0	0	7500
Serviços de Instrutores	5.000,00	5.000,00	0	0	0	5000
Demais Serviços Profissionais	2.500,00	500,00	497,48	497,48	497,48	2,52
Manutenção e Conservação Dos Bens Imóveis	1.800,00	1.800,00	0	0	0	1800
DIÁRIAS	2.340.670,00	2.384.770,00	2360551,16	2360551,16	2360551,16	24218,84
Diárias Funcionários	945.770,00	712.870,00	711658,4	711658,4	711658,4	1211,6
Diárias Conselheiros	845.000,00	972.000,00	955611,06	955611,06	955611,06	16388,94
Diárias Colaboradores	549.900,00	699.900,00	693281,7	693281,7	693281,7	6618,3
PASSAGENS	747.500,00	727.900,00	647705,56	647705,56	644576,4	80194,44
Passagens Funcionários	181.100,00	191.500,00	166621,02	166621,02	166621,02	24878,98
Passagens Conselheiros	324.500,00	332.500,00	283882,37	283882,37	281138,54	48617,63
Passagens Colaboradores	241.900,00	203.900,00	197202,17	197202,17	196816,84	6697,83
HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO	125.000,00	165.000,00	134308,2	134308,2	134308,2	30691,8
Hospedagens e Alimentação Funcionários	23.400,00	23.400,00	16592,02	16592,02	16592,02	6807,98
Hospedagens e Alimentação Conselheiros	67.700,00	107.700,00	95939,43	95939,43	95939,43	11760,57
Hospedagens e Alimentação Colaboradores	33.900,00	33.900,00	21776,75	21776,75	21776,75	12123,25



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia**  
**e Agronomia do Paraná**

DESPESA COM LOCOMOÇÃO	1.117.500,00	1.248.200,00	1193603,98	1185994,74	1183075,99	54596,02
Locomoção Funcionários	23.800,00	12.300,00	10000,95	10000,95	10000,95	2299,05
Locomoção Conselheiros	482.600,00	595.600,00	583198,28	583198,28	583198,28	12401,72
Locomoção Colaboradores	390.500,00	365.200,00	357880,39	357880,39	357880,39	7319,61
Pedágios	93.500,00	114.500,00	112739,37	112739,37	112739,37	1760,63
Estacionamento	11.500,00	19.000,00	15179,9	15179,9	15179,9	3820,1
Frete e Transportes de Encomendas	56.600,00	56.600,00	37567,55	37567,55	34648,8	19032,45
Despesa deslocamento de taxi	59.000,00	85.000,00	77037,54	69428,3	69428,3	7962,46
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	10.224.116,00	10.565.767,59	9067075,5	8438442	8240589,94	1498692,09
Serviço de Auditoria e Perícia	45.000,00	26.000,00	25810,11	23935,11	10964,55	189,89
Serviço de Assessoria e Consultoria	6.800,00	46.800,00	41125	2125	2125	5675
Serviços Advocatórios	175.800,00	200.800,00	186406,4	186406,4	182181,83	14393,6
Serviços de Instrutores	41.350,00	41.350,00	21569,92	21569,92	21569,92	19780,08
Serviços de Informática	832.400,00	659.100,00	530846,4	527846,4	516974,9	128253,6
Serviços de Motorista	59.700,00	72.700,00	68695,31	67093,15	67093,15	4004,69
Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem	716.000,00	733.500,00	703939,12	639743,79	638381,38	29560,88
Serviços de Segurança Predial e Preventiva	390.800,00	450.800,00	404182,37	401980,77	370384,77	46617,63
Serviços de Medicina do Trabalho	40.800,00	40.800,00	6666,66	0	0	34133,34
Serviços de Seleção, Treinamento e Orientação Profis.	200.000,00	5.500,00	0	0	0	5500
Serviços de Intermediação de Estágios	24.650,00	25.150,00	13339,5	13339,5	13339,5	11810,5
Remuneração de Estagiários	246.500,00	251.300,00	140079,02	140079,02	140079,02	111220,98
Serviços de Tradução	7.000,00	7.000,00	0	0	0	7000
Serviços Fotográficos e Vídeos	15.000,00	104.000,00	27522,17	27522,17	18346,01	76477,83
Serviço de Divulgação Institucional	582.400,00	1.257.400,00	1213915,64	1192880,14	1192546,51	43484,36
Serviço de Produções Jornalísticas	18.000,00	18.000,00	0	0	0	18000
Serviços de Apoio Administrativo e Operacional	111.200,00	112.700,00	111908,02	93710,24	93710,24	791,98
Derais Serviços Profissionais	246.500,00	397.500,00	361589,34	306434,02	305364,55	35910,66
Seguros de Bens Móveis	40.500,00	34.500,00	21215,34	21215,34	21215,34	13284,66
Seguros de Bens Imóveis	28.000,00	34.000,00	32551,74	32551,74	32551,74	1448,26
Locação de Bens Móveis, Máquinas e Equipamentos	433.200,00	416.200,00	415769,34	393175,29	390175,29	430,66
Locação de Bens Imóveis	850.500,00	1.060.000,00	939403,5	936158,43	921185,64	120596,5
Condomínios	66.300,00	67.800,00	61202,52	59861,01	59767,22	6597,48
Manutenção e Conservação Bens Móveis	135.400,00	83.400,00	17031	17031	17031	66369
Manutenção e Conservação Dos Bens Imóveis	1.500.000,00	988.651,59	940298,61	706057,14	703021,21	48352,98
Manutenção e Conservação de Veículos	139.700,00	139.700,00	136001,81	127919,95	127919,95	3698,19
Serviços de Energia Elétrica	414.000,00	414.000,00	361087,98	358483,1	337909,18	52912,02
Serviços de Água e Esgoto	55.400,00	70.400,00	51757,64	49452,16	47006,33	18642,36
Postagem de Correspondência de Cobrança	899.700,00	989.700,00	789750,53	691117,53	691117,53	199949,47
Postagem de Correspondência Institucional	84.150,00	94.150,00	94150	82783	82783	0
Serviços de Telecomunicações	963.000,00	858.000,00	707574,06	682125,39	639439,72	150425,94
Serviços de Internet	372.500,00	407.500,00	335463,4	335463,4	306818,65	72036,6
Assinaturas	21.750,00	21.750,00	8464,28	8464,28	8464,28	13285,72
Publicações Técnicas	2.500,00	2.500,00	0	0	0	2500
Confecção de Revistas	225.000,00	120.000,00	107049,75	107049,75	107049,75	12950,25
Impressos Gráficos	58.400,00	72.400,00	13801,21	13801,21	5726,13	58598,79
Cópias e Microfilmagem de Documentos	6.000,00	6.000,00	3759,1	3759,1	3746,6	2240,9
Encadernação de Documentos	1.000,00	2.500,00	482	482	482	2018
Inscrições	43.816,00	56.816,00	44461,02	44461,02	41753,52	12354,98
Serviço de Alimentação	123.400,00	175.400,00	128205,69	122364,53	122364,53	47194,31
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	416.700,00	1.594.524,71	1482769,89	1482499,01	1482499,01	111754,82
TRIBUTOS	416.700,00	1.594.524,71	1482769,89	1482499,01	1482499,01	111754,82
Ins sobre Serviços Prestados	23.900,00	7.621,01	7621,01	7621,01	7621,01	0
Impostos e Taxas	142.200,00	1.336.303,70	1295083,36	1294812,48	1294812,48	41220,34
Despesas Judiciais	250.600,00	250.600,00	180065,52	180065,52	180065,52	70534,48
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	3.883.134,00	3.889.030,30	897191,34	897191,34	897191,34	2991838,96
Sentenças Judiciais	3.485.734,00	3.491.630,30	576651,7	576651,7	576651,7	2914978,6
Indenizações, Restituições e Reposições	120.000,00	130.000,00	113721,01	113721,01	113721,01	16278,99
Despesas de Exercícios Anteriores	47.500,00	37.500,00	37485,66	37485,66	37485,66	14,34
Despesas Míudas de Pronto Pagamento	229.900,00	229.900,00	169332,97	169332,97	169332,97	60567,03
SERVÇOS BANCÁRIOS	623.100,00	648.100,00	630819,34	630819,34	630819,34	17280,66



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia**  
**e Agronomia do Paraná**

Taxa Sobre Serviços Bancários	8.400,00	8.400,00	6038,75	6038,75	6038,75	2361,25
Despesas Com Cobrança	614.700,00	639.700,00	624780,59	624780,59	624780,59	14919,41
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.588.000,00	2.134.800,00	605839,02	605839,02	575313,35	1528960,98
SUBVENÇÕES SOCIAIS	3.588.000,00	2.134.800,00	605839,02	605839,02	575313,35	1528960,98
Prodesu	618.000,00	718.000,00	597217,4	597217,4	566691,73	120782,6
Aperfeiçoamento Técnico Cultural de Profissionais	16.800,00	16.800,00	8621,62	8621,62	8621,62	8178,38
Convênios, Acordos e Ajuda a Entidades - RES. 1053/14	2.838.000,00	0,00	0	0	0	0
Auxílios financeiros - Resol. 1052/14	115.200,00	0,00	0	0	0	0
Parceria C/ entidades Classe - Cham. Publico	0,00	1.400.000,00	0	0	0	1400000
RESERVAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0	0	0	1000000
Contingência	1.000.000,00	1.000.000,00	0	0	0	1000000
DESPESAS 73º SOEA/CNP	7.000.000,00	4.400.000,00	4038058,71	4038058,71	4017808,75	361941,29
73º SOEA/CNP - Despesas Gerais	5.800.000,00	2.820.000,00	2574602,27	2574602,27	2557352,31	245397,73
73º SOEA/CNP - Outras Despesas	1.200.000,00	1.580.000,00	1463456,44	1463456,44	1460456,44	116543,56
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	3.197.130,00	3.451.130,00	956248,47	900936,43	900936,43	2494881,53
INVESTIMENTOS	3.197.130,00	2.751.130,00	956248,47	900936,43	900936,43	1794881,53
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	1.111.650,00	1.111.650,00	255997,86	255997,86	255997,86	855652,14
Obras e Instalações em andamento	1.111.650,00	1.111.650,00	255997,86	255997,86	255997,86	855652,14
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1.385.480,00	1.639.480,00	700250,61	644938,57	644938,57	939229,39
Móveis e Utensílios	171.400,00	171.400,00	138248,67	108016,61	108016,61	33151,33
Máquinas e Equipamentos	66.280,00	209.280,00	71683,02	48183,02	48183,02	137596,98
Utensílios de Copa e Cozinha	13.300,00	23.300,00	21883,3	20303,32	20303,32	1416,7
Equipamentos de Processamento de Dados	1.133.500,00	1.233.500,00	467198,16	467198,16	467198,16	766301,84
Biblioteca	1.000,00	2.000,00	1237,46	1237,46	1237,46	762,54
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	700.000,00	0,00	0	0	0	0
Salas	700.000,00	0,00	0	0	0	0
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	700.000,00	0	0	0	700000
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	700.000,00	0	0	0	700000
Edifícios	0,00	700.000,00	0	0	0	700000
<b>SUB-TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>73.130.000,00</b>	<b>73.130.000,00</b>	<b>61906035,01</b>	<b>61144249,75</b>	<b>60885851,32</b>	<b>11223964,99</b>
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12809193,69</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>73.130.000,00</b>	<b>73.130.000,00</b>	<b>74715228,7</b>	<b>61144249,75</b>	<b>60885851,32</b>	<b>-1585228,7</b>

Tem como finalidade demonstrar as despesas e as receitas orçamentárias previstas e fixadas, suas execuções e suas diferenças.

A execução orçamentária realizada em 2016 está demonstrada abaixo, com as duas informações sobre a despesa: Liquidada e Empenhada no exercício, uma vez que os Restos a Pagar Não Processados, a serem pagos em 2017, somaram R\$ 761.785,26 e refletirão no desembolso financeiro do ano seguinte.

	<b>DESPESA LIQUIDADADA</b>	<b>DESPESA EMPENHADA</b>
Receita arrecadada.....	R\$ 74.715.228,70	R\$ 74.715.228,70
Despesa .....	R\$ 61.144.249,75	R\$ 61.906.035,01
<b>Superávit Orçamentário .....</b>	<b>R\$ 13.570.978,95</b>	<b>R\$ 12.809.193,69</b>





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

## 9.7 BALANÇO PATRIMONIAL

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

### Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>CREA/PR</b>					
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>53766680,62</b>	<b>41716314,25</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>4572141,86</b>	<b>1735010,4</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	52866033,39	40695291,14	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0	0
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0	0	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0	0
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	516819,78	770949,18	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	259819,25	739568,15
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0	0	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	0	0
ESTOQUES	383827,45	250073,93	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0	0
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0	0	PROVISÕES A CURTO PRAZO	3067018,27	376075,73
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>87856384,8</b>	<b>81413765,69</b>	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1245304,34	619366,52
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	53929875,35	47620971,81	<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>10841039,19</b>	<b>8779638,75</b>
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	53929875,35	47620971,81	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0	0
INVESTIMENTOS	0	0	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0	0
IMOBILIZADO	33841809,41	33711093,87	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0	0
BENS MÓVEIS	6917451,91	6656749,51	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0	0
BENS IMÓVEIS	31332220,43	30327254,68	PROVISÕES A LONGO PRAZO	10841039,19	8779638,75
( ) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	4.404.862,90C	3.272.910,32C	RESULTADO DIFERIDO	0	0
INTANGÍVEL	81700,01	81700,01		0	0
SOFTWARES	81700,01	81700,01		0	0
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>15413181,05</b>	<b>10514649,15</b>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0	0
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0	0
			Resultados Acumulados	126209884,4	112615430,8
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>126209884,4</b>	<b>112615430,8</b>
<b>TOTAL</b>	<b>141.623.065,42</b>	<b>123.130.079,94</b>	<b>TOTAL</b>	<b>141.623.065,42</b>	<b>-123.130.079,94</b>
ATIVO FINANCEIRO	53382853,17	41466240,32	PASSIVO FINANCEIRO	2259892,87	3368129,4
ATIVO PERMANENTE	88240212,25	81663839,62	PASSIVO PERMANENTE	13915073,44	8779638,75
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>				<b>1.254.480.99,1</b>	<b>1.109.823.11,8</b>
Compensações					
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>
<b>Saldo do Atos Potenciais Ativos</b>			<b>Saldo do Atos Potenciais Passivos</b>		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0	0	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0	0
Execução de Direitos Conveniados	0	0	Execução de Obrigações Conveniadas	0	0
Execução de Direitos Contratuais	0	0	Execução de Obrigações Contratuais	0	0
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0	0	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro					
			<b>Exercício Atual</b>	<b>Exercício Anterior</b>	
Superávit Financeiro			51122960,3	38098110,92	

Estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido- evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

#### Ativo Circulante:

O Ativo Circulante aponta R\$ 53.766.680,62, composto de:

- Caixa e Equivalentes de Caixa R\$ 52.866.033,39
- Demais Créditos e Valores a Curso Prazo R\$ 516.819,78 e
- Estoques R\$ 383.827,45



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

### Ativo Não Circulante:

O Ativo Não Circulante aponta o montante de R\$ 87.856.384,80, composto de:

- Crédito à Longo Prazo – Inscrições em Dívida Ativa R\$ 53.929.875,35;
- Imobilizado – Bens Patrimoniais R\$ 33.844.809,44

Em 2016, os Créditos à Curto Prazo, tiveram acréscimo relevante da Dívida Ativa, a qual é constituída de processos de autos de infração provenientes da fiscalização do exercício profissional, em função de maior número de processos de execução fiscal ajuizados, pela atualização mensal da dívida e ainda baixa pelo recebimento no exercício de 2015 dos valores pagos em Dívida Ativa, registrados em Receita Orçamentária.

Em Bens Patrimoniais foram incorporados os bens adquiridos e pagos nos restos a pagar de 2015, como foi o caso, da Reforma da Regional de Londrina, entre outros, como veículos, mobiliários e equipamentos de informática, levando-se em conta, as baixas por doações de bens inservíveis e também, pela perda de ativo na alienação de veículos, devido a renovação da frota da fiscalização.

**O Passivo Circulante** aponta R\$ 4.570.721,04 em razão de valores relativos a consignações decorrentes de folha de pagamento de dez/2016, incluindo-se os Restos a Pagar Processados 2016, Provisões de Férias, Cauções e Garantia, quotas ao Confea, Valores Restituíveis e demais obrigações à curto prazo.

**O Passivo Não Circulante** aponta R\$ 10.841.039,19, em função das provisões registradas, de possíveis atos e fatos que poderão afetar patrimônio do Crea-PR, em atendimento a NBC T 19.7 Provisões, Passivos, Contingências Passivas do CFC, que se refere a:

Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo.. R\$ 2.297.233,14  
Provisão Ações Judiciais Civis Ajuizadas .....R\$ 8.543.806,05

### Patrimônio Líquido:

O Patrimônio Líquido do Crea-PR em 2016 foi de R\$ 126.211.305,19, conforme demonstrado abaixo:

<b>Patrimônio Líquido:</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Saldo do Exercício Anterior. . . . .	96.498.260,77	112.615.430,79
Superávit do Exercício . . . . .	16.117.170,02	15.587.151,52
(-) Ajuste Exercícios Anteriores. . .	-	(1.991.277,12)
<b>Saldo Patrimonial do Exercício . .</b>	<b>112.615.430,79</b>	<b>126.211.305,19</b>

Observa-se que nos dois exercícios aqui demonstrados o resultado patrimonial foi satisfatório e considerável, em função da boa gestão financeira, aliado ao reconhecimento no Balanço do montante em Dívida Ativa atualizada, levando-se ainda em conta, as baixas de bens, provisões para ações judiciais e variação do estoques, resultando em acréscimo do Patrimônio do Conselho nos referidos exercícios. Em 2016 teve início os registros de provisão de Férias com a contrapartida em Ajuste de Exercícios Anteriores conforme orientação do Manual da Contabilidade – MPCASP.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná**

**9.8 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

**Variações Patrimoniais**

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	82.191.068,45	72.521.120,48	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	66.605.337,75	56.302.739,77
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	26.997.67,60	25.729.855,89	PESSOAL E ENCARGOS	39.031.690,77	35.458.820,03
TAXAS	26.997.67,60	25.729.855,89	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	26.078.055,49	23.243.972,02
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	26.997.67,60	25.729.855,89	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	26.078.055,49	23.243.972,02
CONTRIBUIÇÕES	27.737.02,39	24.695.970,48	ENCARGOS PATRONAIS	7.424.02,91	6.597.059,26
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	27.737.02,39	24.695.970,48	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	7.424.02,91	6.597.059,26
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	27.737.02,39	24.695.970,48	BENEFÍCIOS A PESSOAL	5.431.522,6	5.572.016,41
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	2.144.431,25	1922.427,42	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	5.431.522,6	5.572.016,41
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.144.431,25	1922.427,42	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	98.100,21	45.770,34
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.144.431,25	1922.427,42	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	98.100,21	45.770,34
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	5.571.767,77	4.523.728,19	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	475.658,93	353.815,58
JUROS E ENCARGOS DE MORA	224.511,31	407.947,85	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	475.658,93	353.815,58
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	224.511,31	407.947,85	OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	475.658,93	353.815,58
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	302.066,62	303.979,07	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	20.047.239,15	19.361.131,35
OUTRAS VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	302.066,62	303.979,07	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.361.911,63	941.820,46
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	5.045.166,84	3.811.801,21	CONSUMO DE MATERIAL	1.561.911,63	841.820,46
MULTAS SOBRE ANUIDADES	5.045.166,84	3.811.801,21	SERVIÇOS	17.226.421,04	11.267.886,78
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	4.979.426,76	799.696,00	DIARIAS	2.360.551,15	1.982.946,20
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.959.426,76	734.698,00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	1.988.505,98	1471.038,30
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	4.959.426,76	734.698,00	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	2.899.963,90	8.234.002,28
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	20.000,00	34.000,00	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.256.904,08	1.251.804,11
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	20.000,00	34.000,00	DEPRECIACAO	1.256.904,08	1.251.804,11
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	184.300,00	301.400,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	630.819,34	555.074,97
GANHOS COM ALENAÇÃO	184.300,00	301.400,00	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	630.819,34	555.074,97
GANHOS COM ALENAÇÃO DE IMOBILIZADO	184.300,00	301.400,00	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	630.819,34	555.074,97
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14.576.962,68	14.579.940,56	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	605.839,02	2.320.855,95
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	35.199,43	25.677,87	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	597.217,40	2.314.696,71
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	35.199,43	25.677,87	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	597.217,40	2.314.696,71
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14.541.773,25	14.553.222,69	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	8.621,62	6.168,34
MULTAS ADMINISTRATIVAS	1.355.511,90	1.27.300,15	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	8.621,62	6.168,34
INDENIZAÇÕES	161.273,59	829.590,93	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	1070.615,60	1.302.295,44
REVERSÃO DE PROVISÕES	2.941,89	808.389,64	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	700.989,28	898.478,61
DÍVIDA ATIVA	4.094.147,91	2.688.032,14	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	700.989,28	898.478,61
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	7.472.897,86	8.121.198,83	PERDAS INVOLUNTARIAS	369.627,32	403.816,83
	0,00	0,00	PERDAS INVOLUNTARIAS COM IMOBILIZADO	369.627,32	403.816,83
	0,00	0,00	TRIBUTÁRIAS	1482.499,01	2.18.952,78
	0,00	0,00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1482.499,01	2.18.952,78
	0,00	0,00	IMPOSTOS	1482.499,01	2.18.952,78
	0,00	0,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.260.974,93	2.711.614,57
	0,00	0,00	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.260.974,93	2.711.614,57
	0,00	0,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	3.260.974,93	2.711.614,57
<b>Total das Variações Ativas :</b>	<b>82.191.068,45</b>	<b>72.521.120,48</b>	<b>Total das Variações Passivas :</b>	<b>66.605.337,75</b>	<b>56.302.739,77</b>
<b>Déficit do Exercício</b>			<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>		
			<b>Superávit do Exercício</b>	<b>15.585.730,70</b>	<b>16.218.380,71</b>
<b>Total</b>	<b>82.191.068,45</b>	<b>72.521.120,48</b>	<b>Total</b>	<b>82.191.068,45</b>	<b>72.521.120,48</b>



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

## 9.9 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	0,00	0,00
<b>INGRESSOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITA CORRENTE	74.301.232,30	61.620.023,01
RECEITA TRIBUTÁRIA	26.997.167,60	25.728.782,04
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	26.997.167,60	25.728.782,04
ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	26.997.167,60	25.728.782,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	27.737.012,39	24.695.970,48
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	16.824.582,76	15.475.981,49
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	15.196.076,45	13.707.869,80
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.628.506,31	1.768.111,69
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	10.912.429,63	9.219.988,99
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	10.077.336,48	8.564.268,19
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	835.093,15	655.720,80
RECEITA PATRIMONIAL	13.506,40	20.899,68
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	13.506,40	20.899,68
RECEITA DE SERVIÇOS	2.130.924,85	1.902.360,61
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	872.803,31	835.782,13
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	321.284,36	216.864,45
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	338.883,12	304.218,58
EMOLUMENTOS COM VISTOS DE REGISTROS	45.350,88	34.370,57
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	145.073,75	99.221,89
EMOLUMENTOS RECUPERAÇÃO DE ARTS	407.529,43	411.902,99
FINANCEIRAS	5.571.767,77	4.523.969,11
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	224.514,31	407.947,85
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	5.347.253,46	4.116.021,26
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE ANUIDADES	298.845,14	299.037,85
MULTAS SOBRE ANUIDADES	788.743,74	101.156,49
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.256.443,10	3.710.965,47
JUROS E CORREÇÃO SOBRE IMÓVEIS	3.221,48	4.861,45
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	304.291,06	98.500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.101.122,93	4.649.541,09
DÍVIDA ATIVA	4.094.147,91	2.668.032,14
MULTAS DE INFRAÇÕES	1.355.511,90	1.127.300,15
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.616.273,69	828.590,93
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	35.189,43	25.617,87
TRANSFERÊNCIAS - 73º SOEA	4.445.439,30	0,00
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	135.203.247,18
OUTROS INGRESSOS	86.949.005,95	0,00
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>CREDITO EMPENHADO – PAGO</b>	<b>60.885.851,32</b>	<b>0,00</b>
DESPESA CORRENTE	59.984.914,89	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32.524.427,46	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.460.487,43	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	50.923.593,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	29.886.801,62
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	21.036.791,47
DESPESA DE CAPITAL	0,00	1.191.205,92
INVESTIMENTOS	0,00	1.191.205,92
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	1.032.116,66
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	135.125.001,76
OUTROS DESEMBOLSOS	88.607.641,08	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>12.657.682,28</b>	<b>9.742.558,68</b>



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
<b>INGRESSOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
ALIENACAO DE BENS	184.300,00	301.400,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	184.300,00	218.400,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	83.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	229.696,40	670.198,00
TRANSFERÊNCIAS	229.696,40	670.198,00
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Crédito Empenhado Pago</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
INVESTIMENTOS	900.936,43	0,00
<b>Crédito Empenhado Liquidado</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-486.940,03</b>	<b>971.598,00</b>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
<b>INGRESSOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	0,00	0,00
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>12.170.742,25</b>	<b>10.714.156,68</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>40.695.291,14</b>	<b>31.172.340,38</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL</b>	<b>52.866.033,39</b>	<b>40.695.291,14</b>



## 9.10 NOTAS EXPLICATIVAS

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

#### CONTEXTO GERAL

O Crea-PR é pessoa jurídica de direito público, autarquia federal, sem fins lucrativos, isenta de impostos, com autonomia administrativa e financeira, criado por força de Lei n.º 23.569/33 e regulamentado através da Resolução n.º 02 de 23 de abril de 1934, com a finalidade de exercer a fiscalização estadual do exercício profissional das atividades da Engenharia e Agronomia.

#### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os ditames da Lei n.º 4.320/64, Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas adotadas no Brasil.

A prestação de contas anual é elaborada em cumprimento às formalidades previstas na Instruções Normativas n.º 63/2010 e n.º 72/2013, ambas do TCU.

#### PRÁTICAS CONTÁBEIS

A prática contábil adotada é pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas; devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento e estão alinhadas com as normas internacionais de Contabilidade, adequadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

O Crea-PR adotou os procedimentos recomendados nas NBC T 16.9 e 16.10 quanto aos ajustes a valor presente dos Bens Patrimoniais e Depreciação do Imobilizado e, também, a NBC T 19.7 para Provisões, Passivos, Contingências Passivas, ambas do Conselho Federal de Contabilidade.

#### RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL

##### ATIVO CIRCULANTE

- **Caixa e Equivalentes de Caixa:** incluem as contas correntes mantidas em bancos oficiais para a movimentação financeira, referente à arrecadação do Conselho, através das fontes de receita: anuidades, taxas, multas e Anotações de Responsabilidade Técnica - ART, bem como, as aplicações em caderneta de poupança no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Saldo em 31.12.2015 – R\$ 40.695.291,14

Saldo em 31.12.2016 – R\$ 52.866.033,39

Em 2016 foi obtido o Superávit Orçamentário de R\$ 12.809.193,69 e foram pagos o montante de R\$ 1.454.923,73 de restos a pagar de 2015.

- **Créditos à Curto Prazo:** R\$ 516.819,78 e correspondem aos seguintes fatos:

- R\$ 255.853,67- Adiantamento de Férias de Jan/2017 - uma vez que a legislação determina que o pagamento deva ser feito dois dias antes do início do período de férias do funcionário.

-R\$ 136.113,83 - Créditos a Receber CEF - corresponde à arrecadação do dia 30.12.2016 a qual foi contabilizada pelo regime de competência, cujo crédito ocorrerá no primeiro dia útil de janeiro de 2017.





## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

-R\$ 1.195,39 - Valores a Receber da Mútua - referente a reembolso dos valores de ART/s que foram devolvidos integralmente ao profissional/empresa, considerando que a receita é particionada.

-R\$ 123.656,89 - Depósitos Judiciais - decorrentes de depósitos feitos em juízo referente a ações trabalhistas movida contra o Crea-PR.

- Estoques - estão registrados pelo custo de aquisição, o qual se destina ao consumo imediato. O método de custeio das saídas é o custo médio ponderado.

Saldo em 31.12.15 - R\$ 250.073,93

Saldo em 31.12.16 - R\$ 383.827,45

### ATIVO NÃO CIRCULANTE

**Créditos a Longo Prazo:** correspondem à inscrição em Dívida Ativa de processos de auto de infração e anuidades em atraso, com provisão de créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas estimadas na realização desses créditos e encontram-se fortemente alicerçadas nas opiniões dos assessores jurídicos ou advogados, levando em conta a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. Assim, a administração considera que tais provisões são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O valor estimado da provisão para perdas pode ser modificado em função das expectativas da administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos.

Saldo em 31.12.15 de Dívida Ativa era de R\$ 52.912.190,90 e provisão de perdas de R\$ 5.291.219,09, totalizando o valor líquido de R\$ 47.620.971,81.

Saldo em 31.12.16 de Dívida Ativa ficou em R\$ 59.922.083,72 e provisão de perdas de R\$ 5.992.208,37, totalizando o valor líquido de R\$ 53.929.875,35.

**Nota:** Houve um acréscimo em 2016 na Dívida Ativa em função do maior número de processos de execução fiscais ajuizados, pela atualização mensal da dívida, ocorrendo também, as baixas pelo recebimento no exercício de 2016 dos valores pagos em Dívida Ativa, registrados em Receita Orçamentária.

**Imobilizado:** os bens do imobilizado, representados pelos móveis e utensílios, veículos, equipamentos de informática, edifícios, terrenos, salas comerciais, e outros, foram ajustados a valor presente em 2013. O Crea-PR cumpre as NBC T 16.9 para Bens Móveis e NBC T 16.10 para os Bens Imóveis, onde foram feitas as reavaliações de todos os bens, como: terrenos, salas comerciais e edificações, passando-se a registrar mensalmente as depreciações dos bens patrimoniais, exceto os terrenos e objetos de arte. Os percentuais de depreciação estão de acordo com a vida útil de cada grupo de bens e estão em consonância com a Resolução nº 1036/11 do Confea, cuja tabela contendo a vida útil e valor residual fazem parte do Anexo da referida Resolução.

O impacto no resultado do exercício de 2016 com “depreciações” foram na ordem de R\$ 1.256.904,08.

Saldo em 31.12.2015 – R\$ 33.711.093,87

Saldo em 31.12.2016 – R\$ 33.844.809,44

### PASSIVO CIRCULANTE

Encontram-se registrados os compromissos com terceiros a serem saldados em 2016, que totalizam R\$ 4.570.721,04 e se referem a:



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná**

- Obrigações Trabalhistas, Previdências a pagar à curto prazo (saldo zero), pagamento realizado em 2016;
- Restos a Pagar Processados que se refere a despesas liquidadas e não pagas em 2016. Saldo em 31.12.2016 – R\$ 258.398,43;
- Provisões de Férias – Saldo em 31.12.2016 – R\$ 3.067.018,27;
- Demais Obrigações à Curto Prazo que se refere a consignações de folha de pagamento de dez/2015 e outros, retidos de pessoa jurídica (ISS, Tributos Federais), honorários advocatícios a serem repassados aos advogados terceirizados, quota Confea de dez/2016, devolução ao Confea referente ao convênio da 73ª SOEA/CNP e outros de menor expressão. Saldo em 31.12.2016 – R\$ 1.245.304,34.

### **PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

Encontram-se registradas as provisões de possíveis atos e fatos que poderão afetar o patrimônio do Crea-PR, em atendimento a NBC T 19.7 – Provisões, Passivos, Contingências Passivas do CFC, que recomenda que a provisão deve ser reconhecida quando:

- a) a entidade tem uma obrigação legal ou não-formalizada presente como consequência de um evento passado;
- b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e
- c) o montante da obrigação possa ser estimado com suficiente segurança.

As provisões registradas atualizadas, em 2016, totalizam R\$ 10.841.039,19 que se refere a:

Provisão para Depósitos Judiciais .....	R\$ 123.656,89
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo...	R\$ 2.173.576,25
Provisão Ações Judiciais Ajuizadas.....	R\$ 8.543.806,05

### **PATRIMONIO LÍQUIDO**

#### **RESULTADOS ACUMULADOS**

Representa o patrimônio líquido, constituído de bens e direitos do Crea-PR.

Saldo em 31.12.2015 – R\$ 112.615.430,79

Saldo em 31.12.2016 – R\$ 126.211.305,19

Justifica-se esse acréscimo do Patrimônio do Conselho em função de novas inscrições em Dívida Ativa em 2016, além do superávit financeiro, variação de estoques, incorporações de bens do exercício, levando-se em conta, as baixas de bens patrimoniais alienados, depreciação dos bens patrimoniais e reconhecimento de provisões para ações judiciais.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação para o setor público, Lei nº 4.320/64, complementadas pelas normas brasileiras e princípios de contabilidade aplicados a entidades do setor público e sem fins lucrativos.